

Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.26, n.4, out./dez. 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Sandro Luis Petter Medeiros

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Renato Santos de Souza

Editores: Ezequiel Redin e Fabiano Nunes Vaz

Comitê Editorial

Editores

Ezequiel Redin – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Fabiano Nunes Vaz – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Editores de Área

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Conselho Editorial Científico Nacional e Internacional

Alessandra Matte – Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR)

Bernadete de Lourdes Bittencourt – Universidade de Aveiro (UA)

Diego Azevedo Mota – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Raquel Breitenbach – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Silvio Calgano Neto – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Tatiana Aparecida Balem – Instituto Federal Farroupilha (IFF)

Thiago Vasconcelos Melo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Bolsista

Dulce Mörschbacher

Assistente de Fluxo Editorial – Bolsistas Voluntários

Amanda Sthefany Pereira Magalhães

Lucas Gabryel Maciel dos Santos

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.26, n.4 (out./dez.2019)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da
FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
DOAJ - Directory of Open Access Journals
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>
https://www.instagram.com/_extensaorural/

SUMÁRIO

COLOCAÇÕES SOBRE O DEBATE OITENTISTA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS Bruno Costa da Fonseca	7
A DINÂMICA DOS MODELOS DE NEGÓCIOS PARA O AGRONEGÓCIO: UMA VISÃO BIBLIOMÉTRICA DE 1956 A 2017 PELA <i>WEB OF SCIENCE</i> João Paulo Nascimento da Silva, Cledison Carlos de Oliveira, André Spuri Garcia	23
PROFESORES DE ENSEÑANZA MEDIA TÉCNICA AGRÍCOLA: MECANISMOS PARA LA APROPIACIÓN DEL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO Pedro Gabriel Marcano Molano, Gabriel de Araújo Santos	39
PERCEÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E TÉCNICOS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA (SP) SOBRE O MERCADO INSTITUCIONAL Tiago Tomaz Gomes, Lucimar Santiago de Abreu	51
A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E AS REGULAMENTAÇÕES SANITÁRIAS: ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO 49/2013 EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DO PARANÁ Aline Luiza Führ, Neiva Aparecida Ancini, Rozane Márcia Triches	69
QUANTO VALE A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO NO MEIO RURAL? UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS NO OESTE CATARINENSE Cristiane Tonezer, Elisângela Pinheiro, Loriane Pagnussat	90
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	108

SUMMARY

PLACATIONS ON JOSÉ DE SOUZA MARTINS 'EIGHTHENTHIST DEBATE Bruno Costa da Fonseca	7
BUSINESS MODELS FOR AGRIBUSINESS: A BIBLIOMETRIC VIEW OF 1956 TO 2017 IN WEB OF SCIENCE DATABASE João Paulo Nascimento da Silva, Cledison Carlos de Oliveira, André Spuri Garcia	23
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO AGRÍCOLA: MECANISMOS PARA A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO Pedro Gabriel Marcano Molano, Gabriel de Araújo Santos	39
PERCEPTIONS OF FAMILY FARMERS AND TECHNICIANS IN THE RIBEIRA VALLEY REGION ABOUT THE INSTITUTIONAL MARKET Tiago Tomaz Gomes, Lucimar Santiago de Abreu	51
FAMILY AGROINDUSTRY AND HEALTH REGULATIONS: ANALYSIS OF THE APPLICABILITY OF RESOLUTION 49/2013 IN A SOUTHEAST PARANÁ MUNICIPALITY Aline Luiza Führ, Neiva Aparecida Ancini, Rozane Márcia Triches	69
HOW MUCH IS THE PROCESS FOR SELF-CONSULTING IN THE COUNTRYSIDE? A CASE STUDY IN CITY OF CORONEL FREITAS IN THE WEST CATARINENSE Cristiane Tonezer, Elisângela Pinheiro, Loriane Pagnussat	90
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	108

COLOCAÇÕES SOBRE O DEBATE OITENTISTA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Bruno Costa da Fonseca¹

RESUMO

Este trabalho tem por intento apresentar parte da discussão teórica de um dos autores mais reverenciados dentro da sociologia rural brasileira: José de Souza Martins. Sua produção teórica abarca uma diversidade muito ampla de temas, contudo, neste artigo, procurou-se evidenciar temas inerentes a questão agrária nos idos da década de 80. Através da revisão de literatura de suas principais obras, percebe-se um embate travado contra a esquerda *leninista* da época e, com efeito, contra a forma de se pensar a reforma agrária a partir das cidades. O papel da mediação social foi tema recorrente nas publicações de Martins, mas pensado na perspectiva da ação política da Igreja que deveria “dar voz aos excluídos” do campo e não apenas falar por eles. Martins, que tinha na ideia de “terra de trabalho” seu principal referencial argumentativo para a reforma agrária, chega ao final da década, na Nova República, desesperançoso com os pactos políticos ainda mantidos da época da Ditadura Militar.

Palavras-chave: José de Souza Martins; questão agrária, reforma agrária.

PLACATIONS ON JOSÉ DE SOUZA MARTINS 'EIGHTHENTIST DEBATE

ABSTRACT

This paper intends to present part of the theoretical discussion of one of the most revered authors in the Brazilian rural sociology: José de Souza Martins. Its theoretical production encompasses a very wide diversity of themes, however, in this article, we tried to highlight themes inherent to the agrarian question in the 80's. Through the literature review of his main works, we can see a clash against Leninist left of the time and, in effect, against thinking about land reform from the cities. The role of social mediation was a recurring theme in Martins's publications, but thought from the perspective of the Church's political action that should “give voice to the excluded” in the field and not just speak for them. Martins, who had the idea of “land of work” as his main argumentative reference for agrarian reform, arrives at the end of the decade in the New Republic, desperate with the political pacts still maintained from the era of the Military Dictatorship.

Keywords: José de Souza Martins; land issue, land reform.

¹ Graduado em Cooperativismo (UFV). Mestrado em Extensão Rural (UFV). Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: brunodogma@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O problema que se coloca neste artigo como ponto de partida tem como principal expoente o estudioso José de Souza Martins, que é, com efeito, tido como um dos autores mais influentes (e polêmico) da sociologia rural brasileira, sobretudo no que concerne ao registro da questão agrária². Durante sua trajetória enquanto assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pesquisador e professor da USP (Universidade de São Paulo) se posicionou de diferentes formas quanto as bases conceituais e práticas da reforma agrária, colocando-se por vezes em situação de oposição a diversos mediadores sociais, dentre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Desde os anos setenta Martins se destaca nos estudos acerca da vida social rural tendo em seu legado mais de 200 obras entre artigos, livros, contribuições em obras coletivas e matérias de jornais, que demonstra uma produtividade intelectual invejável. Embora seja amplamente citado em estudos do processo agrário brasileiro, Martins coleciona uma diversidade muito ampla de temas trabalhados em sua carreira como, por exemplo, a temática do linchamento urbano (1996). Mas sem dúvidas sua consagração enquanto pesquisador e professor vieram com os estudos sobre as dinâmicas rurais em obras como: “Capitalismo e tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil” (1975); “O Cativo da Terra” (1979); “Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo” (1980); “Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais do campo e seu lugar no processo político” (1981); “A Militarização da Questão agrária no Brasil” (1984); “Não há Terra para Plantar neste Verão: (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)” (1986); “A Reforma agrária e os Limites da Democracia na Nova República” (1986); “Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo” (1989); “A Chegada do Estranho (1993); “O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta” (1994); “Fronteira: A degradação do outro nos confins do Humano” (1997); “Reforma agrária: O impossível diálogo” (2000); “A Sociedade vista do abismo” (2002); “A política do Brasil: lúmpen e místico” (2011); “O sujeito oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária” (2013); entre outras.

Não obstante a vasta obra de Martins este artigo tem por escopo analisar parte da produção intelectual do autor durante a década de 80 que foi marcada pela crítica a esquerda brasileira e as visões descontextualizadas dos processos sociais de luta do campo. Críticas estas que vieram acompanhadas por um conjunto de conceitos que balizam o pensamento de Martins a época, tais como: “luta pela terra”, “expropriação”, “exploração”, “terra de trabalho”, “terra de negócio”, “renda da terra”, “desenvolvimento desigual”, “pacto político”, entre outros. Estes conceitos que norteiam o pensamento de Martins durante a década de 80 serão apresentados brevemente no intuito de averiguar o seu posicionamento frente um marxismo descolado da realidade brasileira que permeava a ação política de alguns mediadores sociais. Ademais, sustentam sua discussão sobre as estratégias de Reforma agrária que malograram na Nova República, ao final da década de 80.

O ideário de alguns segmentos da esquerda de ‘colocar’ os camponeses na luta dos outros e a posição doutrinária sobre a superioridade política das lutas

² A Questão Agrária pode ser entendido como um conjunto de fatores que remontam a má distribuição de terras no Brasil e tudo que disto decorreu. As discussões sobre Questão Agrária, não seriam, portanto, apenas sobre a redistribuição de terras no Brasil, mas sobre um conjunto de elementos que ligam as relações sociais no espaço rural em consonância com um mundo altamente globalizado e competitivo (SOUZA, 1997).

operárias sobre a camponesa despertava em Martins uma preocupação com os projetos de mediação política dedicada aos rurais. Os estudos de Martins desvinculam-se do marxismo *evolucionista* que estandardizava o processo de expansão capitalista nas cidades e a conscientização de classe operária como fator definitivo para avaliar uma luta social - de menor valor - no campo.

Sua principal crítica se dirigia, sobretudo, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se mostrava incompetente na mediação libertadora dos camponeses acuados pela grande propriedade rural e pela expansão das empresas capitalistas no campo. Para ele, a Igreja cumpria melhor esse papel dando sentido à luta pela “terra de trabalho” que, diferentemente da “terra de negócio”, tinha em seu sentido primeiro a conquista da terra para a reprodução socioeconômica dos camponeses e de seus familiares e não apenas para exploração e especulação fundiária.

Além do mais, na contramão da euforia de estudiosos e dos movimentos populares que comemoravam a abertura política pós Ditadura Militar, Martins demonstra que ao final da década de 80 pouco mudou no que diz respeito a estrutura de poder política do país, que manteve na oligarquia e no grande latifúndio suas bases irrevogáveis. A transição do regime ditatorial para o regime democrático não aconteceu aos moldes de uma revolução tal como se esperava. Destarte, dentre as diversas consequências a não-reforma agrária foi uma delas. Com apenas alguns pontos de desapropriação de terras em localidades de maior tensão Martins é enfático – e de certo modo desesperançoso – ao fato de que não haveria reforma agrária no país e com isso prejudicaria radicalmente a democracia brasileira.

Além desta introdução, o artigo que se segue é composto pelos seguintes tópicos: I) críticas de Martins no que concerne a atuação da esquerda leninista; II) apresentação de algumas distorções teóricas sobre o marxismo e sua aplicação na realidade rural brasileira; III) como que os conceitos de “expropriação” e “exploração” defendidos por Martins dialogam com a questão agrária brasileira; IV) a noção de “luta pela terra” como um conceito que confrontava as propostas de reforma agrária da época; V) um debate histórico/teórico sobre as condições de reforma agrária na Nova República e; por fim, algumas VI) considerações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. O DEBATE AGRÁRIO E A CRÍTICA À ESQUERDA LENINISTA

As primeiras incursões teóricas de Martins tinham como proposta inicial projetar o papel político do camponês na luta social. Martins travava uma luta teórica contra a esquerda brasileira e tinha como principal objetivo crítico: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse sentido, existiria uma posição de superioridade da luta proletária sobre a luta camponesa, fruto de uma concepção leninista da época. O aspecto fundamental estava na crítica ao PCB enquanto interpelador do processo de emancipação camponesa, pois, para ele, a Igreja cumpria melhor este papel. Na década de 80, Martins ajudou a elaborar um dos principais documentos projetados pela Igreja Católica, intitulado: “Igreja e Problemas da Terra”, documento aprovado pela 18ª assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 14 de maio de 1980. O documento traz uma análise de conjuntura da época sobre a questão agrária brasileira, além de questões teleológicas sobre o papel da igreja como mediadora dos camponeses.

Este documento tem um valor histórico muito importante e marca a entrada do processo de mediação da Igreja junto aos excluídos do campo, sobretudo do ponto de vista teórico. Diversos desses aspectos levantados sobre a questão agrária brasileira ainda estão em pauta para os movimentos sociais do campo nos dias de

hoje, em menor proporção, diga-se de passagem. O documento tem como propósito basal discutir a problemática da posse da terra e é direcionado principalmente aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas. Ademais, o documento firma um posicionamento muito diferente da igreja tradicional que, ao longo de sua história, quando não apoiava o latifúndio, era totalmente apática a questão da exclusão social do campo.

Esse ‘novo olhar’ para as questões sociais do campo é fruto de um contexto maior de lutas na América Latina e tem parte da Igreja Católica impulsionada pela Teologia da Libertação³. O (re)encontrar da Igreja Católica com o povo oprimido, refletida no documento, traz à tona uma Igreja de fé e prática, que de certa forma cativa a então sociologia militante de Martins: “[...] este problema nos chama a prática da justiça e da fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja um motivo de ânimo” e, dessa forma “[...] no campo, precisam da terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia” (CNBB, 1981, p. 1).

A ‘fundamentação doutrinal’ presente no documento, a qual Martins influenciou consubstancialmente, são os conceitos de “terra de exploração” e “terra de trabalho”. Conceitos estes que vão aparecer em diversos trabalhos de Martins.

Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse (CNBB, 1981, p. 11).

A reforma agrária, em Martins, passa pela “luta pela terra de trabalho” que tinha em sua significação mais íntima o lugar de afirmação da dignidade da pessoa humana. A “terra de negócio (exploração)”, ao contrário, esboçava as linhas do capitalismo mais perverso, isto é, lugar da desumanidade (SANTOS, 1998). Ainda com o intuito de compreender os conceitos “terra de trabalho” e “terra de negócio” Martins delimita dois tipos de regimes de propriedades: o regime de propriedade capitalista e o regime de propriedade familiar. Embora, ambas sejam propriedades privadas é importante que suas diferenças sejam destacadas. A propriedade capitalista se baseia na exploração do capital sobre o trabalhador rural que já não mais possui os instrumentos de trabalho, agora dominado pelo capitalismo. A propriedade familiar, por outro lado, é propriedade que não explora o trabalho de outrem. A lógica que se coloca entre o trabalho e a terra não é a lógica do capitalismo, ou seja, do lucro. A função é quase que exclusivamente da reprodução socioeconômica dos lavradores e de seus familiares. Dessa forma,

³[...] movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (NETO, 2007, p.1).

[...] quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito de lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar a agricultura (MARTINS, 1980, p. 60).

Em “Os Camponeses e a Política no Brasil” (MARTINS, 1981) Martins continua suas preposições, agora em autoria independente, sobre a questão agrária brasileira. Sua principal tese é de que as lutas populares camponesas avançaram mais depressa do que os partidos políticos no que se refere às verdadeiras necessidades políticas e sociais dos mais excluídos do campo. É, outrossim, parte da discussão que travou contra o PCB sobre o papel da mediação política no campo. Haveria para Martins um descompasso entre os partidos políticos e os diversos levantes de camponeses espalhados pelo Brasil. O problema de origem orgânica dos partidos políticos se direciona ao não reconhecimento da importância política das lutas dos movimentos camponeses para a construção da democracia política brasileira. No campo teórico, intelectuais interessados em desenhar o papel político e histórico do campesinato se mostravam incoerentes, mobilizando interpretações fora de época, de outros países e em outras circunstâncias históricas.

Indo um pouco mais a fundo nessa obra, Martins remonta a um processo de organização camponesa que teve seu início ainda nos anos 50. O levante foi intenso: organização em ligas e sindicatos, levando grandes proprietários de terras aos tribunais com o pagamento de indenizações; protestos exigindo reforma agrária; fechamento de estradas exigindo melhoria do preço de seus produtos; etc. Não obstante, para Martins, o que marcou e definiu as lutas camponesas daquela época foi a disputa pela interpelação entre as ligas camponesas, o PCB e a Igreja. Posteriormente, excluída as ligas, ocorreu uma aliança entre a Igreja e os comunistas da época. Dessa junção surgiu um dos mais importantes atores políticos de apoio às lutas no campo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). O PCB, por sua vez, a medida que cresceu em importância conjuntural e política foi perdendo influência sobre os movimentos de luta camponesa. Segundo Martins “[...] os compromissos da frente única representavam cada vez mais, à medida que ela se ampliava, uma restrição aos propósitos das lutas camponesas” (MARTINS, 1981, p. 10).

Em contrapartida, à medida que o PCB perde influência sobre o projeto de resistência dos camponeses cresce a influência e presença da Igreja Católica, ao passo que se consolida a presença do sindicato no campo. Esta diminuição da influência do PCB não pode ser explicada apenas pela repressão estabelecida no período de Ditadura Militar, que moveu um conjunto de ações de contenção aos comunistas e não comunistas. Dois aspectos fundamentais marcam para Martins este distanciamento: “De um lado ela está marcada pela oposição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; de outro lado, está marcada pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato”. A esses dois aspectos Martins dá o nome de esquizofrenia doutrinária, ao qual, frequentemente, repousa a ideia de que há uma

disjunção entre o campesinato e a política. É como se, em outras palavras, houvesse no processo político uma subordinação automática dos camponeses frente a burguesia ou aos proprietários de terras e até mesmo ao próprio proletariado, eleito protagonista da revolução. “A possibilidade de um campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (MARTINS, 1981, p.12). Destarte, o declínio do Partidão era proporcional ao crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto principal partido articulador dos movimentos sociais. Por consequência, o esgotamento do PCB também indicava o declínio de uma cultura política inspirada na filosofia da história operária (SANTOS, 1998).

Martins (1984, p. 75) faz questão de apontar um conjunto de equívocos no que se refere a apropriação do marxismo por alguns teóricos dos anos 80 e sua indevida reprodução para as lutas camponesas, tendo em vista o contexto brasileiro. A primeira distorção teórica estaria no fato de que, a respeito das lutas camponesas, a história é concebida como o desenvolvimento das forças produtivas e esta promove as devidas alterações sociais, isto é, aspecto essencial para êxito das lutas políticas. Porém, segundo Martins, para que o capitalismo entenda suas contradições não é preciso que as forças produtivas se desenvolva em cada estabelecimento agrícola ou sítio, inculindo necessariamente na relação de trabalho assalariado. “A maioria dos autores adota a perspectiva de que as transformações de que estão ocorrendo culminam com o estabelecimento ou a expansão das relações capitalistas de produção, isto é, do trabalho assalariado. Muito pouca atenção tem sido dada à variedade das formas assumidas pelas contradições do capital”. Assim sendo, a tensão que o capital cria na propriedade agrícola de um pequeno lavrador é notavelmente diferente da tensão que permeia suas relações com o trabalhador da grande indústria. Resumindo, a “[...] concepção de desenvolvimento com o qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas” (MARTINS, 1981, p. 14).

Um importante fator que há de se considerar é que os esquemas teóricos mobilizados pelos autores que se dedicam aos estudos das transformações sociais no meio rural não podem ser idealizados a partir de uma perspectiva *evolucionista*. Por mais diferentes que sejam os estudos e análises, estes autores adotam a perspectiva de que as transformações ocorridas no campo culminam no estabelecimento e expansão das relações capitalistas de produção. O problema principal está em comprar as formas assumidas pelas contradições do capital em uma sociedade diferente das sociedades europeias que são, via de regra, referência para os modelos teóricos adotados. Em sociedades como a brasileira tínhamos, segundo Martins, um passado colonial e escravista, além de um presente de dependência em relação aos países desenvolvidos. Isto traz outra questão de igual gravidade: a ideia de que “[...] todas as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas, sem futuro, sem importância histórica, portanto” (MARTINS, 1993, p. 109-110). Dessa forma, a perspectiva evolucionista não preconizava que formas capitalistas e não-capitalistas coexistem no mesmo espaço, de forma contemporânea.

2.2. ALGUMAS DISTORÇÕES TEÓRICAS

Na obra “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” (MARTINS, 1997, p. 50), Martins coloca em linhas mais gerais como que intelectuais se apropriam de forma equivocada do conceito de desenvolvimento igual - para

entender o mundo rural - contida em “O capital” de Marx. Não se atentando, outrossim, para outras obras nas quais aparece a ideia de desenvolvimento desigual, que permite compreender com mais clareza as transformações sociais mais profundas nas sociedades ditas atrasadas:

A interpretação do capitalismo contida em “O Capital” está baseada numa concepção de desenvolvimento igual; e que outras obras de Marx como o Grundrisse, se apoiam da concepção do desenvolvimento desigual do capital, em que os componentes do processo não se regem pelos mesmos ritmos e temporalidades. As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental é caracterizada pelo descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento é expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica (MARTINS, 1997, p. 50).

A segunda distorção teórica comumente usada é a acusação de que todo compromisso com as lutas camponesas é, invariavelmente, um compromisso populista. Mais uma vez, para Martins, há um equívoco na utilização da designação “populista”, extemporânea e aquém de nossa realidade. “Populista” era uma designação que Lenin dava aos socialistas ‘*narodniks*’ (que a si mesmos se chamavam ‘amigos do povo’) numa polêmica partidária aguda na Rússia no final do século XIX” (MARTINS, 1981, p.15). Lenin, enquanto intelectual que representava os Bolcheviques tinha uma interpretação ocidentalizada de “O capital” de Marx, ou seja, no desenvolvimento natural do capitalismo havia de se considerar primeiro a importância do crescimento e da ação política da classe operária. Para os populistas a transformação social implicava em conceber a força política dos camponeses e não como fator de atraso. Portanto, a comparação brasileira com a situação russa é inviável e recai sobre a própria ideia de campesinato. Na Rússia, o chamado *campesinato estamental* resistia ao capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Na prática era campesinato que não queria sair da terra, se comportava defensivamente ao capitalismo. No Brasil, ao contrário, o campesinato era uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer *entrar na terra*, pois constantemente luta para voltar à terra mesmo que distante daquela que foi expulso.

Nesse sentido, o processo de formação do campesinato brasileiro tem ligação direta com o fim da escravatura que, com efeito, mudou consideravelmente o tipo de relação com a terra e com o trabalho sobre a terra. Portanto, ainda que o fim da economia colonial baseada na escravidão tenha sido um grande avanço social, a situação daqueles que se tornaram ‘livres’ foi acometida pelo processo de exclusão econômica e política. O fato é que para Martins o próprio tráfico negreiro já constituía um tipo de renda capitalizada, ou seja, mesmo antes de extrair renda da produção colonial a escravidão ditava os rumos do capitalismo presente nas fazendas. Assim:

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só se resolveu quando se

resolveu a contradição maior representado pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias (MARTINS, 1981, 38).

Por consequência, a própria ressignificação que se dá sobre a terra se transforma. É instituído um novo cenário da questão agrária brasileira, ou, nas palavras de Martins: “O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família. Transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre” (MARTINS, 1981, p. 45).

2.3. EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO

A questão agrária brasileira se projeta de diferentes formas e em diferentes regiões, mas de certo modo se materializa por duas premissas básicas, segundo Martins: a expropriação e a exploração. A concentração fundiária que se coloca como uma das principais problemáticas da questão agrária tem como consequência principal a expulsão de lavradores da terra, que é seu principal instrumento de trabalho.

A título de conceituação, a expropriação constitui um aspecto fundamental do processo de crescimento do capitalismo, isto é, o capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza (MARTINS, 1980). Logo, a dialética básica do capital está pautada na subjugação do trabalho e, na prática, à medida que o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalismo, mediante o recebimento de salário, o fruto de seu trabalho se tornará fruto do capitalismo que o comprou. Contudo, o ponto chave está na separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho, isto é, para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo e não deixe de atender ao capital. Consequentemente, a conceituação teórica de expropriação está balizada nessa separação, conforme Martins (1980, p. 54-55):

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação - o trabalhador perde o que é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar terá que vender sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos.

Martins (1980, p. 55) ressalta que o processo de expropriação e exploração não tinha como principal condutor grandes latifundiários, representado pela figura dos coronéis das grandes fazendas, tal como preconizado em tempos passados. Na década de 80, o modelo central de exclusão, subjugação e violência no campo se dá pela figura das grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais. Nessa perspectiva, a alta concentração fundiária é acompanhada pelo intenso processo de modernização da agricultura, onde, cada vez mais, as empresas capitalistas presentes tanto no campo como nas cidades modernizam os processos de trabalho, com a incorporação de tecnologias, geralmente importada, que dispensa mão de obra do trabalhador. O projeto de modernização do campo se configura como objeto

preferencial de uma política oficial do Estado “[...] de incentivos, mediante assistência técnica gratuita e incentivos fiscais e empréstimos bancários concedidos a juros subsidiados, isto é, a taxas inferiores às taxas normais de juros do mercado”.

A expulsão não atinge apenas posseiros, mas também arrendatários e parceiros através da substituição das grandes lavouras pela pecuária. Uma boa parte desses lavradores seguiu para os grandes centros urbanos à procura de oportunidade de trabalho. Era o início do inchaço e da formação de favelas nas cidades. Outra parte seguiu sertão adentro à procura de terras desocupadas, longe das grandes fazendas - o que duraria pouco - até a chegada de novos grileiros. Nas regiões onde não ocorre a expropriação em si os pequenos lavradores se encontravam estrangulados economicamente. Em virtude dos preços exorbitantes das terras os lavradores não conseguem cobrir totalmente os preços da produção com os seus rendimentos agrícolas, não sendo possível ampliar suas próprias condições de trabalho e garantir que seus filhos constituem famílias no local. Sendo assim, só lhes resta migrar. No processo de subjugação do produto de seus trabalhos esses trabalhadores rurais se veem obrigados a trabalhar para as grandes empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Por consequência, se por um lado os consumidores reclamavam do aumento cada vez maior dos produtos, os lavradores, por sua vez, reclamavam de queda dos seus ganhos e do aumento do preço dos insumos. É, em termos práticos, a transferência de renda da pequena propriedade para o grande capital.

A expropriação do trabalho rural pelo capital cria as condições para que esse mesmo capital passe para sua segunda fase que é a exploração do mesmo trabalhador que já tinha sido expropriado. Após ser obrigado a deixar seu instrumento de trabalho só resta a esse trabalhador vender sua força de trabalho ao capitalista, sob as regras do mercado e não de acordo com suas necessidades. Por essa via, já não é mais o trabalhador que juntamente com sua família ponderam o quanto precisam para sobreviver. É o capital que diz o quanto está disposto a pagar por aquele trabalho, segundo as leis de mercado. Os salários estarão, portanto, expostos as leis de oferta e demanda, ou seja, se houver o aumento do número de expropriados procurando emprego a tendência será queda dos salários, levando a uma renda até mesmo inferior aos níveis vitais de sobrevivência do trabalhador. Neste contexto, existe uma contradição que é inerente ao próprio crescimento do capitalismo, afirma Martins. Do mesmo modo que o capitalismo não pode crescer sem o trabalho, ele cada vez mais dispensa o trabalhador devido a constante inovação tecnológica e a modernização dos processos produtivos. Além disso, da mesma forma que a ampliação do capitalismo sugere o aumento das contradições sociais e dos conflitos há uma tendência de que as lutas sociais cresçam na mesma proporção. É o processo que se observou no campo, no Brasil.

2.4. LUTA PELA TERRA DE TRABALHO

O debate agrário dos anos 80 de Martins já tinha remissões a um projeto de reforma agrária, que se modificou ao longo do tempo, diga-se de passagem. Como já afirmado anteriormente ele tinha na ideia de reforma agrária, enquanto ‘luta pela terra’, sua maior expressividade teórica. O contexto era de intensa concentração de terra por parte dos grandes latifundiários levando a expulsão de um grande número de lavradores, dos quais, muitos integrariam o chamado “exército industrial de reserva” incorrendo, com efeito, num grande número da oferta de trabalho e a queda drástica dos salários pagos nas grandes cidades. Além disso, amplas transformações ocorridas nas grandes propriedades substituíram as lavouras por pastos expulsando um número ainda maior de lavradores do campo. A questão

agrária ainda se agrava ao pensar que a grande propriedade não tinha interesse na produção de gêneros alimentícios para abastecimento do mercado interno, já que a exportação era mais lucrativa. Exportação esta, potencializada pelas políticas de incentivos governamentais que buscavam obter recursos externos destinados a diminuir os dispêndios monetários no exterior.

Outro ponto que potencializa a questão agrária brasileira e, com efeito, a necessidade de reforma agrária, está na “renda da terra” como fonte de acumulação dos grandes proprietários⁴ de terras. O conceito de renda da terra é um conceito decisivo no que compete compreender a dinâmica de exploração capitalista no meio rural. Sob a forma de renda monetária, a renda capitalista da terra emerge quando deixa de ser um tributo pessoal e passa a ser um tributo social. Todavia, isso só acontece quando “[...] parte da mais-valia é transferida ao proprietário de terra, no preço dos produtos comercializados o que se viabiliza pela diferente composição orgânica do capital na agricultura e na indústria”. A propriedade da terra em si não funciona como um capital real e, sendo assim, o capitalista que compra a terra investe o seu capital de forma ineficaz. Por outro lado, no processo de exploração do trabalho é que se recriam as formas tributáveis de extração de excedentes econômicos, tal como a renda da terra. Para Martins a renda da terra seria, portanto, uma forma particular do capitalismo de se desenvolveu no campo, que cria e recria as condições necessárias para o processo de acumulação (MARTINS, 1979, p. 151).

Existe uma tendência de que o capital subordine todos os setores e ramos de produção, a não ser que exista um obstáculo que o impeça de prosseguir. No que tange ao domínio da agricultura a terra é esse obstáculo. Em outras palavras, se o capital não dominar a terra não poderá dominar a agricultura. Pra todo efeito, segundo Martins, o capital tudo transforma em mercadoria e não seria diferente com a terra. Adquire preço, pode ser comprada e vendida. Martins exemplifica os projetos de colonização particular da época. Os posseiros que não podiam pagar pela terra eram expulsos e separados do seu principal instrumento de reprodução social. Por outro lado, o Estado concedia terras a um preço simbólico às empresas capitalistas, para que revendessem ou as negociassem como quisessem. Em suma:

Quando o capitalista paga pela utilização da terra, está, na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. Essa imobilização é improdutiva porque ela sozinha não é suficiente para promover a extração de riqueza da terra, para efetivar a produção agrícola. O capitalista precisará, ainda, empregar ferramentas, adubos, inseticidas, combinados com força de trabalho, para que a terra dê os seus frutos (MARTINS, 1981, p. 161-162).

⁴ Em obras posteriores José de Souza Martins vai apontar como que pequenos proprietários e assentados também se apropriam da “renda da terra”. Ademais, em 2001, especificamente em uma entrevista dada a revista “Espaço e debate”, José de Souza Martins vai usar também o conceito de renda da terra aplicado às cidades: “A renda da terra, e da terra urbana, constitui, entre nós, em nossas cidades, um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia. A maior parte do que se gasta na compra de uma casa nada tem a ver com a moradia, é apenas tributo pago ao proprietário de terra que vive parasitariamente da especulação imobiliária. Ganha sem produzir e sem trabalhar” (MARTINS, 2001, p. 32).

Em “Expropriação e violência: a questão política no campo” (MARTINS, 1980) é apresentado uma questão bastante singular no que se refere ao debate sobre a Reforma agrária: se trata de uma concepção errônea, para Martins, de que o projeto de Reforma agrária esteja partindo da cidade⁵ e não do campo. Existe para ele o desacerto de se ignorar o que tem sido feito e pensado no campo em detrimento de diretrizes que partem da cidade. Na esteira do descompasso do projeto de Reforma agrária pensada a partir da cidade está o fato de que haveria um diagnóstico e um processo político por de trás dessa expressão que resolveria o emaranhado de problemáticas existentes no campo. Sendo assim, dever-se-ia evitar um conflito entre o projeto de Reforma agrária oriundo da cidade e o que já vinha sendo feito no campo há bastante tempo. Martins (1984, p. 9) também tratou desta questão em “A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política”. Para ele, é deste ponto de vista que surgem análises teóricas do processo de resistência dos trabalhadores rurais tendo como perspectiva os assalariados industriais. Indo além, “[...] não só o estudo, mas também a prática política, dominada pelas classes urbanas, mostram um imprudente desprezo pelas lutas, hoje cotidianas, entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra”.

Martins, à época, já criticava⁶ um projeto de Reforma agrária de caráter *distributivista*, colocando como exemplo a resistência de 200 mil índios brasileiros que lutavam – numa direção diferente – pelo direito e pelo reconhecimento da propriedade tribal. Os posseiros, por sua vez, não lutavam pela propriedade privada em si, mas pelo direito de trabalho digno de sua família. Para o homem do campo, propriedade do trabalho e propriedade da terra são coisas separadas em seu modo de pensar. Logo, pensar a distribuição de terras de modo ideológico (na *percepção urbana*⁷ de entender o acesso a propriedade privada como democracia) não é suficiente para compreender nem resolver o processo de expropriação violenta que acontecia no campo. Assim, a visão do campo que se tem nas cidades está muito aquém da problemática que realmente se coloca.

Dessa forma, Martins (1980) chama atenção para forma de Reforma agrária do tipo *coletivista*, que seria outro modo de se pensar a Luta pela Terra para além da distributivista. A Reforma agrária coletivista, diferentemente da distributivista, impede a reprodução da concentração fundiária com o passar dos anos. Nessa direção, a luta se dá pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, ou seja, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada. Seria basicamente o que os índios e os posseiros já estavam reivindicando na época. Para ele esta distinção não tem sido percebida por aqueles que nas cidades levantam a bandeira da Reforma agrária distributivista.

Não obstante, Martins não ignora que possa haver alguma contribuição das lutas, ou do pensamento sobre o que seria o movimento de Luta pela Terra, sob o prisma dos intelectuais urbanos. O ponto crítico está na questão de que a luta no campo é muito prática e pouco ideológica, ao passo que, a luta na cidade é muito

⁵ Quando Martins se refere a cidade neste texto não abre o debate sobre as dualidades campo *versus* cidade ou rural *versus* urbano, tão presente na sociologia rural. A intenção não é essa. Aqui a ideia é apresentar concepções teóricas e as ideias do *como fazer* típicas de intelectuais, líderes e partidos políticos que vivem e pensam a partir dos centros urbanos. Via de regra, não possuem vivência ou trabalhos voltados diretamente para as questões do mundo rural.

⁶ Em verdade, a crítica ao modelo de reforma agrária distributivista foi firmada em um texto de 1968. Já teria, portanto, mais de dez anos desde sua primeira formulação (SANTOS, 2015).

⁷ Quando José de Souza Martins se refere ao modo de pensar urbano ou da cidade está fazendo claras referências aos intelectuais que transfere a análise do marxismo operário para tentar compreender e explicar as diversas formas de lutas sociais do campo. É a utilização de uma chave analítica totalmente fora de contexto, extemporânea tal como já discutida anteriormente.

ideológica e vagamente prática. Traduzindo em outras palavras, é o que Martins relaciona em outros livros: a construção partidária (ideológica) no campo se desenvolve mais lentamente do que as insurgências dos trabalhadores rurais. Dessa forma, a cidade teria a possibilidade de traduzir as lutas do campo em termos de uma proposta de transformação de sociedade, ou seja, transformar as experiências concretas das lutas do campo em programas partidários (MARTINS, 1980, p. 12).

Em vez de colocar num programa partidário uma vaga noção de reforma agrária, ir mais fundo, dizer que reforma agrária é essa, em favor de quem a gente está lutando, o que a gente quer ou que tipo ou tipos de reforma agrária são necessários neste momento.

Martins destaca ainda que existe um problema grave de decodificação dos conceitos. Para ele, o termo *Reforma Agrária* preconizada pelas cidades não é entendido pelo pequeno trabalhador rural, ou, quando sim, é entendido de forma muito particular e desvirtuada. É preciso colocar de forma clara as propostas de Reforma agrária. Não é só uma questão de linguagem fácil, mas clara, que coloque na mesa objetivos e estratégias coerentes com as diversas problemáticas do campo.

2.5. REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA

Já pelos idos do final da década de 80 Martins retoma o tema da Reforma agrária na obra “A Reforma agrária e os Limites da Democracia na Nova República” (MARTINS, 1986) através de uma perspectiva mais profunda, criticando o simples modelo de desapropriação local e o assentamento dos trabalhadores rurais em um ‘pedaço de terra’. Para ele,

Enorme equívoco político é o de grupos partidários, sindicais e de Igreja, de supor que a reforma agrária se resume a desapropriação local e ao assentamento do trabalhador rural em um pedaço de terra. Para isso, não é necessário a reforma agrária: basta um empréstimo a juros baixos. Para compra de terra e o problema está resolvido. Eis um novo proprietário de terra, talvez um futuro latifundiário. O problema da reforma agrária é social e político e só tem sentido proposto em escala social e política (MARTINS, 1986, p. 16).

Ou seja, a questão não se resume a distribuição de terra em si já que o problema agrário no Brasil é mais do que um problema de redistribuição, mas um problema político. A redistribuição de terras da forma como estava sendo feita recriava os germes do latifúndio que por consequência social tinha a reprodução da fome, do desemprego e a inviabilidade de um projeto democrático. Quando se fala que o problema é político é preciso compreender que terra e poder andam juntos na sociedade brasileira, isto é, são elementos de um mesmo espectro de dominação e subjugação. Dessa forma, para Martins, a Nova República seria a desova da combinação binária entre a concentração de terra e o poder. Diante da possibilidade do findar da Ditadura Militar os grupos e partidos políticos que se colocaram a frente de um projeto de redemocratização viram-se impossibilitados de fazer mudanças no regime sem firmar alianças com as oligarquias rurais. Isto coloca, com efeito, um ponto crítico a questão agrária: as diversas lutas acontecidas no campo desde então desafiam em primeira instância o poder dos grandes proprietários, as leis obsoletas e a injustiça. Portanto, “[...] o reconhecimento da legitimidade contida nas lutas dos

trabalhadores rurais, a sua transformação numa nova legalidade depende de transformações nas leis [...] que, por sua vez, depende de suas transformações políticas. “Por isso as lutas no campo são lutas políticas, ferem a estrutura de poder” (MARTINS, 1986, p. 17).

Para Martins (1986, p. 18) a Reforma agrária até então discutida e operacionalizada representa a aceitação de um mecanismo de sustentação do conservadorismo antiparticipativo da nova ordem política. Nesse sentido, os sindicatos e setores da Igreja estariam contentando-se com um projeto de redistribuição de terras que pouco se coloca como a idealização de uma Reforma agrária satisfatória. Nas palavras de Martins, estes não percebem que o Estado pouco se esforça para resolver a questão agrária no país, “[...] mas procura cooptá-los como agentes de mediação das lutas populares cuja importância dos últimos vinte anos é indiscutível”. Apesar disso, como destacado em outras obras por Martins, o principal objetivo das lutas no campo deveria ser a emancipação política dos trabalhadores rurais. É preciso romper o processo de dependência para com o clientelismo político. “Eles próprios é que devem decidir, por meio dos movimentos sociais e das organizações que daí surgirem, até mesmo do sindicato, que reforma agrária querem”.

As frustrações de Martins apresentada acima são colocadas no contexto da nova ordem política ou Nova República, tal como referenciado no título de sua obra. São considerações que ao final da década de 80 narram - através de uma análise sociológica e tendo o tema reforma agrária posto a mesa - a transição entre a Ditadura Militar para um governo democrático. O objetivo de Martins era alertar para os limites dessa transição, que, a princípio, deveria ser visto como uma esperança para as lutas sociais do campo. Assim sendo, ele coloca dois fatores que precisam ser analisados com bastante calma.

O primeiro fator é que a transição não ocorreu aos moldes de uma revolução tal como se esperava, tendo como consequência o presidente militar deposto. Em verdade, “[...] tudo se processou de maneira higiênica”. O novo presidente civil foi eleito por um congresso ainda dominado pelo Partido Social Democrata (PSD) que, diga-se de passagem, de democrata e social nada tinham nada. O racha partidário que ocorreu devido aos desgastes da Ditadura Militar permitiu a eleição de um presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tido como opositor. Por outro lado, no que concerne aos governantes, foram substituídos por sucessores do general que presidia o país a seis anos. Como destaca Martins, “[...] tudo ocorreu dentro das regras políticas que a ditadura havia estabelecido. Até o fim, na verdade, o governo militar manteve o mais absoluto controle do poder” (MARTINS, 1986, p. 23).

O segundo fator se coloca no sentido de entender como que se deu de forma pacífica a passagem de poder dos ditadores para o partido de oposição. Segundo Martins (1986, p. 24) “[...] a passagem do poder foi precedida da celebração de um *pacto político* que é ao mesmo tempo um pacto de classes, em 1984”. Ocorria dessa forma um equívoco por parte dos partidos de oposição e dos movimentos populares de que poderiam acabar com o regime ditatorial através de uma modificação constitucional pelo Congresso Nacional, o que permitiria, com efeito, garantir as eleições diretas para o presidente da república. Entretanto, o Congresso Nacional era dominado pelo PDS e apesar da pressão de milhares de brasileiros nas ruas o Congresso rejeitou a emenda constitucional, mantendo o critério de eleição indireta. Portanto, “[...] o governo elegeu o seu candidato como vinha fazendo desde o golpe”.

Outro aspecto que tornaria difícil a constituição de um projeto de reforma agrária na Nova República reside nas alianças que levaram Tancredo Neves ao

poder. Como já destacado anteriormente essa eleição fez parte do *pacto social* que teve apoio de uma ala do próprio partido da Ditadura – PDS. Além disso, a repressão contra os trabalhadores rurais aumentaram consideravelmente a partir de 1982 e em várias partes do país com o apoio do PMDB, afirma Martins. Para Martins, diante dessa conjuntura, a saída para os trabalhadores rurais seria:

[...] a possibilidade de influírem na composição da Assembleia Nacional Constituinte, que fará a nova Constituição do país e que poderá definir o novo direito de propriedade. A constituição poderá estabelecer limites severos ao direito de propriedade, impedindo que o bem comum e o interesse social sejam sacrificados em favor dos interesses econômicos de uma minoria de latifundiários. A questão é saber quem vai ter mais força os trezes milhões de trabalhadores rurais ou os poucos milhares de grandes proprietários (MARTINS, 1986, p. 50).

A título de conclusão, para Martins, os objetivos da reforma agrária, tanto no Regime Militar, quanto na nova república, preconizavam, ao legalizar e demarcar as terras dos índios e pobres, legalizar e legitimar as terras dos grandes latifundiários e das grandes empresas. Inclusive em algumas partes do país o pedido pela “reforma agrária” vinham dos próprios fazendeiros tendo em vista que a demarcação e, por consequência, os títulos definitivos, valorizavam a especulação imobiliária que é uma das mais importantes fontes de lucro no meio rural. Haviam reajustes de preços das terras que chegavam a subir mais de mil por cento ao ano, ou seja, muito mais lucrativo do que qualquer produção agrícola. A reboque de uma visão um tanto quanto pessimista, ainda que com a abertura política em curso, Martins (1986, p. 52) é enfático:

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriação de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade. O que prejudica radicalmente a possibilidade de uma democracia no Brasil.

E nisso morria a esperança de um projeto de reforma agrária preconizado com a abertura política.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de uma crítica a esquerda leninista Martins se coloca notavelmente enquanto um intelectual *igrejeiro*, ou seja, sua posição teórica apesar de conter rigor metodológico, está vinculada a sua posição de assessor da CPT nos idos da década de 80. Logo, além de tentar demarcar os desafios e as perspectivas da aplicação do marxismo às questões agrárias brasileiras Martins contempla uma igreja progressista que caminha na contramão do conservadorismo que por muito tempo permeou as ações sociais (quando tinha) da instituição. Por isso, Martins demonstra em seus textos um posicionamento *positivista* no que se refere a um afastamento do objeto de estudo por um lado, mas, por outro, retrata notável simpatia para com as ações da Igreja Católica progressista, demonstrando com isso um “lugar de fala” que todo pesquisador/estudioso possui, mesmo que não assuma.

A preocupação principal de Martins esteve na noção de que a mediação tem que “dar voz aos excluídos” do campo e não “falar por eles” na tentativa de viabilizar um projeto de manobra e mobilização para uma ideação revolucionária maior. Ou seja, o autor repugnava a ideia de ‘colocar’ o trabalhador rural no projeto dos outros, retirando as possibilidades reais de emancipação política dos mesmos. Era, portanto, uma crítica direta ao jeito de se fazer política pensada a partir da dualidade proletariado-burguesia advinda dos ideários marxistas urbanos que não possuía aplicabilidade real para a questão agrária brasileira.

É importante considerar também que Martins tem no conceito de luta pela “terra de trabalho” seu principal referencial teórico no que tange às questões de exclusão social do campo. Para além das inúmeras perspectivas sobre as estratégias de reforma agrária Martins acredita que apenas a luta pela “terra de trabalho” será suficiente para suprimir seu postulado antagônico: “terra de negócio”. A “terra de negócio” enquanto ferramenta de exploração do trabalho alheio pelo capital coloca em risco o projeto de emancipação do trabalhador rural. Só a luta pela “terra de trabalho” - terra possuída por quem nela trabalha - daria os mecanismos de reprodução social e econômica do pequeno trabalhador rural. Assim, os programas de reforma agrária radicais defendidos a época que pretendiam mudar toda estrutura fundiária do país não agradava Martins, sendo, para ele, muito mais uma utopia puramente socialista e pouco efetiva.

A descrença com um projeto de reforma agrária na segunda metade da década de 80 também deve ser destacado. A passagem da Ditadura Militar para um regime democrático, pautada por um *pacto social* entre as elites, não trouxe esperança para as lutas sociais do campo. O velho jeito de se fazer (e controlar a) política se manteve nos anos que se seguiram. Com a repressão aos trabalhadores rurais aumentando em diversas partes do país a abertura política se comportava com uma farsa, na visão de Martins. A sustentação de um conservadorismo antiparticipativo na Nova república fragilizou ainda mais o processo de luta social no campo, contendo avanços importantes de tempos outrora.

Longe de tentar ser exaustivo este trabalho não teve por intuito abarcar toda a produção científica de Martins em dez anos, mas de percorrer alguns elementos que trazia para o registro da questão agrária e, sobretudo, da sociologia rural certa relevância teórica. Registro este que ainda hoje exerce demasiada influência sobre os estudos de diversos pesquisadores, seja como ponto de concordância, seja como referencial crítico. Não é possível, contudo, olhar para estes registros da década de 80 e não levar em consideração que a produção de Martins posterior se prostrou de formas diversas. Seu rompimento com a CPT, às críticas dirigidas ao MST e a forma de ver a reforma agrária alinhada com a proposta de recuperação do senhorio da terra pelo estado (de forma particular do governo de Fernando Henrique Cardoso) fez de Martins um dos pesquisadores mais polêmicos da atualidade.

4. REFERÊNCIAS

CNBB. **Igreja e Problemas da Terra**. Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaici, 14 fev. 1981.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. **A Reforma agrária e os limites da Democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico. Petrópolis: Vozes, 1981.

NETO, A. J. M. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-342, 2007.

SANTOS, R. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SILVA, Francisco Carlos da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

SANTOS, Raimundo. O agrarismo de José de Souza Martins. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 23, n. 1, p. 214-231, 2015.

SOUZA, R. S. Agricultura e questão agrária nos anos 90. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 4, p. 54-76, 1997.

A DINÂMICA DOS MODELOS DE NEGÓCIOS PARA O AGRONEGÓCIO: UMA VISÃO BIBLIOMÉTRICA DE 1956 A 2017 PELA WEB OF SCIENCE

João Paulo Nascimento da Silva¹
Cledison Carlos de Oliveira²
André Spuri Garcia³

RESUMO

O agronegócio se apresenta como importante fator para economia brasileira e global, sendo assim, este fenômeno se mostra importante para aprofundamento das pesquisas acadêmicas por parte de seu desenvolvimento como modelo de negócios. Através desta pesquisa bibliométrica é possível aprofundar sobre o desenvolvimento deste fenômeno na academia, que, conforme apontam os dados, tem se mostrado de grande interesse para economias como a Brasil e EUA, e que as pesquisas sobre esta temática caminham próximo ao pensamento da economia destes países, conforme apontado pelo apoio dado as fontes de fomento. Dessa forma, este estudo apresenta o fenômeno crescente na economia global, através da pesquisa via Web of Science, e que acompanha o mesmo como desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Comportamento da academia, economia, produção.

BUSINESS MODELS FOR AGRIBUSINESS: A BIBLIOMETRIC VIEW OF 1956 TO 2017 IN WEB OF SCIENCE DATABASE

ABSTRACT

Agribusiness is an important factor for the Brazilian and global economy, thus, this phenomenon is important for the deepening of academic research by its development as a business model. Through this bibliometric research it is possible to deepen the development of this phenomenon in academia, which, as the data point out, has been of great interest to economies such as Brazil and the USA, and that research on this subject is close to the thinking of their economics. countries, as indicated by the support given to funding sources. Thus, this study presents the growing phenomenon in the global economy, through research via Web of Science, and accompanying it as economic development.

Key words: Academy behavior, economics, production.

¹ Graduado em Administração (FIVJ). Mestre em Marketing Relacional (IPL/PT). Mestre em Administração (UFLA). Doutorando em Administração (UFLA). E-mail: jpnasilvas@gmail.com.

² Graduado em Contabilidade (Fadminas). Mestre em Administração (UFLA). Doutorando em Administração (UFLA). E-mail: oliveira.cledison@gmail.com.

³ Graduado em Administração (UFOP). Mestre em Administração (UFLA). Doutorando em Administração (UFLA). Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: andrespurigarcia@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio é um importante fator do desenvolvimento econômico do Brasil e um importante traçado para economia mundial. Segundo Arbage (2012) o agronegócio abrange toda a produção agropecuária (que inclui as produções animal e vegetal, atividades vinculadas ao extrativismo e a exploração florestal), bem como as atividades situadas à montante da produção rural (indústrias de insumos, estrutura de financiamento à produção, instituições de pesquisa, etc.) e à jusante como é o caso da indústria de processamento, do setor de distribuição (atacado e varejo) e dentre outras empresas e/ou organizações que contribuem para o processo de transformação e comercialização de produtos agropecuários.

Nesse sentido, o desenvolvimento de modelos de negócios voltados para o agronegócio contempla um importante ponto da academia mundial em relação ao desenvolvimento deste fenômeno. Em relação ao Brasil, o país demonstra, através da participação das pesquisas brasileiras, o importante passo de nosso desenvolvimento acadêmico e econômico.

Para Veldwisch (2015), os modelos de negócios voltados para o agronegócio trazem mudanças no campo, de forma a melhorar suas implementações e relações com o ambiente. Segundo Verdouw (2015), os negócios do campo devem se adaptar de forma flexível às condições impostas pelas mudanças do mercado.

Apresentar uma definição de modelo de negócio

A partir desse pensamento, busca-se compreender o fenômeno dos modelos de negócios voltados para agricultura, sendo um fator impactante em economias e nos fatores de desenvolvimento local, regional, de empresas e nações, e que surgem como fator de relevância para a sustentabilidade dos negócios no longo prazo. Dessa forma, é importante buscar compreender o fenômeno de modelos de negócios voltados para mercados agropecuários contemporâneos, pois o modelo de negócios afeta seu desenvolvimento e, conseqüentemente, afeta os resultados das pesquisas e da economia como um todo.

O objetivo deste artigo é mapear o estado da pesquisa em desenvolvimento de modelo de negócios para o agronegócio, a fim de proporcionar uma melhor compreensão da estrutura deste campo de pesquisa e dos principais atores envolvidos. Especificamente, procura-se apresentar as tendências de publicação nesse campo, as categorias (áreas) das publicações, as palavras chaves e países centrais, os artigos, periódicos e autores mais relevantes, as estruturas de cocitação e coautoria dos mesmos.

Nesse sentido, através da bibliometria, este estudo busca apresentar uma avaliação das atividades de produção acadêmica e comunicação da comunidade científica (ARAÚJO, 2006), assim como contribuir com o referido campo de conhecimento, de forma a mapear as comunidades acadêmicas, e identificar grupos de pesquisadores e motivações para desenvolvimento das pesquisas, de forma a entender este comportamento da academia como um todo (CHUEKE; AMATUCCI, 2015, p. 2).

Para tanto, este estudo visa compreender o fenômeno do desenvolvimento de modelos de negócios para o agronegócio, aplicando uma pesquisa da produção acadêmica via Web of Science dos anos de 1956, onde foi encontrado o primeiro artigo sobre a temática, até o ano de 2017, com intuito de processar e compreender o comportamento da academia em relação a estas pesquisas e a participação da academia brasileira em relação a produção global. Esta análise pode gerar *insights* sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico de alguns países que mais se aprofundam nesta relação de pesquisas sobre os modelos de negócios para o agronegócio.

Este artigo foi dividido em etapas que consistem, a seguir, na apresentação e aprofundamento da literatura sobre a temática de modelos de negócios e agronegócios, seguida pelo componente de embasamento metodológico em que a pesquisa foi realizada, e, na terceira etapa, a apresentação e discussão dos resultados encontrados sobre o direcionamento das pesquisas acadêmicas, seguida pelas conclusões e pelas sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Osterwalder (2004), o modelo de negócios consiste na lógica de criação, entrega e captura de valor de uma empresa. A introdução de modelos de negócios no agronegócio, provoca mudanças no campo, transformando a prática econômica implementando novos produtos, serviços, melhores processos, bem como, a implementação de um novo método de organização do trabalho e suas relações com o meio ambiente (VELDWISCH, 2015). Nesse sentido, Verdouw, et al. (2015) salienta que atualmente a agricultura é uma tarefa gerencial complexa que impõe requisitos rigorosos na fazenda, como Sistemas de Gerenciamento de Informação. Embora exista uma extensa literatura sobre a teoria de modelos de negócios para fornecer exemplos de empresas específicas, não existe uma visão abrangente de como as empresas devem se aproximar incorporando a sustentabilidade em seus modelos comerciais (BAINES et al., 2007).

Sommer (2012) enfatiza que um modelo de negócios não só tem foco na empresa, mas envolve um conjunto mais amplo de partes interessadas, exigindo uma perspectiva de rede de valor mais ampla para inovar e transformar o modelo de negócio. Isso está de acordo com Beattie e Smith (2013) e Zott, Amit e Massa (2011) que descrevem como modelo de negócio que se estende além da entidade da empresa, seus clientes e acionistas, e incluindo o valor capturado para as principais partes interessadas. Da mesma forma, os modelos de negócios sustentáveis capturam valor econômico, social e ambiental para uma ampla gama de *stakeholders* (BOCKEN et. al., 2013).

Os modelos de negócios sustentáveis incorporam uma abordagem de linha tripla e consideram uma ampla gama de interesses das partes interessadas, incluindo o meio ambiente e a sociedade. Eles são importantes em conduzir e implementar a inovação corporativa para a sustentabilidade, pode ajudar a incorporar a sustentabilidade na finalidade e nos processos comerciais, e servem de agente principal da vantagem competitiva (BOCKEN et. al., 2014).

Nessa perspectiva as empresas multinacionais de alimentos e agronegócios estão redesenhando suas estratégias de abastecimento para aproveitar o potencial de produção de alimentos subutilizados das fazendas em pequena escala, de forma a melhorar o sustento dos agricultores. O problema é que os atuais modelos de abastecimento amplamente aplicados não incluem a melhoria dos meios de subsistência dos produtores / agricultores (SJAUW-KOEN-FA, et al., 2017).

Para Hanelt, Busse, e Kolbe, (2017), os sistemas de informação podem promover a transformação do negócio para sustentabilidade em grande escala, apoiando tecnologias verdes, criando assim soluções físico-digitais híbridas capazes de cumprir o desempenho organizacional, requisitos que contribuem para práticas comerciais sustentáveis. Esse é um caminho alternativo para a sustentabilidade corporativa, em vez de apenas contribuir para o "ecologização" das práticas comerciais, visando melhorar o impacto da organização no desempenho de inovações ambientais vantajosas, que por sua vez promove sua adoção.

A industrialização da agricultura expandiu-se muito nas décadas anteriores. As fazendas estão se desenvolvendo para fábricas de alta tecnologia que são caracterizados pela produção em larga escala e intensivo uso da tecnologia. As

fazendas não só devem ser muito eficientes, mas também tem que cumprir padrões de alta qualidade e ambientais, e ainda deve se adaptar de forma flexível a condições impostas pelas mudanças do mercado (VERDOUW et al., 2015).

É importante redesenhar o modelo de negócio para que as empresas convencionais, possam integrar mais facilmente a sustentabilidade no seu negócio, e para novas empresas criativas poder projetar e buscar negócios sustentáveis, como sugerido por (STUBBS; COCKLIN, 2008) e (PORTER; KRAMER, 2011).

Diante dessa perspectiva, o estudo de Veldwisch, (2015) contribui para a discussão sobre modelos de negócios inclusivos como alternativas às aquisições de terras em larga escala, analisando um caso em que um produtor rural estrangeiro, dentro de um paradigma de investimento de impacto, adquiriu e reabilitou uma planta de processamento de arroz em Chokwe, Moçambique.

Já o estudo de Sjauw-Koen-Fa, et al., (2017) explora a aplicabilidade de um modelo sustentável de terceirização sustentável com uma lista de fatores críticos de sucesso, nos quais os objetivos comerciais e as perspectivas de responsabilidade social corporativa são combinados.

Assim, os arquétipos de modelos de negócios sustentáveis são introduzidos para descrever agrupamentos de mecanismos e soluções que podem contribuir para a construção do modelo de negócios para a sustentabilidade. A mira desses arquétipos é desenvolver uma linguagem comum que possa ser usada para acelerar o desenvolvimento de modelos empresariais sustentáveis em pesquisa e prática. Os arquétipos são: maximizar a eficiência de materiais e energia; criar valor a partir de "resíduos"; substituir por fontes renováveis e processos naturais; entregar funcionalidades em vez de propriedade; adotar um papel de administração; incentivar a suficiência; re-propósito do negócio para a sociedade / meio ambiente; e desenvolva a escala de soluções (BOCKEN et. al., 2014).

3. METODOLOGIA

Em um contexto de crescente produção acadêmica/científica em todos os campos, principalmente em relação ao agronegócio, face sua importância econômica, as pesquisas com um todo, assim como as revisões de literatura adquirem cada vez mais relevância, pois permitem um levantamento dos campos científicos, de forma a encontrar lacunas/gaps para contribuição na academia.

Nesse sentido, optamos por uma revisão bibliométrica para este trabalho. A pesquisa bibliométrica visa compreender a construção e o direcionamento das pesquisas acadêmicas sobre determinado fenômeno, neste caso, os estudos sobre Modelos de Negócios para Agronegócios na base *Web of Science* entre os anos de 1956 e 2017. Segundo Araújo (2006, p. 11), a bibliometria surge pela "necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica". Nesse mesmo sentido, Chueke e Amatucci (2015, p 2) colocam:

Particularmente, no campo das ciências sociais aplicadas os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações. Tais objetivos são tangibilizados por meio da criação de indicadores que buscam sumarizar as instituições e os autores mais proíferos, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (CHUEKE; AMATUCCI, 2015, p. 2)

As pesquisas bibliométricas, tendo uma predominância quantitativa, de forma a aplicar técnicas estatísticas e matemáticas para avaliação da produção acadêmica, a bibliometria permite inferências qualitativas, que permite realizar uma análise de autores e obras mais referenciadas do campo em estudo e permite uma análise qualitativa das palavras-chave.

Nesse sentido, a análise bibliométrica consistem em uma frente de pesquisa, que são os artigos encontrados em uma determinada busca, os principais temas trabalhados dentro de um campo, os autores que mais publicam sobre um determinado tema, os países que lideram a pesquisa de um determinado assunto e permitem apontar, também, se existe alguma instituição de ensino central para uma temática, e a base intelectual, que mostra quais são as principais obras que sustentam uma determinada área de conhecimento e também quais os autores são referências centrais dentro de um campo.

Para Chueke e Amatucci (2015, p. 1), a bibliometria colabora na tarefa de sistematização das pesquisas realizadas em determinado campo e endereçar problemas investigados em pesquisa futuras. Nesse sentido, a pesquisa bibliométrica busca identificar o que está posto em um determinado campo de conhecimento e permite evidenciar tendências e lacunas para pesquisas futuras. Para tanto, estes dados fornecidos pelas bases de estudo podem ser considerados valiosos, de maneira que oferecem informações objetivas e compreensíveis sobre os fenômenos na academia e de maneira vasta para o campo analisado (Diem e Wolter 2013).

Para a organização dos procedimentos utilizados nesta revisão foi utilizado o *framework* proposto por Prado et al (2016), tendo sido realizadas pequenas adaptações referentes a este estudo. O *framework* apresentando no Quadro 1 mostra as etapas para a busca, seleção, organização e análise dos dados que constituirão o *corpus* deste estudo, o que possibilita a replicação do estudo, além de fornecer transparência para a pesquisa.

Quadro 1 – Framework de Pesquisa

	Etapas	Procedimento	Descrição
1	Operacionalização da pesquisa	1.1	Escolha da(s) base(s) científica(s) ou periódicos
		1.2	Delimitação dos termos que representam o campo
		1.3	Delimitação de outros termos para apurar os resultados
2	Procedimentos de busca (filtros)	2.1	<i>Title</i> (termo do campo) <i>AND</i> topic (direcionamento)
		2.2	Utilização de <i>underline</i> : expressão exata
		2.3	Filtro 1: Delimitação em somente artigos
		2.4	Filtro 2: Todos os anos
		2.5	Filtro 3: Todas as áreas
		2.6	Filtro 4: Todos os idiomas
3	Procedimentos de seleção (Banco de dados)	3.1	Download das referências - <i>software EndNote</i>
		3.2	Download das referências em formato planilha eletrônica
		3.3	Download das referências para utilização no <i>CiteSpace</i>
		3.4	Organização das referências no <i>EndNote</i>
		3.5	Organização de matriz de análise em planilha eletrônica
		3.6	Importação dos dados para <i>softwares</i> de análise
4	Adequação e organização dos dados	4.1	Eliminação dos artigos duplicados no banco de dados
		4.2	Eliminação de artigos por meio de leitura flutuante
		4.3	Eliminação por meio da análise da polissemia dos termos
		4.4	Busca dos artigos completos em .pdf

5	Análise da produção científica	5.1	Análise do volume das publicações e tendências temporais
		5.2	Análise das referências e artigos mais citados
		5.3	Análise do país de origem
		5.4	Análise dos periódicos
		5.5	Análise da autoria e coautoria
		5.6	Análise das categorias (áreas) das publicações
		5.7	Análise das palavras-chave
		5.8	Descrição, estudo das relações e tendências

Fonte: Prado et al (2016).

Conforme demonstrado no Quadro 1, para o início da bibliometria faz-se necessário definir as etapas da busca será realizada. Para a base de dados, foi selecionada a base *Web of Science* (coleção principal) da *Thomson Reuters Scientific* por ser considerada uma das mais completas, de forma que, a escolha por uma única base de dados está relacionada com a padronização das informações (PRADO et al., 2016) e a escolha da *Web of Science* justifica-se por sua relevância, abrangência e confiabilidade (PINTO; SERRA; FERREIRA, 2014). Outro fator relevante, a *Web of Science* permite exportações das buscas e referências para a utilização via *software CiteSpace*, o *software* mais utilizado para realização da bibliometria (CHEN, 2006) e que será utilizado neste trabalho.

Segundo Chen (2006), o *CiteSpace* permite a construção das duas etapas da pesquisa bibliométrica: o *Research front* (os trabalhos mais citados de um campo científico), e a *Intellectual base* (as citações e cocitações na literatura científica). Estes conceitos são importantes para demonstrar tendências e padrões na literatura científica de uma determinada área de conhecimento (CHEN, 2006).

Adiante, para a realização da busca utilizamos os termos “*Business Model*”, “*Agrobusiness*” e “*Agribusiness*”, entre aspas, de forma a aparecer o termo inteiro nas buscas pelo título ou no corpo dos artigos. Foram considerados todos os anos da base, de 1956 até 2017 – último ano completo - assim como todos os idiomas e categorias, restringindo a busca aos artigos científicos presentes na base e excluindo trabalhos como livros, anais de conferências, entre outros, resultando em um total de 1905 artigos. Adiante, para utilização do *CiteSpace* foi realizado o *download* das referências dos artigos, que foram exportadas em formato de planilha eletrônica para tabulação e também em formato de texto para utilização do *software CiteSpace* (CHEN, 2006).

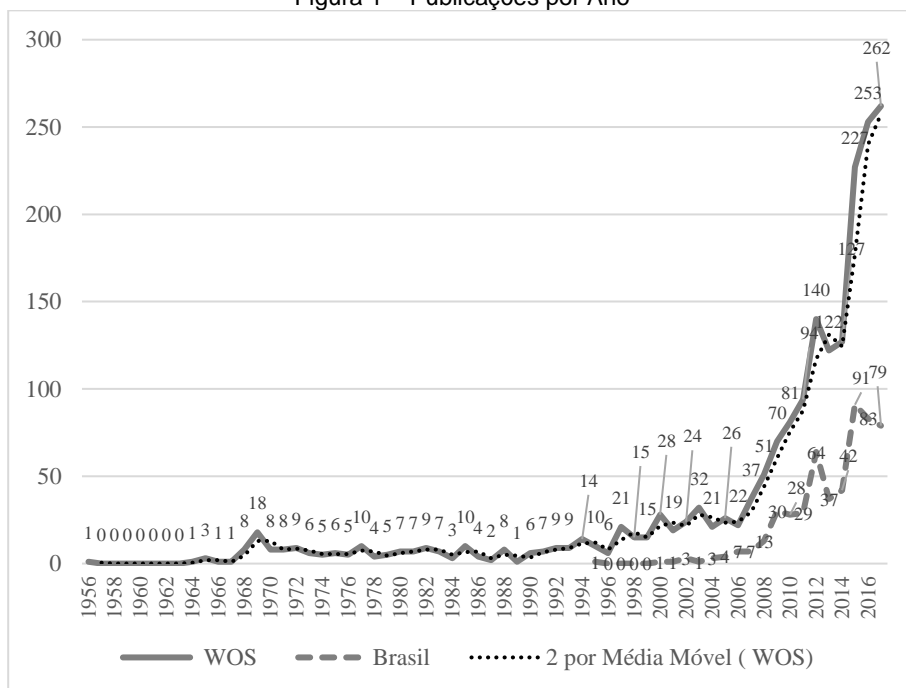
A análise da frente de pesquisa consistiu em analisar quantitativamente e qualitativamente os 1.905 trabalhos encontrados na busca. Nesse sentido, realizou-se uma análise da frequência de publicações por ano, com o intuito de verificar o seu início e se existem tendências no volume, de forma a identificar os períodos de maior publicação ao longo dos anos. Foram analisados, através das informações levantadas na *Web of Science* com a utilização do *Software CiteSpace*, as palavras-chaves, pois elas podem nos indicar as principais temáticas dentro de um campo de conhecimento. Por sua vez, a análise da *Intellectual base* de uma frente de pesquisa nos mostra as citações e cocitações, ou seja, quais são os trabalhos e autores referenciados pelos artigos (CHEN, 2006).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa são apresentados os resultados da análise descritiva, que contempla os dados bibliométricos da pesquisa. É possível verificar que as publicações na área de modelos de agronegócios se iniciaram em 1956, seguido por uma lacuna nos anos seguintes e tendo a segunda publicação 8 anos depois, em

1964. Os anos seguintes se destacaram por um acúmulo das publicações na área, mas ainda sem um destaque maior, o que denota pouco interesse para as pesquisas na área até então. É possível notar um maior avanço no número de pesquisas realizadas a partir do ano de 1994, com 14 artigos científicos. A Figura 1 representa a produção acadêmica, ao longo dos anos de forma mais detalhada.

Figura 1 – Publicações por Ano

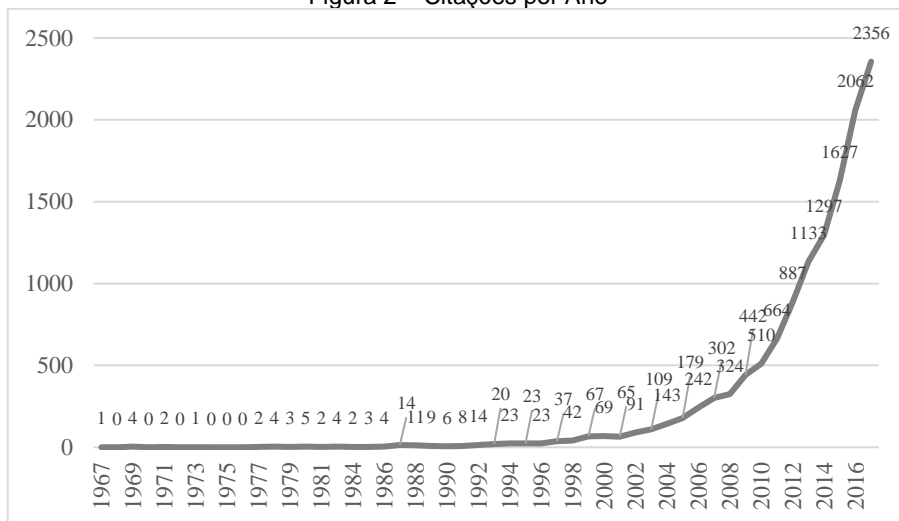


Fonte: Dados da Pesquisa.

Na Figura 1 é possível perceber que de 1994 a 2006 as publicações, apesar do leve crescimento, ainda se encontram de forma estável, sempre abaixo dos 30 artigos científicos por ano, com exceção para o ano de 2003, com 32 artigos. Do ano de 2007 em diante, ano que totalizou 37 artigos científicos, as publicações tiveram um crescimento exponencial, com apenas os anos de 2013 e 2014 apresentando queda na produção acadêmica, tendo 122 e 127 artigos respectivamente. Dessa forma, é possível notar que foi dada maior importância a temática a partir do ano de 1994, mas o tema se tornou realmente relevante a partir do ano de 2007, conforme apresentado pela linha de tendência por média móvel com base em dois períodos, onde a linha não apresenta declínio nos períodos posteriores a 2007.

Em relação ao Brasil, sua primeira publicação só ocorreu em 1995, sua segunda publicação apenas em 2000, e seu crescimento se deu a partir de 2006, com 7 artigos. Apesar do começo tardio, é possível notar uma grande participação brasileira na produção acadêmica da temática, envolvendo modelos de negócios para agronegócios, de um total de 1905 artigos encontrados, 523 são brasileiros, o que corresponde a 27,5% das publicações na área.

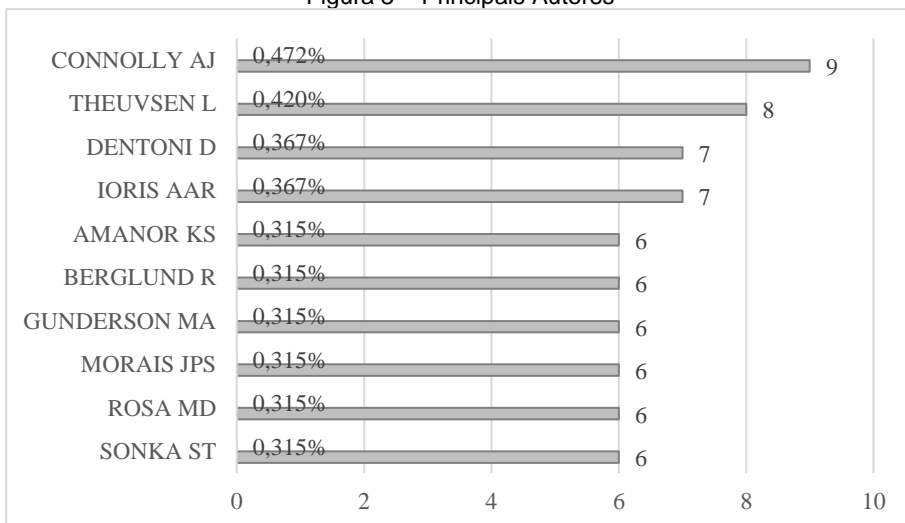
Figura 2 – Citações por Ano



Fonte: Dados da Pesquisa.

A Figura 2 apresenta as citações por ano dentro da temática de modelos de negócios para o agronegócio, tendo sua primeira citação sido realizado em 1964, 8 anos após a publicação do primeiro artigo científico na área. É possível notar um maior crescimento das citações a partir do ano de 1994, corroborando com a Figura 1, onde é apresentado um maior crescimento das publicações na área. A partir do ano de 2004 as citações já ultrapassaram a cada 3 dígitos, o que também corrobora com as publicações na área, tendo seu crescimento a partir de 2007, conforme linha de tendência por média móvel apresentada acima.

Figura 3 – Principais Autores

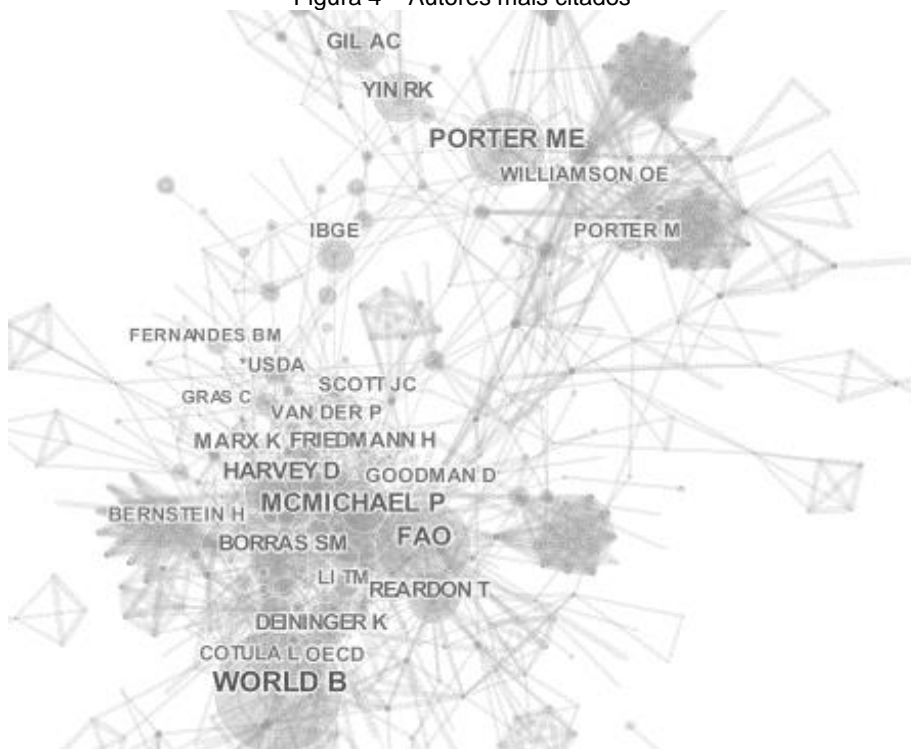


Fonte: Dados da Pesquisa.

Os 10 principais autores na área, conforme apontado pela Figura 3, correspondem a 67 artigos, do total de 1905 artigos científicos publicados na área, não sendo possível determinar uma elite acadêmica em relação a temática, mas destacam-se os autores Connolly, 9 artigos, Theuvsen, 8 artigos, e Dentoni e Ioris, ambos com 7 artigos científicos, seguidos de uma maior sucessão de autores com 6 artigos na área.

Para tanto, é importante destacar a contribuição dos autores João Paulo Saraiva Moraes e Morsyleide de Freitas Rosa, ambos com 6 artigos científicos, sendo autores brasileiros que estão apresentados entre os 10 autores com mais contribuição para as publicações da área.

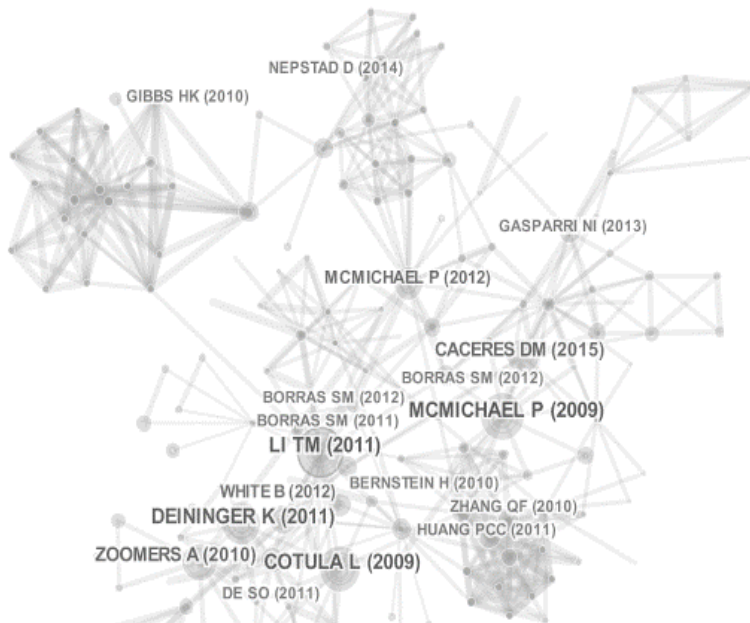
Figura 4 – Autores mais citados



Fonte: Dados da Pesquisa.

A análise via CiteSpace mostrada na Figura 4 aponta para os autores mais citados nos artigos, com um destaque para Porter e para a fonte consultada IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que como base brasileira pesquisada, reforça o destaque do Brasil neste campo de pesquisa. Dentre os principais autores apontados na Figura 3, nenhum deles consta dentre as fontes apresentadas na análise via CiteSpace.

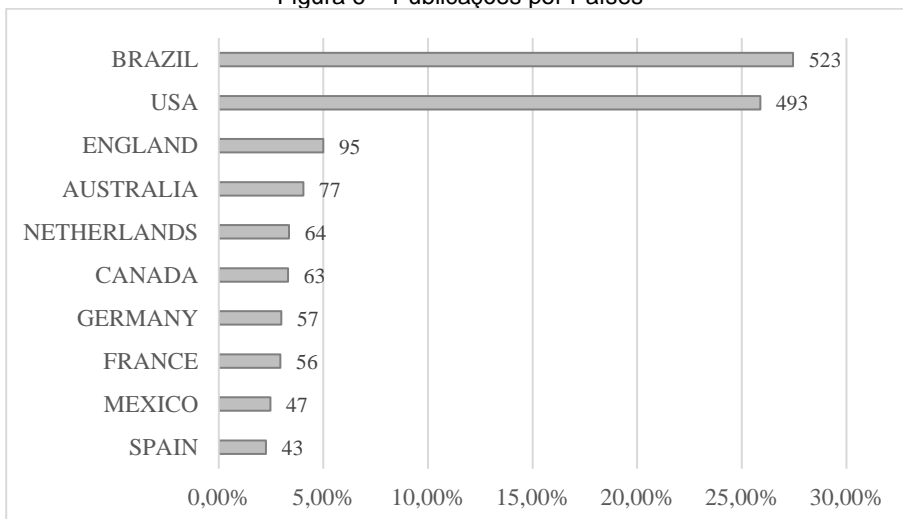
Figura 5 – Referências mais citadas



Fonte: Dados da Pesquisa.

A Figura 5 apresenta as principais referências presentes nos artigos pesquisados, onde o mesmo, novamente, não corrobora com a Figura 3, que aponta os principais autores da área, mas aponta para a referência principal de Porter nestas pesquisas, apontado acima em trabalhos, principalmente, nos anos de 2009 e 2012.

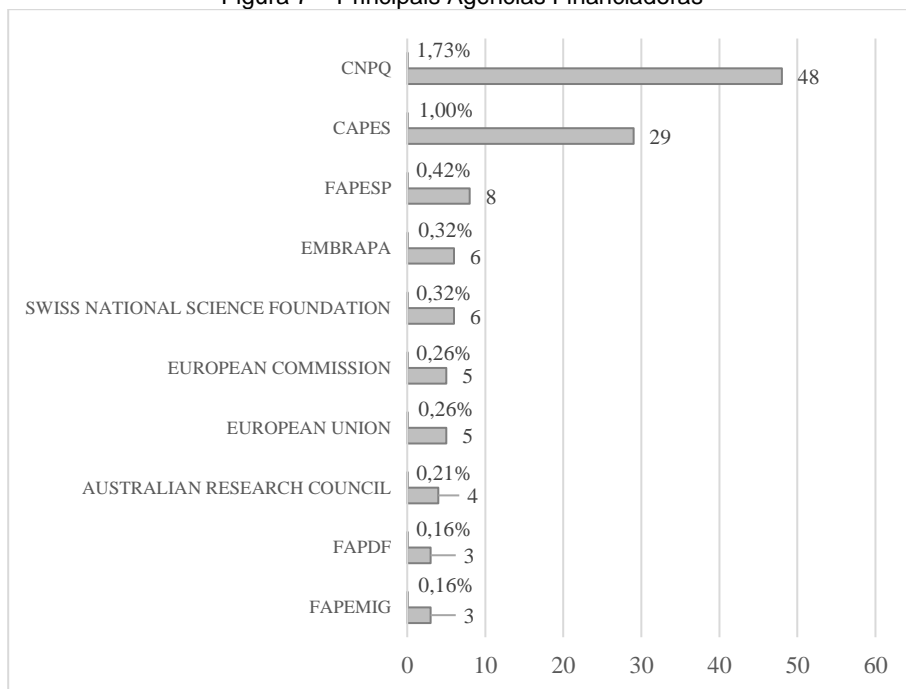
Figura 6 – Publicações por Países



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, a Figura 6 apresenta a quantidade de publicações por países, dando a importância ao Brasil, com 523 artigos científicos na área, um total de 27,5% das publicações sobre a temática sendo proveniente da academia brasileira. É importante destacar também a posição dos Estados Unidos, com 493 publicações, 25,8% das publicações da área, sendo que, dessa forma, os dois países, Brasil e EUA, concentram um total de 53,3% das publicações sobre a temática de modelos de negócios para agronegócios.

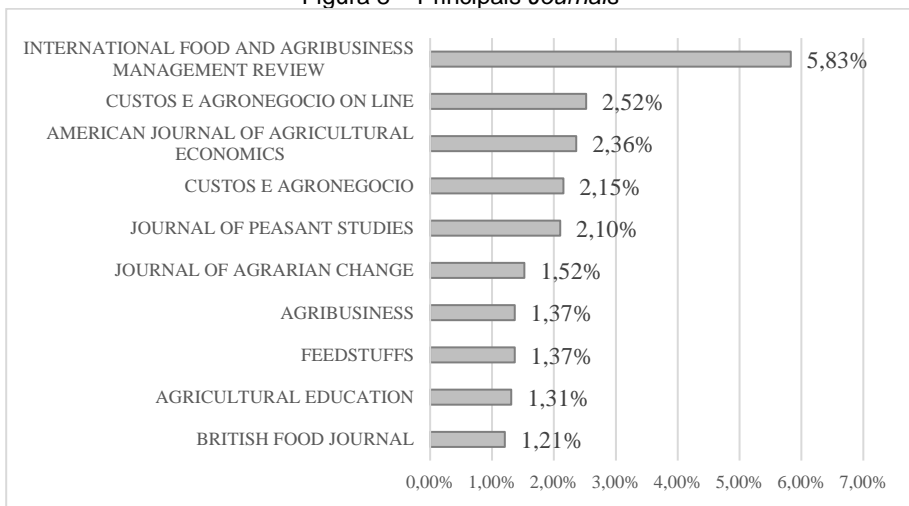
Figura 7 – Principais Agências Financiadoras



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre as principais agências financiadoras, conforme apresentado na Figura 7, 6 agências de fomento são brasileiras, o que demonstra a preocupação da academia brasileira em relação a temática. Vale ressaltar que a quantidade de agências de fomento que financiam pesquisas na área é grande, um total de 619 agências de fomento foram encontradas para as pesquisas mundiais, o que denota preocupação de governos com pesquisas na área, e que as 6 brasileiras (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG) concentram um total de 3,78% das pesquisas mundiais sobre a temática.

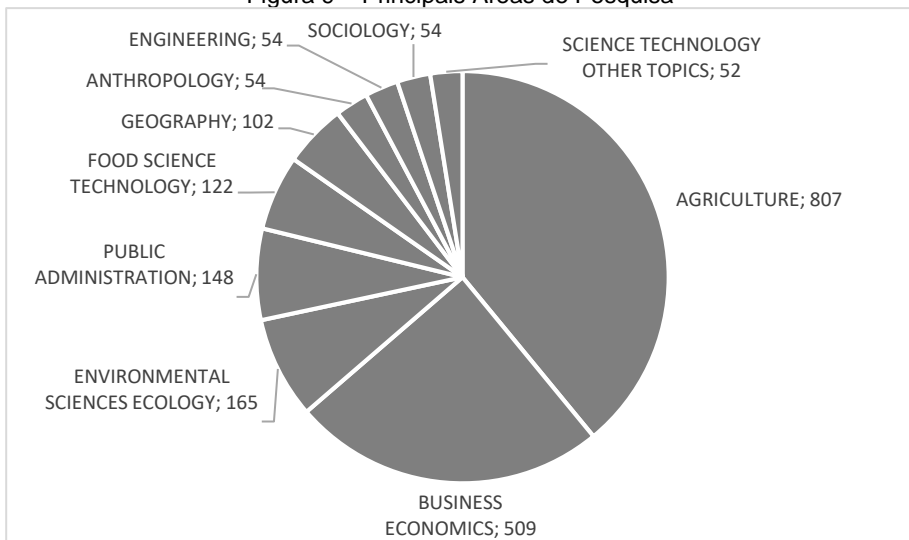
Figura 8 – Principais *Journals*



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os principais *Journals* da área, destaca-se o *International Food and Agribusiness Management Review*, com 5,83% das publicações na área, o maior periódico em quantidade de publicações. Mas há de se considerar a relevância dos periódicos Custos e Agronegócios e Custos e Agronegócios Online, um periódico brasileiro em duas plataformas distintas, e que aparecem entre os 10 principais periódicos da área. Esta informação em si é mais um reforço para o pensamento sobre a grande relevância que é dada pela academia a área de agronegócios e, consecutivamente, a seus modelos de negócios.

Figura 9 – Principais Áreas de Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre as principais áreas de pesquisa, as primeiras posições são relevantes a *Agriculture* e *Business Economics*, que são as temáticas fontes dessa pesquisa. Porém é importante destacar a terceira colocação para as pesquisas de *Environmental Sciences Ecology*, o que denota uma preocupação das em relação as pesquisas ambientais. Essa preocupação em si se torna uma possibilidade de aprofundamentos para pesquisas futuras, visto que é importante aprofundar a relação existente entre os modelos de agronegócios que envolvem as questões ambientais, buscando compreender o motivo destas pesquisas, se por uma busca de maior sustentabilidade nos agronegócios ou se por questões restritivas do ambiente.

Na Tabela 1 são apresentados os artigos mais citados nesta pesquisa.

Tabela 1 – Artigos mais citados na Web of Science

Artigo	Autor	Ano	Journal	Citações
An overview of APSIM, a model designed for farming systems simulation	Keating, BA; Carberry, PS; Hammer, GL; et al.	2003	European Journal of Agronomy	1106
Global change and eutrophication of coastal Waters	Rabalais, NN; Turner, RE; Diaz, RJ; et al.	2009	Ices Journal of Marine Science	307
Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests	Nepstad, D; Carvalho, G; Barros, AC; et al.	2001	Forest Ecology and Management	290
From farm to table: The organic vegetable commodity chain of northern California	Buck, D; Getz, C; Guthman, J	1997	Sociologia Ruralis	191
The trouble with 'organic lite' in California: A rejoinder to the 'conventionalisation' debate	Guthman, J	2004	Sociologia Ruralis	174
The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants	Altieri, MA; Manuel Toledo, V	2011	Journal of Peasant Studies	170
The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers	Cotula, L	2012	Journal of Peasant Studies	156
Committed carbon emissions, deforestation, and community land conversion from oil palm plantation expansion in West Kalimantan, Indonesia	Carlson, KM.; Curran, LM.; Ratnasari, D; et al.	2012	Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America	134
Processes of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia	McCarthy, JF	2010	Journal of Peasant Studies	123
A food regime analysis of the 'world food crisis'	McMichael, P	2009	Agriculture and Human Values	119

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os 10 principais artigos apresentados na Tabela 1, é de destaque para o artigo "*An overview of APSIM, a model designed for farming systems simulation*", de Keating, BA; Carberry, PS; Hammer, GL; et al. (2003), publicado pelo *European Journal of Agronomy*, e que possui 1.106 citações acadêmicas até o momento desta pesquisa, um número impressionante se comparado com as 307 citações do segundo artigo mais citado.

O artigo de Keating, Carberry e Hammer (2003) trata de um Simulador de Sistemas de Produção Agrícola (APSIM), desenvolvida para simular o processo biofísico nos sistemas agrícolas, em particular quando há interesse nos resultados econômicos e ecológicos da prática de gestão em face do risco climático. O artigo apresenta a ampla gama de aplicações da APSIM, incluindo suporte para tomada de decisões na fazenda, design de sistemas agrícolas para a produção ou objetivos de gerenciamento de recursos, avaliação de previsão de valor sazonal, análise de questões de cadeia de suprimentos nas atividades do agronegócio, desenvolvimento de diretrizes de gerenciamento de resíduos, avaliação de riscos para a elaboração de políticas governamentais e um guia para pesquisa e atividade educacional.

O artigo de Rabalais et. al. (2003), aponta os efeitos cumulativos da mudança global, incluindo mudanças climáticas, aumento da população e industrialização e agro-negócios mais intensos, tendo como resultado os sintomas da eutrofização, como flores de algas nocivas e prejudiciais, redução da qualidade da água, perda de habitat e recursos naturais, e gravidade da hipoxia (depleção de oxigênio) e sua extensão em estuários e águas costeiras aumentarão. Segundo os autores, as mudanças climáticas globais provavelmente resultarão em maiores temperaturas da água, estratificação mais forte e aumento de entradas de água doce e nutrientes para as águas costeiras em muitas áreas do globo.

Nepstad et. al. (2001) por outro lado, em seu artigo, apresenta o fogo como a maior ameaça para as florestas da Amazônia. Para os autores, a magnitude desta ameaça é ampliada por três laços que impulsionam a expansão do incêndio florestal na região: (1) O fogo promove a seca e, portanto, mais fogo, liberando fumaça para a atmosfera, reduzindo assim as chuvas; (2) O fogo aumenta a susceptibilidade das florestas à queima recorrente ao matar árvores, permitindo que a luz solar penetre no interior da floresta e aumente a carga de combustível no chão da floresta; e (3) Finalmente, os incêndios também se autopropagam pela queima de sistemas agrícolas e florestais, desencorajando os proprietários de terra de fazerem esses investimentos sensíveis ao fogo em suas terras, o que lhes permitiria ultrapassar sua dependência do fogo como uma ferramenta de gerenciamento.

Além dos 3 principais artigos acima descritos e que trazem uma preocupação com questões ambientais, destaca-se também a participação de autores brasileiros dentre os 10 artigos mais citados na área. Os artigos "*Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests*", dos autores Nepstad, D; Carvalho, G; Barros, AC; et al. (2001), publicado pela *Forest Ecology and Management*, e o artigo "*Committed carbon emissions, deforestation, and community land conversion from oil palm plantation expansion in West Kalimantan, Indonesia*", dos autores Carlson, Kimberly M.; Curran, Lisa M.; Ratnasari, Dessy; et al. (2012), publicado pelo *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, ambos que possui autores brasileiros na sua construção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear o estado da pesquisa em desenvolvimento de modelo de negócios para o agronegócio, a fim de proporcionar uma melhor compreensão da estrutura deste campo de pesquisa e dos principais

atores envolvidos. Especificamente, procurou-se apresentar as tendências de publicação nesse campo, as categorias (áreas) das publicações, as palavras chaves e países centrais, os artigos, periódicos e autores mais relevantes, as estruturas de cocitação e coautoria dos mesmos.

O artigo investigou a evolução das publicações sobre o desenvolvimento de modelo de negócio para o agronegócio, identificando um crescimento significativo a partir de 2007. Entre os principais autores da área, não foi possível determinar uma elite acadêmica em relação a temática, mas os autores que se destacam são Connolly, Theuvsen, Dentoni, Ioris, Moraes e Rosa. Ao comparar os países mais citados, identifica-se o Brasil e Estados Unidos com maior volume de publicações sobre a temática, destaque especial para o Brasil que lidera em primeiro lugar no volume de publicações sobre a temática.

Na análise das principais agências financiadoras, se destacam CNPQ e CAPES com maior volume de artigos publicados e financiados por elas. Dentre os principais *Journals* da área, destaca-se o *International Food and Agribusiness Management Review*. As principais áreas de pesquisa são *Agriculture* e *Business Economics*, dentre as temáticas que foram fonte dessa pesquisa.

Os resultados mostram a grande participação do Brasil nas publicações sobre modelos de negócio para o agronegócio. O país apresenta o maior número de publicações dentro da busca realizada. Além disso, o Brasil apresenta periódicos entre os periódicos com maior número de artigos publicados, sendo referência no assunto. Mais que isso, possui as principais agências financiadoras de pesquisas no assunto. Portanto, o Brasil pode ser considerado referência no assunto, o que condiz com sua condição atual no agronegócio. Isso demonstra que o país produz pesquisas com o objetivo de desenvolver seu agronegócio.

Como limitação, destacamos que a revisão bibliométrica aqui realizada foi internacional e pautada em uma única base. Nesse sentido, recomenda-se revisões de literatura nacionais sobre o tema. Além disso, recomenda-se o uso de outras bases de dados. Por fim, recomenda-se pesquisa empíricas sobre modelos de negócios voltados para o agronegócio.

6. REFERÊNCIAS

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2012.

BAINES, T., LIGHTFOOT, H., EVANS, S., E NEELY, A. State-of-the-art in product-service systems. **Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part B: Journal of Engineering Manufacture**, 221 (10), p.1543-1552, 2007.

BEATTIE, V., SMITH, S. Value creation and business models: Refocusing the intellectual capital debate. **The British Accounting Review**, v. 45, 4, p. 243-254, 2013.

BOCKEN, N. M. P., SHORT, S., RANA, P., E EVANS, S. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of Cleaner Production**, 65: p.42-56, 2014.

BOCKEN, N., SHORT, S., RANA, P., E EVANS, S. **A value mapping tool for sustainable business modelling**. *Corporate Governance*, 13 (5), p.482-497, 2013.

CHEN, C. CiteSpace II: Detecting and visualizing emerging trends and 37ransiente patterns in scientific literature. **JASIST**, v, 57, n. 3, p. 359-377. 2006.

COKER, A. A. A., et al. Gender Differentials among Subsistence Rice Farmers and Willingness to undertake Agribusiness in Africa: Evidence and Issues from Nigeria. **African Development Review-Revue Africaine De Developpement** 29: p.198-212, 2017.

HANELT, A., BUSSE, S., E KOLBE, L. M. Driving business transformation toward sustainability: exploring the impact of supporting IS on the performance contribution of eco-innovations. **Information Systems Journal** 27(4): p.463-502, 2017.

KEATINGM B. A. et. Al. An overview of APSIM, a model designed for farming systems simulation. **European Journal of Agronomy**, v. 18, ed. 3-4, p. 267-288, 2003.

NEPSTAD, D. et. al. Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. **Forest Ecology and Management**, v. 154, ed. 3, p. 395-407, 2001.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Value proposition design**. United States of America: Wiley Library, 2014.

PINTO, C. F.; SERRA, F. R.; FERREIRA, M. P. A bibliometric study on culture research in International Business. **BAR**, v. 11, n. 3, p. 340-363, 2014.

PORTER, M., KRAMER, M. Creating Shared Value. **Harvard Business Review**, February, 2011.

PRADO, J. W.; CASTRO ALCÂNTARA, V.; MELO CARVALHO, F.; VIEIRA, K. C.; MACHADO, L. K.; TONELLI, D. F. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968---2014). **Scientometrics**, v. 106, ed. 3, p. 1007-1029, 2016.

RABALAIS, N. N. et. al. Global change and eutrophication of coastal Waters. **Ices Journal of Marine Science**, v. 66, ed. 7, p. 1528-1537, 2009.

SJAUW-KOEN-FA, A. R., et al. Exploring the applicability of a sustainable smallholder sourcing model in the black soybean case in Java. **International Food and Agribusiness Management Review** 20(5): p.709-727, 2017.

SOMMER, A. **Managing green business model transformations**. Springer Verlag, Berlin Heidelberg, 2012.

STUBBS, W., COCKLIN, C. Conceptualizing a "Sustainability Business Model". **Organization & Environment**, 21(2), p. 103-127, 2008.

VELDWISCH, G. J. Contract farming and the reorganisation of agricultural production within the Chokwe Irrigation System, Mozambique. **Journal of Peasant Studies** 42(5), p. 1003-1028, 2015.

VERDOUW, C. N., et al. ERP in agriculture: Lessons learned from the Dutch horticulture. **Computers and Electronics in Agriculture** 114, p.125-133, 2015.

ZOTT, C., AMIT, R., MASSA, L. The Business Model: Recent Developments and Future Research. **Journal of Management**, 37(4), p.1019-1042, 2011.

PROFESORES DE ENSEÑANZA MEDIA TÉCNICA AGRÍCOLA: MECANISMOS PARA LA APROPIACIÓN DEL CONOCIMIENTO CIENTÍFICO¹

Pedro Gabriel Marcano Molano²
Gabriel de Araújo Santos³

RESUMEN

En la presente investigación se exponen elementos teóricos actualizados sobre los procesos de transferencia de ciencia, tecnología e innovación utilizados por profesores de Colegios técnicos agrícolas en el contexto latinoamericano. En la actualidad la mayoría de artículos científicos se vuelcan a la tarea de explicar el fenómeno de transferencia de tecnología desde la perspectiva empresarial existiendo un déficit de información sobre este proceso en otras esferas del desarrollo socioeconómico de los países de la región. El objetivo del presente trabajo determinar la relación existente entre el conocimiento científico, mecanismos para la de transferencia de tecnología y apropiación de conocimientos en profesores de enseñanza media técnico agrícola a partir de la metodología de revisión y análisis documental (RAD) con artículos científicos de las bases de datos Gale Cengage Learning, Academic One File y Ebscot. Entre los resultados más relevantes encontramos que los mecanismos de transferencia utilizados con mayor frecuencia por los profesores son las publicaciones científicas en formato digital, pero no en bases indexadas; destacan además los “spin-offs” académicos, licencias y patentes, se evidenció la importancia de las nuevas tecnologías de la comunicación.

Palabras clave: transferencia de tecnología, apropiación de conocimiento, técnico agrícola; formación continua.

,

PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO AGRÍCOLA: MECANISMOS PARA A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

RESUMO

Nesta pesquisa são apresentados os fundamentos teóricos atualizados sobre o processo de transferência da ciência, tecnologia e inovação utilizadas pelos professores de ensino médio técnico agrícola na América Latina. Atualmente, a maioria dos artigos científicos volta-se para a tarefa de explicar o fenômeno da

1 Institución Proveedora de recursos para la investigación: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

2 Graduado en Psicología (UH - Cuba). Maestría en Educación (UFRRJ). Profesor de la Universidad Estatal Península de Santa Elena, Ecuador. E-mail: pmarcano@upse.edu.ec

3 Graduado en Agronomía (UFRRJ). Maestría en Agronomía (UFRRJ). Doctorado en Química del Suelo (École Nationale Supérieure d'Agronomie e des Industries Alimentaires de Nancy, Francia). Posdoctorado en Educación Agrícola (Ecole Nationale de Formation Agronomique de Toulouse, Francia). Profesor de la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro. E-mail: gasantos@ufrj.br

transferência de tecnologia a partir da perspectiva empresarial, havendo uma falta de informação sobre esse processo em outros domínios do desenvolvimento socioeconômico dos países da região. O objetivo deste trabalho foi determinar a relação entre as variáveis “conhecimento científico” “mecanismos de transferência de tecnologia”, “apropriação de conhecimentos” e “professores do ensino médio técnico agrícola” utilizando a metodologia de revisão e análise documental em artigos científicos das bases de dados Gale Cengage Learning, Academic One File e Ebscot Host. Entre os resultados mais relevantes, constatamos que os mecanismos de transferência utilizados com maior frequência pelos professores são as publicações científicas em formato digital, mas não de bancos de dados indexados; além disso, destacam-se os spin-offs acadêmicos, licenças e patentes. Foi evidenciada a importância das novas tecnologias de comunicação na transferência do conhecimento científico.

Palavras-chave: transferência de tecnologia, apropriação do conhecimento, ensino médio agrícola, formação continuada.

1. INTRODUCCIÓN

Con esta investigación se pretende dar a conocer elementos teóricos actualizados en torno a los mecanismos de transferencia de tecnología, ciencia, información e innovación utilizados por docentes de enseñanza media técnica agrícola. La presente investigación tiene relevancia, utilidad práctica, teórica y metodológica ya que los datos obtenidos sobre la apropiación de conocimientos científicos y actualización de contenidos por parte de los profesores de enseñanza media (formación continua) contribuirán a conocer mejor el fenómeno y contribuir en mejorar procesos a partir de la detección de barreras para la apropiación del conocimiento científico.

La bibliografía consultada resalta tres modelos generales de transferencia utilizados por los centros de producción científica para diseminar hallazgos, experiencias, productos y servicios. Estos modelos son el lineal, el dinámico y el de tres hélices, sin embargo; cada País, Universidad o centro de producción científica no adopta e institucionaliza un modelo literalmente, sino que lo adecúa en dependencia de su experiencia y sus necesidades. (GÓMEZ, MIRA y VERDÚ, 2007; COSTA y TORKOMIAN, 2008)

Se abordarán, en esta investigación, los elementos más importantes del proceso de apropiación de conocimientos por parte de los profesores y su relación con la transferencia de ciencia y tecnología desde los centros de producción científica, es decir; los mecanismos por los cuales se llevan a cabo, estos pueden ser proyectos de investigación, cursos de formación y actualización conjuntos entre centros de investigación y los de Enseñanza Media, desarrollo de tesis de Maestría y Doctorales entre otros. La revisión teórica se realiza a partir de las relaciones lógicas entre nuestras variables de estudio presentes en artículos científicos de los últimos diez años con un formato metodológico de recolección de datos y análisis de resultados acorde al ámbito académico.

El objetivo del presente trabajo fue determinar cómo se produce la apropiación de conocimientos científicos en profesores de Colegios técnicos agrícola y su relación con los mecanismos para la transferencia de tecnología mediante la metodología de revisión y análisis documental (RAD). Se espera contribuir con correlaciones de variables que contribuyan en el análisis teórico de cómo se realiza el proceso de apropiación de conocimientos y la relación con la transferencia de

ciencia, tecnología e innovación utilizados por los centros de producción científica en Latinoamérica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A continuación se detallan algunos conceptos que constituyen el punto de partida de la presente investigación, el primero de ellos es la noción de transferencia, Souza (1983) considera que para que exista el proceso de transferencia de tecnología o información es necesario que exista un desplazamiento de información, por lo general constituye un conjunto de información en términos de conocimientos y prácticas tecnológicas de un lugar a otro. El proceso es efectivo una vez que al producirse la transferencia de tecnología, ésta se absorbe y permite al receptor utilizar el conocimiento para innovar.

Se podría definir la transferencia de tecnología aplicada al ámbito docente como un proceso que va más allá de la venta de productos y servicios comercializados por beneficios socio-económicos. Según Flores (2009) son las relaciones que hacen los profesores en el espacio y tiempo de la formación produciendo generalizaciones en las que se manifiestan las competencias y concepciones de los docentes re-actualizándose en la práctica a través de las acciones. La transferencia de tecnología, ciencia e innovación vista desde la perspectiva de los docentes se resume en los descubrimientos y resultados de procesos investigativos de forma general y la búsqueda de aplicaciones prácticas que serían útiles para la humanidad (FLORES, G. 2003; FLORES, G. 2009; ALESSANDRINI, A., 2013).

El Conocimiento Científico es otra categoría que necesita ser definida teóricamente, según Marconi y Lakatos (2005) existen cuatro tipos de conocimiento, el popular, el filosófico, el religioso y el científico. El pensamiento científico tiene las siguientes características: real, contingente, sistemático, verificable, falible y aproximadamente exacto. De acuerdo con Moraes et al (2011) este tipo de pensamiento es real ya que trata de sucesos o hechos; es contingente porque sus preposiciones o hipótesis tienen su veracidad conocida a través de la experiencia; es sistemático porque se trata de un conocimiento lógicamente ordenado, formando un sistema de ideas y no conocimiento desconectado; verificable ya que las afirmaciones no verificables no pertenecen al ámbito de la ciencia; es falible puesto que no es definitivo, absoluto o final; y es aproximadamente exacto, es decir que se puede remodelar el cuerpo teórico existente debido a nuevas propuestas y desarrollo.

Los conocimientos científicos constituyen el resultado de la actividad científica investigativa. En concordancia con el materialismo dialéctico, el conocimiento es un producto de la actividad social laboral e intelectual que representa la reproducción ideal en forma lingüística de los nexos objetivos, regulares y prácticos del mundo objetivo transformado (GONZALEZ, 2006, p.5).

En ese mismo sentido, González (2006) señala que el conocimiento científico es la representación de la variedad de los fenómenos del mundo y de su esencia y se distingue, porque es indispensable que se exprese en forma lingüística y no sensorial -sensaciones, percepciones y representaciones-.

Resulta igualmente necesario definir los mecanismos de transferencia de conocimiento científico relatados con mayor frecuencia en la literatura especializada,

según Costa y Torkomian (2008) los mecanismos de transferencia de tecnología son las vías que utilizan los centros de producción científica para diseminar sus hallazgos. Se describen a continuación tres de los mecanismos más utilizados en la actualidad y más relatados en la literatura.

En primer lugar tenemos las publicaciones científicas, autores como Russel (2000), Oppenheim, Greenhalgh y Rowland (2000) afirman que las publicaciones son fundamentales para el campo de la comunicación formal de la ciencia.

La actividad científica está íntimamente relacionada con la comunicación de los resultados que se derivan de su práctica, lo que a través de la publicación científica tiene su máxima expresión. Si se considera que la ciencia es un fenómeno social, al igual que ocurre con otros sectores de la vida social, las actividades de investigación y de publicación son sensibles a los fenómenos socioeconómicos que tienen lugar en el entorno donde se desarrollan y su divulgación se constituye en evidencias del desarrollo científico (GONZÁLEZ et al, 2015, p.2).

En la actualidad, muchos expertos creen que las publicaciones académicas, de las cuales las dedicadas a la investigación son el principal vehículo, se encuentran actualmente en crisis ante la aparición de nuevas estructuras de comunicación. Con la aparición del internet y la facilidad para acceder a la información; desde los años noventa el internet se convirtió en el principal método para informar sobre nuevos hallazgos para los investigadores (GINSPARG P., 1996; RUSSEL 2000).

En segundo lugar se hace referencia a los Spin-Off académicos, en ese sentido, Daim y Lavoie (2007), refieren que se entiende como spin-off las iniciativas privadas en donde los directivos están vinculados a la universidad (profesores, investigadores, personal técnico o administrativo), o bien se crea en base al conocimiento o tecnología creada y propiedad de la institución.

Así mismo, Gómez, Mira y Verdú (2007) consideran que una de las vías de transferencia que más impulso ha tenido en la última década en las universidades a nivel internacional ha sido la creación de spin-offs académicas. Esta realidad ha estimulado el debate académico y político sobre la asociación entre este fenómeno y los mecanismos de contribución a la creación de riqueza (FELDMAN et al 2002)

Las empresas basadas en conocimiento son fundamentales para la revitalización de muchas regiones, especialmente aquellas que han experimentado un declive en las industrias tradicionales, mediante la generación de un amplio abanico de efectos positivos en el desarrollo económico (GÓMEZ, MIRA y VERDÚ 2007).

La transferencia de tecnología desde las universidades al mercado ha estado históricamente dominada por las licencias o Spin-off (COTEC, 2002).

Finalmente, el mecanismo de transferencia de conocimiento científico más relatado en las fuentes es el uso de Patentes, estas pueden ser definidas como un título que otorga el poder público al inventor por el cual se concede a este último el derecho a explotar, es decir que tiene derechos de comercialización una vez que los detalles de la invención se hacen públicos mediante su inscripción al registro de Patentes (COTEC, 2002; AUDRETSCH et al, 2006; NILSSON, RICKNE y BENGTTSSON, 2010).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

El proceso de investigación utilizado para la recolección de datos y análisis de resultados fue la metodología documental en base a revisión bibliográfica descriptiva; el alcance de la investigación fue exploratorio aproximándonos a un estado del arte en torno al proceso de apropiación de ciencia, tecnología e innovación por parte de profesores de enseñanza media y los procesos de transferencia de ciencia y tecnología utilizados por los centros de producción científica para diseminar sus hallazgos.

Para la localización de los documentos bibliográficos se utilizaron varias fuentes, se realizó una búsqueda bibliográfica de documentos en inglés, español y portugués en el último trimestre del 2016 en las bases de datos Gale Cengage Learning, Academic One File y Ebscot Host utilizando los descriptores: mecanismos de transferencia de tecnología, apropiación de conocimientos y profesores de enseñanza media técnico agrícola. Se realizó además una búsqueda en internet utilizando “Google Académico” y repositorios de Universidades latinoamericanas con los mismos términos.

El enfoque metodológico empleado para sistematizar y analizar los resultados fue la revisión y análisis documental (RAD), a partir de la adaptación de los procedimientos metodológicos de Barbosa et al (2013). La sistematización de los descriptores encontrados se desarrolló a partir de la adaptación y aplicación de las fases de desarrollo de la metodología de revisión y análisis documental: heurística y hermenéutica. Se describen a continuación ambas fases utilizadas para la realización de esta investigación:

a) Fase heurística

En la fase heurística, se desarrolló un protocolo de búsqueda y revisión de fuentes de información y autores considerando los siguientes elementos: I) el idioma de las fuentes de información; II) antigüedad de la publicación; III) recursos de Información; IV) normas de revisión; V) criterios de Exclusión y VI) criterios de inclusión. Se sistematizó toda la información recolectada en fichas de revisión documental (ver cuadro 1). El cruce de variables y categorías de análisis plasmadas en las fichas de esta fase fueron organizadas según los criterios de inclusión para posteriormente ser sistematizados cualitativamente en la siguiente fase, analizándolas como un “todo”. Se detalla a continuación en el Cuadro 1 la guía de recolección de datos utilizada en la fase heurística.

Cuadro 1 - Guía de recolección de datos de la fase heurística

protocolo de búsqueda de fuentes de información	
idiomas: español, inglés y portugués período de tiempo: 2004 – 2016 Recursos de información (bases de datos): Gale Cengage Learning. Academic One File. Ebscot Host. Google Académico.	
normas de revisión	Diagnosticar la existencia de trabajos análogos o cercanos sobre el objeto de estudio y revisión de las fuentes de información teniendo

	al horizonte de investigación (problema y objetivos) como referente constante de revisión. Corroborar la correspondencia de la fecha de publicación de la fuente primaria y hacer lectura del resumen e introducción como estrategia de inclusión o exclusión preliminar.
critérios de exclusión	Publicaciones que no contengan: información de interés, contenido educativo y diseños investigativos no se correspondan con el contexto académico.
critérios de inclusión	Publicaciones que contengan: relaciones lógicas entre nuestras variables de estudio, formato metodológico de recolección de datos y análisis de resultados acorde al ámbito académico.

Fuente: Basado en Barbosa, J. et al (2013)

b) Fase hermenéutica

El análisis cualitativo de la información se enmarcó en el siguiente procedimiento: I) ordenamiento de conceptos y categorías extraídos de las fuentes de información (coincidencia de descriptores y año de publicación); II) agrupamiento de conceptos y categorías similares; III) redacción de conceptos a partir de confluencias en los descriptores y IV) resultados y discusión. Para cumplir nuestro objetivo y aportar en la comprensión de nuestro objeto de estudio se realizó un proceso de redacción de conceptos mediante una construcción sintáctica, morfológica y pragmática de las confluencias teóricas encontradas en las fuentes de información.

4. RESULTADOS

Los registros obtenidos no superaron las 30 fuentes tras la combinación de las diferentes palabras clave y sus posibles sinónimos de búsqueda, siendo utilizadas únicamente como referencias en la fuente. La totalidad de fuentes encontradas que abordan la “transferencia de tecnología” concuerdan en que es un concepto complejo, difuso y en constante transformación con un sinnúmero de variables de análisis en dependencia de la perspectiva del autor y la contextualización de su obra; podemos resaltar algunos elementos teóricos con mayor prevalencia a la hora de conceptualizar el fenómeno. El proceso de transferencia de tecnología implica siempre el movimiento de “know-how”, de conocimiento científico o de tecnología, de una organización a otra (ROESSNER, 2000; CASTRO, E. et al, 2008).

A partir de lo propuesto por Souza (1983) autores como Costa y Torkomian (2008) y Prysthon y Schmidt (2002), consideran que la transferencia de tecnología consiste en el desplazamiento de un conjunto de conocimientos y prácticas tecnológicas de una entidad para otra y que la transferencia de tecnología se produce cuando el receptor absorbe conocimiento conjunto que les permite innovar. En resumen, para que se realice la transferencia de tecnología deben existir los siguientes elementos: conocimiento científico, transferencia de información (saberes), un emisor (generador de conocimiento) y un receptor (el que se apropia del conocimiento).

No se encontraron coincidencias de los descriptores “mecanismos de transferencia” y “profesores de enseñanza media técnico agrícola” juntos en una misma fuente, se intentó ampliar el alcance de las variables a “profesores de

enseñanza media”, utilizando sinónimos de búsqueda “docentes - instructores - tutores + educación media + bachillerato técnico” en los tres idiomas de búsqueda, sin coincidencias. Sin embargo, en cuanto a los descriptores con la variable aislada “mecanismos de transferencia de tecnología” distintos autores como López, S.; Mejía, J.C.; Schmal, R. (2006); Peña, M.; Ríos J. Aristizábal C. (2011); Costa y Torkomian (2008), Ginsparg, P. (1996), Nilsson, Rickne e Bengtsson (2010) y Martins Dos Santos D. (2012) concuerdan en que los mecanismos de transferencia más utilizados en la actualidad son las publicaciones científicas en medios especializados disponibles en internet e impresos, los spin-offs y patentes, además de estos que presentan mayor frecuencia en las fuentes, se destacan las oficinas de transferencia tecnológica de los centros de producción científica y otras organizaciones de intermediación.

La búsqueda conjunta de las variables “profesores de enseñanza media técnica agrícola” y “apropiación de saberes - actualización de conocimientos” no arrojó coincidencias en ninguna de las bases indexadas. Así mismo, se intentó la búsqueda con sus sinónimos sin éxito. Una búsqueda sencilla en Google académico arrojó solo tres coincidencias pero sin elementos referentes a “educación nivel técnico - agricultura”. Se observa que desde la metodología empleada y las bases de datos elegidas para la investigación, no hay hallazgos significativos con relación a nuestro objeto de estudio: relación entre apropiación del conocimiento científico, docentes de colegios técnicos agrícolas y los mecanismos de transferencia de tecnología más utilizados por los docentes. En ese contexto, se distinguen dos corrientes de pensamiento claramente diferenciadas encontradas en las fuentes, ambas antagónicas, basadas en postulados completamente contrarios sobre la apropiación de saberes y del conocimiento científico. Por un lado están los que defienden el conocimiento como un bien público y por lo tanto de libre acceso para toda la población y para todas las organizaciones, por el otro lado están los que consideran que la única forma de que avance el progreso científico y tecnológico es a través de la protección jurídica de los inventores y de los inventos y las creaciones individuales y grupales. La apropiación del conocimiento gracias a la aparición de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación permiten una concepción de la “apropiación social del conocimiento” (ECHEVERRI R. y FRANCO L., 2012; BARRIO C., 2008).

Otro hallazgo significativo es la noción de “formación continua”, esta variable se encontró en todas las bases de datos consultadas con una frecuencia de aparición mayor que los demás descriptores de búsqueda, tal variable es motivo de investigaciones correlacionada con algunas otras variables pensamiento científico y mecanismos de transferencia de tecnología e innovación mayormente. Esta categoría apareció en fuentes relacionada a “conocimiento científico”, “pensamiento/hallazgos científicos e innovación tecnológica”, “apropiación de saberes” y “mecanismos de transferencia de información”. Siendo una constante la descripción de la misma y la importancia para el desarrollo personal. El proceso de formación de los docentes no culmina con la formación básica, pues faltará no sólo la profundización de todas las problemáticas científicas y educativas, apenas abiertas durante los cursos de profesorado, sino fundamentalmente la reflexión sistemática sobre la práctica didáctica. Para todos los casos, la formación y actualización docente es concebida como un proceso continuo, que comienza con la formación básica y se prolonga más allá de ésta, constituyendo una carrera a lo largo de toda la vida donde prima la búsqueda de información científica para perfeccionar la actividad docente (GOUVEIA, 1992; PACCA, 1994; FURIÓ, C.J. 1994; PACCA, J. y VILLANI, A., 2000.).

La búsqueda de los descriptores “transferencia de tecnología” y “transferencia de información” arrojó cinco fuentes, pudiéndose evidenciar que existen diferencias marcadas entre ambas. La primera implica, necesariamente, reciprocidad mientras que la segunda no siempre presenta esta característica. La transferencia de tecnología y la transferencia de información se basan, en principio, en los conceptos de tecnología de la información y la información científica. La tecnología de la información, es un conjunto de "saberes y prácticas" que son paquetes descargables a través de acuerdos entre las partes, que implican una concesión de “know-how” específicos para replicar procesos, productos y servicios. Así mismo, las fuentes consultadas concuerdan en que los procesos transferencia de tecnología e información hacia instituciones educativas o empresas del sector público o privado contribuyen a la creación de nuevas empresas y empleos en distintos sectores y estratos de la población (MIRANDA, A. y SIMEÃO, E., 2004; JOVA et al., 2006; LÓPEZ, S.; MEJÍA, J.C.; SCHMAL, R., 2006; LÓPEZ PEÑA, M.; RÍOS J. ARISTIZÁBAL C., 2011).

5. CONSIDERACIONES FINALES

Después de realizar la pesquisa y de revisar las coincidencias en las fuentes surgieron nuevas dudas, todas ellas direccionadas hacia la correlación de los descriptores con nuevos elementos encontrados en los artículos revisados. Como una primera conclusión que se desprende de la investigación está el hecho de que no existe una teoría definitiva o acabada en torno al proceso de transferencia de tecnología, conocimiento científico e innovación y es necesario analizar el fenómeno desde muchas otras perspectivas no encontradas en las bases de datos seleccionadas, como los determinantes sociales, históricos, políticos y económicos de los actores donde se realiza el proceso apropiación de saberes. Se abre una nueva posibilidad de estudios posteriores que ayuden a comprender mejor el fenómeno.

Uno de los resultados más relevantes es la distinción teórica entre la transferencia de tecnología y la transferencia de información; ambas parten de uno de los descriptores de la presente investigación, el conocimiento científico, pero tienen una connotación diferente, básicamente la primera se refiere a los productos, paquetes tecnológicos con herramientas (bienes de consumo) y la transferencia de información se refiere exclusivamente al contenido. Se observa en las fuentes de información que la transferencia de tecnología responde a intereses económicos ya que las ganancias de las transacciones realizadas financian las investigaciones y sustentan el mantenimiento de las mismas mientras que la transferencia de información no necesariamente se basa en una relación económica, podría ser de índole cognitiva, informativa, ética, política o social. En ambos procesos de transferencia se incluyen saberes, tecnología, ciencia e innovación y las nuevas tecnologías de la información juegan un papel preponderante. La transferencia de tecnología y del conocimiento científico implican reciprocidad en una relación de intercambio de información como paquetes tecnológicos con herramientas para su estudio y desarrollo, mientras que la transferencia de información no siempre es recíproca, puede ser unidireccional y mediada por el uso de internet.

Sobre el proceso de transferencia de información (conocimiento científico) en docentes de Colegios Técnicos Agrícolas, no se encontraron referencias que brinden luces sobre esta relación, sin embargo; se puede hacer una generalización empírica a partir las coincidencias arrojadas por la metodología RAD sobre docentes de enseñanza media técnica general, en este caso, los docentes cuando se apropian del conocimiento lo hacen a partir de información científica, innovación, hallazgos,

productos y servicios, implica en la totalidad de los casos el desplazamiento de conocimientos y resulta eficaz sólo cuando logra absorber el conocimiento que le permitirá innovar y mejorar procesos, siendo capaz de desarrollar nuevas tecnologías y más conocimiento a partir de lo aprendido; en decir, cuando consigue transformar, innovar y crear conocimiento científico.

Se hace evidente que en los últimos años se han incrementado las publicaciones científicas que abordan la variable “formación continua”. Coinciden las fuentes en que la apropiación de saberes y actualización de conocimientos por parte de los docentes es un proceso de formación constante que no acaba con la obtención de un título académico, ya que existen conocimientos técnicos que están en constante cambio y el docente debe suplir estas necesidades educativas, pedagógicas e investigativas con información científica actualizada, en concordancia con la disciplina que imparte y los nuevos hallazgos científicos y tecnológicos. Se observó en este contexto la importancia de las nuevas tecnologías de la comunicación y las redes, en primera instancia por el uso que hacen de ella los docentes para actualizar conocimientos, destacándose los beneficios como inmediatez, bajo costo y accesibilidad y además, el incremento de su uso por parte de los centros de producción científica para divulgar resultados de investigaciones.

La bibliografía sugiere que los mecanismos de transferencia más utilizados en la actualidad son las publicaciones científicas en medios especializados, “spin-offs” académicos, licencias y patentes. Sin embargo, los docentes, de manera general actualizan sus conocimientos y acceden a la información gracias a publicaciones científicas en formato virtual, no necesariamente en bases indexadas. Estas publicaciones son de fácil acceso gracias al internet, trayendo consigo un nuevo tipo de relación entre el conocimiento científico y la apropiación de los mismos, en la actualidad es un proceso mucho más directo, accesible e inmediato, pero podría acarrear una serie de elementos no favorables como la falta de retroalimentación y el riesgo de encontrar información que no se corresponda con contenidos científicos creando sesgos y distorsión.

Se logró apreciar en las fuentes analizadas que el proceso de transferencia de tecnología se aborda desde una perspectiva empresarial, basada en el capital y orientada hacia el mercado. Las fuentes abordadas en esta investigación no contemplaron elementos como características socioeconómicas, históricas, políticas, culturales o personales dentro del esquema de reciprocidad que teóricamente implica la relación entre los centros de producción científica y los docentes / investigadores. Queda abierta la posibilidad de realizar pesquisas científicas que aborden el fenómeno de la transferencia de conocimiento científico, la formación continua o los mecanismos de transferencia desde alguna de las perspectivas antes mencionadas.

6. BIBLIOGRAFÍA

ALESSANDRINI, M., KLOSE, K.; PEPPER, M. University entrepreneurship in South Africa: developments in technology transfer practices. **Innovation: Management, Policy, & Practice**. v. 15, 2013. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.5172/impp.2013.15.2.205>. Acceso en: 17 dic. 2016.

ANDERSON, T., DAIM, T.; LAVOIE, F. Measuring the efficiency of university technology transfer. **Technovation**, 27(5), p. 306-318. 2007. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/223282455_Measuring_the_efficiency_of_university_technology_transfer. Acceso en: 10 dic. 2016.

BARBOSA, J. W.; BARBOSA, J. C.; RODRÍGUEZ, M. BARBOSA, J. et al Revisión y análisis documental para estado del arte: una propuesta metodológica desde el contexto de la sistematización de experiencias educativas. **Investigación bibliotecológica**. vol.27 no.61. 2013. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2013000300005&script=sci_arttext. Acceso en: 05 de dic. 2016

BARRIO C. La apropiación social de la ciencia: nuevas formas. **Revista Iberoamericana de Ciencia Tecnología y Sociedad**. v.4 n.10, 2008. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-00132008000100014&script=sci_arttext. Acceso en: 05 de nov. 2016

BOZEMAN, B. Technology transfer and public policy: A review of research and theory. **Research Policy**, 627-655. 2000. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733399000931>. Acceso en: 17 dic. 2016.

BOZU, Z. El perfil de las competencias profesionales del profesorado de la ESO (Educación Secundaria Obligatoria). **Departamento de Didáctica y Organización Educativa. Universitat de Barcelona**, 2007. Disponible en: http://www.oei.es/docentes/articulos/perfil_competencias_profesionales_profesorado_eso_bozu.pdf. Acceso en: 05 de dic. 2016.

CASTRO, E.; FERNÁNDEZ, I.; PÉREZ, M.; CRIADO, F. La transferencia de conocimientos desde las humanidades: posibilidades y características. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**. CLXXXIV. 619-636, 2008. Disponible en: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/211/212>. Acceso en: 05 de nov. 2016

COSTA, L.; TORKOMIAN, L. Um estudo exploratório sobre um novo tipo de empreendimento: os spin-offs acadêmicos. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, 2008. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-65552008000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acceso en: 17 dic. 2016.

COTEC. Nuevos mecanismos de transferencia de tecnología Debilidades y oportunidades del Sistema Español de Transferencia de Tecnología. Encuentros Empresariales. Fundación **COTEC** para la Innovación Tecnológica, 2002. Disponible en: http://informecotec.es/media/I09_New_Mec_Transf_Tec.pdf. Acceso en: 05 de nov. 2016

ECHEVERRI R.; Y FRANCO L. Apropiación del conocimiento: análisis de dos lógicas desde una perspectiva sistémica. Ponencia X Congreso Latinoamericano de Dinámica de Sistemas, **Anais...** 2012.

FERRANDEZ, R.; SANCHEZ, L. Competencias docentes en secundaria. Análisis de perfiles de profesorado. RELIEVE: **Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa** 20.1, 2014. Academic OneFile. Disponible en: <https://ojs.uv.es/index.php/RELIEVE/article/view/3786>. Acceso en: 15 de nov. 2016.

FELDMAN, M., FELLER, I., BERCOVITZ, J.; BURTON, R. Equity and the technology transfer strategies of American research universities. **Management. Science**, vol. 48, pp. 105–121, 2002.

FLORES, G. Retos y problemáticas en la formación de docentes de educación básica un acercamiento a los procesos cognitivos. **X Congreso Nacional de Investigación Educativa**, 2009. Disponible en: http://www.comie.org.mx/congreso/memoriaelectronica/v10/pdf/area_tematica_15/po-nencias/0931-F.pdf. Acceso en: 17 de dic. 2016.

FURIÓ, C.J. Tendencias actuales en la formación del profesorado de ciencias. Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales. Universidad de Valencia, España. **Enseñanza de las ciencias**, 188-199, 1994.

GINSPARG, P. Electronic publishing in science. Winners and losers in the global research village. Contribution for Conference held at **UNESCO HQ**, Paris, 19-23, Feb 1996, during session Scientist's View of Electronic Publishing and Issues Raised. Disponible en: <http://www.cs.cornell.edu/~ginsparg/physics/blurb/pg96unesco.html>. Acceso en: 15 de nov. 2016

GONZÁLEZ, M.; SÁNCHEZ, Y.; ALCAIDE, Y.; VÁZQUEZ, M.; ARTEAGA, B.; CECE, L. Comportamiento de las publicaciones científicas. **Educación Médica Superior**, Ciudad de La Habana, v. 29, n. 3, sep. 2015. Disponible en http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21412015000300008&lng=es&nrm=iso. Acceso en: 12 dic. 2016.

GONZALEZ SUAREZ, E. Conocimiento científico e información científica. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 14, n. 6, dic. 2006. Disponible en http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352006000600003&lng=es&nrm=iso. Acceso en: 12 dic. 2016.

GÓMEZ, J. M.; MIRA, I.; VERDÚ, A. J. Las spin-off académicas como vía de transferencia tecnológica. **Economía industrial**, ISSN 0422-2784, Nº 366, 61-72, 2007. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2510925>. Acceso en: 15 de nov. 2016

JOVA, S., OJEDA R.; PEÑA L. La transferencia de tecnología, la innovación tecnológica y su incidencia en el desarrollo local. **Folleto Gerenciales** 10.11 43+, 2006. Disponible en: Academic OneFile. Acceso en: 15 de nov. 2016

LÓPEZ, H. El proceso de transferencia de tecnología: caso UPDCE. Tesis para obtener el grado de Máster en política y gestión del cambio tecnológico. México, D F. 2010.

LÓPEZ, S.; MEJÍA, J.C.; SCHMAL, R. Un acercamiento al concepto de la transferencia de tecnología en las universidades y sus diferentes manifestaciones. **Panorama socioeconómico**. Vol.24, No. 32, p.70-81, 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodología científica. 6.ed. São Paulo: **Editorial Atlas**, 2005.

MARTINS DOS SANTOS D. Critérios de eficácia do modelo de Bozeman e a transferência de tecnologia a partir de conhecimento gerado em universidade pública: estudo de casos múltiplos. (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Paraná, 2012.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. Transferência de informação e transferência de tecnologia no modelo de Comunicação Extensiva: a babel.com. **Información, Cultura y Sociedad** vol 10, .2004.

MIRANDA, C.; RIVERA P. Formación permanente de profesores: ¿quién es el formador de formadores? **Estudios Pedagógicos**, 35.1 155+, 2009. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-07052009000100009&lng=es&nrm=iso&tlng=en. Acceso en: 15 de nov. 2016

MORAES, M. D. *et al.* Estratégias de difusão do conhecimento da pesquisa agropecuária da universidade do estado de Mato Grosso. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 22, p. 29-66, 2011. Disponível en: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5574/3295>. Acceso en: 02 ene. 2017.

OPPENHEIM, C.; GREENHALGH, C.; ROWLAND, F. The future of scholarly journal publishing. **Journal of Documentation**, 56 (4), p.361-398. 2000

PACCA, J.; VILLANI, A. La competencia dialógica del profesor de ciencias en Brasil. Instituto de Física. USP, São Paulo. **Enseñanza de las Ciencias**, p. 95-104, 2000.

PEÑA, M., RÍOS J.; ARISTIZÁBAL, C. Los procesos de transferencia de conocimiento en algunas universidades colombianas. **Revista Escenarios**, n. 11, p 34-48, 2011.

PÉREZ, M.; NÚÑEZ, A. Caracterización del proceso de la Transferencia de Tecnología en Instituciones de Educación Superior Mexicanas, 2013. Disponible en: http://www.altec2013.org/programme_pdf/1047.pdf. Acceso en: 25 de nov. 2016

PRYTHON, C.; SCHMIDT, S. A experiência do Leaal/UFPE na produção e transferência de tecnologia. **Ciência da Informação**, V 31 N1, 84-90, 2002. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-19652002000100009&lng=es&nrm=iso&tlng=en. Acceso en: 25 de nov. 2016

RUSSELL, J.M. Tecnologias eletrônicas de comunicação: bônus ou ônus para os cientistas dos países em desenvolvimento? **Comunicação Científica**, Estudos Avançados em Ciência da Informação V. 1. p. 35-49. 2000

TEJADA, J. Competencias Docentes. **Revista Profesorado**, vol. 13, Nº 2, 2009. Disponible en: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/7373/1/rev132COL2.pdf>. Acceso en: 15 de nov. 2016

PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E TÉCNICOS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA (SP) SOBRE O MERCADO INSTITUCIONAL

Tiago Tomaz Gomes¹
Lucimar Santiago de Abreu²

RESUMO

Em diversos territórios do país os produtos da agricultura familiar apresentam dificuldades de inserção da produção nos mercados, com vistas a solucionar essa problemática, nas últimas décadas, um conjunto de políticas foi criado para o setor, denominadas, mercado institucional de alimentos da agricultura familiar ou PAA e PNAE, também, aplicada à região do Vale do Ribeira (SP). O objetivo da pesquisa foi analisar as percepções de produtores familiares e técnicos, associadas à política de compra institucional, no Vale do Ribeira (SP) e seus impactos sociais. A metodologia caracteriza-se pela natureza qualitativa, dialógica e participativa. Direcionando a observação no campo, a construção de entrevistas, a aplicação, além da análise do material. Os resultados mostram que os programas teriam potencial para impactar positivamente a realidade desses agricultores, mas essa política apresentou limitações quanto ao alcance do público-alvo (agricultores familiares da região da área do estudo). Um dos pontos apontados foi a falta de informação e de compreensão do funcionamento operacional do programa, além de ficar clara a necessidade de assistência técnica qualificada, no campo da agricultura de base ecológica.

Palavras-chave: agricultura familiar; práticas ecológicas ou orgânicas; políticas públicas.

PERCEPTIONS OF FAMILY FARMERS AND TECHNICIANS IN THE RIBEIRA VALLEY REGION ABOUT THE INSTITUTIONAL MARKET

ABSTRACT

In several areas of the country, the products of family farming present difficulties in the insertion in the markets. In order to solve this problem, in the last decades, a set of policies was created for the sector, denominated, institutional market of food of family farming or PAA and PNAE, also applied to the region of Vale do Ribeira (SP). The objective of the research was to analyze the perceptions of family farming and technicians, associated with the institutional purchasing policy, in Vale do Ribeira (SP) and its social impacts. The methodology was characterized by its qualitative,

¹ Graduado em Agronomia. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar) em Araras, SP. E-mail: tiago_chunda@hotmail.com

² Graduada em Agronomia (FEAB). Mestrado em Sociologia (UNICAMP). Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Araras, SP. E-mail: lucimar.abreu@embrapa.br

dialogical and participatory nature. It focuses on observation in the field, construction of interviews, application, and analysis of the material. The results show that the programs would have the potential to positively affect the reality of these farmers, but this policy presented limitations as to the reach of the target audience (family farmers in the region of the study area). One of the obstacles pointed out was the lack of information and understanding of the operational functioning of the program, due to lack of qualified technical assistance in the field of ecological-based agriculture.

Key words: family farming; ecological or organic practices; public policies.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um segmento social e econômico de importância estratégica para o Brasil, tendo papel central na segurança alimentar, na conservação ambiental, na geração de emprego e renda em áreas rurais. No contexto internacional, e talvez ainda mais no Brasil – onde essa questão do papel e do lugar da unidade de produção familiar é particularmente importante –, é necessário entender o conceito de agricultura familiar. O que é a agricultura familiar? Trata-se de uma forma social heterogênea cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. A organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e de sua família, e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar. (ABREU, 2005)

De acordo com Lamarche (1993, p.19, apud Abreu, 2005, p.36), “no campo da agricultura familiar, o termo produção familiar recobre situações extremamente variadas e diferentes, e se define a partir de um maior ou menor grau de integração com a sociedade econômica, tanto sob o plano técnico-econômico quanto em relação ao plano sociocultural. Um determinado grau de integração à sociedade econômica corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida” e, é também, um determinado modo de percepção. Assim, a consideração desses elementos permite que a abordagem dê conta dessa dupla dimensão da unidade de exploração familiar.

A coexistência de diversos estilos de funcionamento demonstra que a unidade de produção familiar não pode ser definida em uma forma de produção específica, devem ser levadas em consideração, condições de bloqueio ou de ruptura, que lhes permitem ou não colocar em prática as estratégias para atingir seus objetivos.

Apesar da relevância da agricultura familiar, historicamente esse setor permaneceu por um longo período invisível e marginal, devido à falta de reconhecimento institucional e político do seu papel econômico e social. Isso começa a mudar na década de 90, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, de outras políticas públicas específicas para o setor, nas décadas seguintes (MATTEI, 2014).

Dentre essas políticas destacam-se àquelas direcionadas a compra de alimentos institucional da agricultura familiar. Na esfera federal (dois) programas são implantados em maior escala, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas abrangem o território nacional, onde a presença de agricultura familiar é identificada. O Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, área da pesquisa, é um dos territórios com índices baixos de desenvolvimento econômico e social, mas com uma expressiva riqueza ecológica e sociocultural, diretamente relacionada à forma de ocupação humana da região (ABREU, 2005).

Diante desse contexto surgem algumas questões de pesquisa, tais como: Quais são os impactos sociais e econômicos promovidos pelos programas de compra institucional PAA e PNAE no âmbito dos agricultores selecionados para a pesquisa?

E ainda, quais são os acertos e falhas na operação dessas políticas na região? E especialmente como esses impactos positivos ou negativos são percebidos por atores locais (produtores e técnicos de desenvolvimento) participantes dos programas PAA e PNAE, e em que medida essas percepções interferem na condução e impactos dos programas.

O objetivo da pesquisa foi analisar as percepções de atores-chaves, a respeito da política do mercado institucional. Para tanto, buscou-se identificar, caracterizar e descrever o desenvolvimento da agricultura familiar no Vale do Ribeira e, seus impactos principais decorrentes do acesso ao PAA e PNAE. Adotou-se a abordagem dialógica, a escolha do universo da pesquisa teve como critério orientador a diversidade ecológica e agrícola (sistemas de produção) social e econômica, portanto, diversas dimensões são articuladas, característica da pesquisa multidisciplinar.

Dada à abrangência do tema (envolve políticas públicas, agricultura familiar e transição agroecológica) e, o limite de espaço, o recorte deste artigo privilegiou discutir políticas públicas e agricultura familiar no Brasil, com foco na discussão dos programas PAA e PNAE, seguida da caracterização do local da pesquisa e da metodologia da pesquisa, sem adentrar na questão, da transição agroecológica propriamente dita.

2. BALANÇO GERAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é representada por um universo de quase 4,5 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2006) que obtêm a subsistência de suas atividades produtivas, a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte de alguns dos principais gêneros alimentícios consumidos pela população brasileira como, mandioca, feijão, leite, carne suína, entre outros (IBGE, 2006), exercendo papel fundamental para a soberania alimentar da sociedade brasileira, além da geração de empregos e rendas (IBGE, 2006).

Outro fato de extrema importância, dada à crise ambiental de proporções globais que enfrenta a humanidade, destaca-se a capacidade de preservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade encontrada na agricultura familiar. Alguns autores colocam que, sob o prisma da estabilidade, resiliência e equidade, são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório, acrescentando outros atributos como, uso de insumos internos, na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida, que evidenciam formas produtivas mais ecológicas (ALTIERI 1995); (VEIGA, 1996); (KAUFMANN; PASQUALOTTO, SENA, 2019).

O período anterior à década de 1990 foi negativo para o setor da agricultura familiar, já que ela permaneceu à margem dos benefícios e da construção das políticas públicas. Mas em meados da década mencionada, a agricultura familiar, tornou-se alvo das políticas brasileiras. Até então, não existiam políticas com abrangência nacional, voltadas ao atendimento específico deste segmento social (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

A nova trajetória para a agricultura familiar é iniciada, também, por influência da redemocratização e pela constituição de 1988, que através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento, nas diversas esferas governamentais, estimula novos espaços de participação social e reconhece direitos sociais (MATTEI, 2014).

Quadro 01 - Principais leis e decretos relacionados à produção familiar e a políticas públicas entre 1996 - 2012

Marco legal	Descrição
Decreto nº 1.946, de 28/07/1996.	Criação do PRONAF: Representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social, desencadeando a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural.
Decreto nº 3.338 de 14/01/2000	Cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Lei nº 10.696, de 02/07/ 2003.	Artigo 19 – Cria o Programa de Aquisição de Alimentos
Decreto nº 5.033, de 05/04/ 2004.	Regulamenta a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Lei nº 11.326 de 24/07/ 2006	Lei da Agricultura Familiar: Reconhece a categoria social e estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas para este grupo social.
Decreto nº 11.503 de 25/02/2008	Institui o Programa Territórios da Cidadania: Busca promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, através universalização de programas básicos de cidadania, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.
Lei nº 12.188, de 11/01/2010.	Cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER
Decreto nº 7.794, de 20/08/2012.	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

Fonte: Documentos institucionais do quadro institucional e legal, elaborado pelos autores.

Assim, segundo Schmitt e Guimarães (2008), o papel das políticas de cunho social tem potencial para alavancar o desenvolvimento do espaço rural por meio da geração de renda e do trabalho. Nesse contexto os dois programas federais, PAA e o PNAE se destacam nacionalmente, em termos geográfico e social.

3. PAA e PNAE

Criado em 2003, o PAA foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, sendo uma ação do Governo Federal para o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, e o fortalecimento da agricultura familiar. Instituído pelo Art. 19 da Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e

regulamentada por diversos decretos, sendo que, o que está em vigência é o Decreto Nº 7.775, de quatro de julho de 2012.

O PAA é o programa de compra de alimentos da agricultura familiar, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais, além de facilitar o processo de comercialização local. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, com dispensa de licitação, estimulando a agregação de valor à produção (BRASIL, 2017), através da aplicação de princípios da agroecologia em processos de transição agroecológica (ABREU *et al.*, 2012).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, “determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas”, ou portadores da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP). A DAP é um documento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica). A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. De posse de um destes documentos, os agricultores têm acesso a programas e políticas públicas, entre as quais, o PAA e o PNAE.

O PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O programa possui cinco modalidades de operação que podem ser acessadas individualmente ou através das organizações dos agricultores. Todas modalidades apresentam limite anual de até R\$ 8.000,00/família. O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado sob o ponto de vista econômico, paga-se até 30% a mais do valor do alimento oriundo do cultivo em sistema convencional. Por tanto, além do papel social dos programas: merenda escolar, hospitais, formação de estoque e, promotor de renda familiar, o programa influencia a adesão do agricultor aos processos de transição agroecológica.

O PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar teve sua origem no início da década de 1940, mas não foi concretizado, por alegação institucional de indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). É nele que, pela primeira vez, se estrutura o programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Passando por várias modificações e decretos, somente em 1979, é denominado PNAE (BRASIL, 2017).

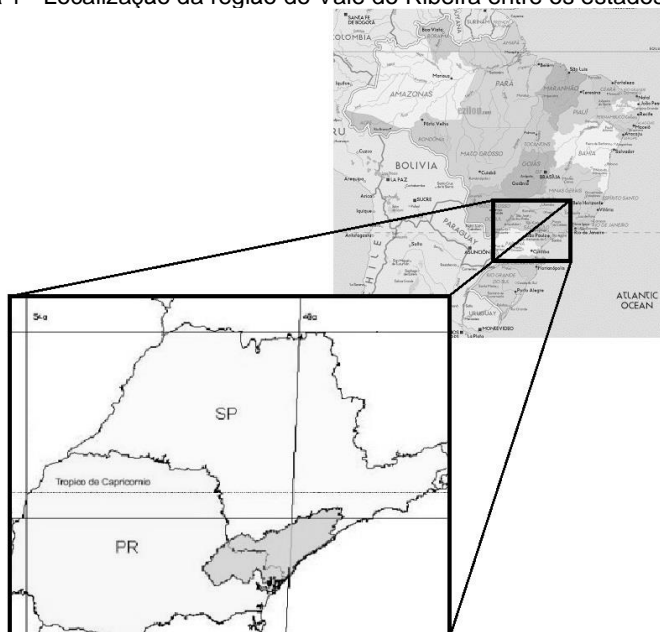
O FNDE regula o programa e sua relação com a agricultura familiar. É definido que o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE é de R\$ 20.000,00/ano por entidade executora.

4. CONTEXTO LOCAL DA PESQUISA: VALE DO RIBEIRA (SP)

O Vale do Ribeira é uma região localizada ao sul do estado de São Paulo e a leste do estado do Paraná, abrangendo o território da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá

(Figura 1). A região possui área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Paraná e 1.711.533 hectares em São Paulo, correspondendo a respectivamente 39,5% e 60,5% em relação à área total da Bacia (ISA, 2008).

Figura 1 - Localização da região do Vale do Ribeira entre os estados de SP e PR



Fonte: Sistema de informações territoriais, MDA, adaptado pelos autores.

Apesar de sua localização privilegiada entre duas grandes metrópoles, os indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida são valores fortemente baixos. A região é considerada a mais pobre dos dois Estados, fruto de situação histórica de abandono por parte do estado e do governo federal (SEMA, 1997). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de algumas cidades (Ribeira, Itaoca e Barra do Chapéu) com valores (0,678, 0,650 e 0,646, respectivamente) situa-se abaixo de regiões brasileiras tidas como pobres, como a região Nordeste (0,684) e Vale do Jequitinhonha/MG (0,680) (PNUD, 2011).

O Vale do Ribeira integra a Reserva da Biosfera, portanto, é considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), patrimônio da humanidade, sendo reconhecido internacionalmente por abrigar, o maior remanescente de Mata Atlântica, preservada no Brasil, sendo que, dos 7% que restam do bioma, em território nacional, 21% estão localizados na região.

Outro atributo da região é a forte presença de população rural. O Vale do Ribeira conta com uma população total de 443,231 habitantes, sendo 25,9% de população rural (IBGE, 2010). Segundo a Fundação SEADE (2013), a taxa da população rural na porção paulista do Vale do Ribeira, no ano de 2010, era de 28,6% contra 4,1% no restante do estado. Estes dados destacam a elevada importância social do espaço rural desta região, em relação a outros territórios. Outro dado que acentua essa importância é a participação do setor agropecuário na

economia, com uma taxa de 14,18% contra apenas 2,11% para o restante dos municípios do estado de São Paulo (SEADE, 2013).

O Vale do Ribeira pode ser geomorfologicamente dividido em sub-regiões Baixo, Médio e Alto Vale. O Baixo Vale apresenta características voltadas ao ambiente litorâneo, tendo como limite a cidade de Eldorado. Já no Alto Vale, as características são voltadas à região do planalto, a cidade de Ribeira é geograficamente a área limite. O Médio Vale possui elementos da paisagem litorânea e planáltica, sendo um misto de ambas (ROBRAHN-GONZÁLEZ; BLASIS, 1998). Essa diferenciação é válida também para aspectos ecológicos, históricos, sociais e econômicos e, é naturalmente reconhecida pela população da região. Há, porém, lacunas na literatura no que se refere à descrição das três sub-regiões.

No que se refere ao campo de estudo, da pesquisa, buscou-se captar a diversidade, mencionadas das três sub-regiões. Neste sentido, a pesquisa de campo foi conduzida nos seguintes municípios: Apiaí e Barra do Chapéu (Alto Vale); Eldorado e Sete Barras (Médio Vale); Cananeia (Baixo Vale), todos na porção paulista do Vale do Ribeira.

Figura 2 - Municípios da pesquisa



Fonte: Sistema geográfico de informações, MDA Adaptado pelos autores.

O perfil geral da população rural na região é caracterizado pela diversidade social, econômica e cultural da categoria abrangente “agricultores familiares”, representados em sua maioria por agricultores tradicionais, presentes em todo o território; entre os quais, quilombolas, (ABREU, 2005). Vivem em maior concentração no Médio Vale nos municípios de Iporanga e Eldorado. Também foram identificados caiçaras, no Baixo Vale; além de indígenas, ribeirinhos, assentados e ainda, agricultores familiares de variadas origens, que há várias gerações habitam o território.

As produções nas microrregiões são em grande parte de subsistência e convivem com a produção convencional de bananas e palmito pupunha, em escala comercial. No Médio Vale, ocorre também, o cultivo de *Pinus*. Já a produção convencional de tomate, em escala comercial, é predominante no Alto Vale. A dificuldade de comercialização é um dos problemas mais relevantes enfrentados pelos agricultores familiares da região. Há casos que o escoamento da produção

ocorria em grupo ou individualmente, ao longo do tempo quase que exclusivamente através de atravessadores, cujos compradores praticam preços baixos, além de não haver nenhuma garantia de compra da produção. Apesar destes atravessadores ainda serem operantes na compra da produção agrícola familiar, nos últimos anos os agricultores familiares da região tiveram acesso aos programas de compra institucional PAA e PNAE, que oferece melhores preços à produção, proporcionando uma nova experiência profissional para esses agricultores e comunidades.

À luz das questões mencionadas na introdução, a avaliação de políticas públicas é um processo provedor de conhecimento fundamental para o entendimento dos desafios e obstáculos do desenvolvimento, bem como dos possíveis caminhos para atingir os objetivos finais da política pública, que em seus princípios visam fortalecer esse segmento social da agricultura (COEHN e FRANCO, 1999).

Esse tipo de política pública criada nas últimas décadas carece de qualificação dos impactos sociais e econômicos gerados, e sendo o caso, de subsídios ou recomendações para o aprimoramento e a continuidade das ações.

6. METODOLOGIA

O método compreensivo de Max Weber (1999) define que ação social, é dotada de sentido, portanto, o autor busca desvendar o sentido da ação social, através da apreensão dos significados e dos valores sociocultural e econômico. Esse aporte teórico permite integrar técnicas participativas das ciências sociais, adaptadas e aplicadas para atender os objetivos desta investigação, à luz da realidade empírica. Assim, segue a descrição sucinta da metodologia.

Na primeira etapa da pesquisa, denominada exploratória – foi previsto a realização de entrevistas e a observação participante – através de visitas ao grupo de agricultores e técnicos para definição do universo social da pesquisa ABREU (2005).

A escolha do universo de atores ou amostra da pesquisa teve como critério captar a diversidade das situações, tal como aplicado por Abreu (2005), as quais representam a diversidade das condições sociais, econômicas, paisagens ecológicas e produtivas da região. Para construir a diversidade de situações foi necessário incorporar nas entrevistas atores sociais que residiam nas três sub-regiões, mencionadas. A definição do local da pesquisa teve suporte as experiências prévias de acompanhamento e assistência técnica, efetuada pelo primeiro autor do artigo e, igualmente, pela segunda autora na região, onde conduziu projetos anteriores de investigação científica (ABREU, 2005).

Incluiu também, a ação paralela de levantamento de informações e conhecimentos sobre a realidade local, baseada no levantamento de documentos, trabalhos científicos, dados do IBGE e, relatórios das instituições locais. O apoio de fontes bibliográficas sobre a temática foi crucial para considerar o estado atual do desenvolvimento científico do assunto. Além disto, esse momento de pesquisa visa também obter o conhecimento detalhado para a construção do roteiro das entrevistas

Em seguida, no processo de análise do material coletado foi aplicada a técnica da descrição densa inspirada na teoria social das ciências sociais weberiana, para compreender a situação produtiva e o processo de inserção no mercado, a operacionalização dos programas, os elementos associados às percepções e práticas do grupo social (produtores e técnicos, especificamente) em relação ao PAA e PNAE e ao desenvolvimento rural. Em relação, às questões éticas, um termo de consentimento livre por parte dos atores envolvidos foi produzido.

As entrevistas foram aplicadas em nove agricultores familiares e dois técnicos que integram os lócus da pesquisa e da observação participante, operacionalizada em diversas visitas ao campo. Dois roteiros de entrevistas semiestruturadas foram elaborados. O roteiro adaptado para entrevistar os técnicos, continha dez questões abrangendo os seguintes temas: histórico e trajetória de vida; experiência na agricultura familiar e orgânica; percepção sobre a assistência técnica, mercados institucionais, comercialização e políticas públicas. O roteiro elaborado para os agricultores continha vinte e duas questões abrangendo os seguintes temas: histórico e trajetória; produção e meio ambiente; percepção da profissão agrícola; mercados e comercialização; políticas públicas; organizações sociais.

Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares e duas com técnicos, entre os meses de setembro de 2016 a julho de 2017. As entrevistas, anotadas e gravadas foram transcritas e analisadas. A interpretação compreensiva da realidade onde se insere os agricultores e de suas percepções levou em consideração questões que atuam no comportamento humano: 1. Sociocultural; 2. O ambiente ecológico e da produção agrícola; 3. As influências do Estado (condições para produzir, como é o caso da assistência técnica, e o papel das políticas públicas); 4. A dimensão econômica. Enfim, elementos que influenciam o comportamento e ação dos atores sociais (ABREU, 2005).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1. TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA NA PRODUÇÃO FAMILIAR

No início desta seção, apresenta-se, o perfil sociocultural dos entrevistados, o histórico familiar e suas experiências técnicas, com base nas entrevistas realizadas (Quadro 2 e 3). Em seguida, apresenta-se a caracterização dos sistemas de produção e, a descrição do processo de operacionalização do PAA e do PNAE nas localidades, avaliando como essas diversas dimensões reunidas dialogam com a percepção dos entrevistados. Em seguida, descrevem-se as experiências e percepções dos agricultores e de técnicos sobre o suporte em termos de assistência técnica e extensão rural.

Quadro 2 - Perfil social dos técnicos entrevistados

Ator social	Idade e Gênero	Escolaridade	Experiência técnica	Histórico Familiar e Pessoal	Ação Profissional
1	52 –M	Superior: Engenheiro Agrônomo	Agricultura familiar ecológica. Políticas públicas.	Origem urbana - Identidade - Valores ambientais e sociais	Vale do Ribeira
2	33-M	Superior: Antropólogo	Cooperativismo e políticas públicas com comunidades tradicionais.	Militância MST. Questão indígena.	Eldorado (médio vale)

Fonte: Dados oriundos da pesquisa de campo (2017), conduzida pelos autores.

No caso, específico dos atores técnicos, o critério de seleção da pesquisa foi à experiência e participação em programas do PAA e PNAE. Assim, foram escolhidos os que trabalhavam diretamente com agricultores familiares, agricultura orgânica e mercado institucional. Os dois profissionais são reconhecidos pelos atores sociais do território pela capacidade técnica e de gestão.

Quadro 3 - Perfil social de agricultores e agricultoras

Atores sociais	Idade e Gênero	Escolaridade	Experiência atual técnica	Histórico Familiar e Pessoal	Ação Profissional
1	49-F	Ensino médio técnico	Transição orgânica e agroflorestral	Origem portuguesa - rural	Eldorado (médio vale)
2	43-M	Ensino médio (incomp.)	Transição orgânica. Gado e hortaliças	Origem Paraná. rural. Assentado há oito anos.	Apiáí (alto vale)
3	62-M	Fundamental (incomp.)	Reconversão para o sistema convencional de tomate, hortaliças e gado	Origem em quilombo no Vale do Ribeira.	Barra do Chapéu (alto vale)
4	56-M	Fundamental (incomp.)	Agricultura tradicional de arroz. Pupunha e hortaliças orgânicas.	Origem do sul do Paraná. Rural	Cananéia (baixo vale)
5	55-M	Superior (incomp.)	Curta experiência em agricultura orgânica. Produtor de banana convencional	Origem: família rural a muitas gerações no local.	Sete Barras (médio vale)
6	27-M	Ensino médio técnico	Produtor de gado, subsistência convencional e diarista (resina)	Origem: cinco Gerações local	Barra do Chapéu (alto vale)
7	54-M	Fundamental (incomp.)	Agricultura convencional. Transição orgânica pupunha e arroz.	Origem: local. Agricultores tradicionais	Cananéia (baixo vale)
8	63-M	Fundamental (incomp.)	Agricultor tradicional. Transição orgânica.	Origem: local Família encontra-se há gerações no local.	Cananéia (baixo vale)
9	47 -F	Superior (incomp)	Agricultor tradicional. Depois tomate convencional Transição orgânica amoras pretas.	Origem: rural. Exerce cargo político há oito anos no município. de um ano).	Barra do Chapéu (alto vale)

Fonte: Dados oriundos da pesquisa de campo (2017), conduzida pelos autores

Os Quadros 2 e 3, mostram que os entrevistados possuem uma diversidade alta com relação à idade. Variando de uma faixa etária de 27 anos (mais jovem) aos 63 anos (mais velho). Existe a predominância de pessoas do sexo masculino, sendo que entre os agricultores há sete homens e duas mulheres, e entre os técnicos dois homens. A escolaridade também é variada, sendo menor entre os três agricultores do Baixo Vale. Todos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Por outro lado, observou-se que a experiência técnica desses agricultores é rica e diversa. Todos relatam que o principal aprendizado foi adquirido com os pais. Alguns afirmam também que a formação técnica contribuiu sobremaneira para ampliar a experiência deles. Com exceção de um agricultor que atua no Alto Vale, todos tiveram experiência com produção orgânica, sendo que sete deles ainda permanecem desenvolvendo esse tipo de manejo.

Na trajetória dos agricultores destaca-se a experiência com cultivo convencional, observada em todos os entrevistados. Os agricultores que produzem de forma orgânica afirmam que a experiência de ter produzido de forma convencional os sensibilizou para os riscos desse tipo de produção e os motivou a transição para o sistema orgânico de produção e, conseqüente possibilitou a permanência na unidade de produção. Dos nove agricultores entrevistados, quatro complementam a renda com trabalho externo. Dentre os tipos de trabalhos externos que eles executam encontram-se o de venda de diárias executando serviços agrícolas, trabalhos na construção civil e exercício de cargo político. Os outros três agricultores obtêm a renda somente da agricultura, não exercendo nenhuma outra atividade extra. Todos os agricultores têm laços muito fortes com suas comunidades. Dos nove, somente três são naturais de outros estados. Dois deles estão a mais de 30 anos na região, e um a 10 anos.

Todos os agricultores entrevistados participam de associação, cooperativa, sindicato ou ambos. Além disso, um deles participa do conselho municipal de desenvolvimento rural (Médio Vale) e os três agricultores do Baixo Vale participam do conselho do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia que está no entorno da comunidade.

7.2. TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Neste tópico apresenta-se a caracterização das unidades de produção agrícola através de suas dimensões produtivas: tipo de culturas, práticas e emprego de técnicas em relação com a natureza. Essa apresentação se justifica uma vez que para o agricultor a definição de estratégias específicas apropriadas à realização do seu projeto pessoal e familiar, dependerá da interação dos níveis de realidade material e de condições objetivas para a produção (ABREU, 2005).

Os diferentes sistemas identificados:

1) Sistema agroflorestal diverso – (SAF) praticado com maior frequência no médio Vale, mas também foi encontrado no baixo Vale do Ribeira, é caracterizado pela alta presença de espécies vegetais e biodiversidade forte, apresenta uma ou mais espécies de interesse econômico, mas principalmente a banana e o palmito pupunha;

2) Sistema tradicional coivara – (STC) caracterizada pelo manejo de corte e queimada, ocorre no baixo e médio Vale do Ribeira, os principais cultivos são o arroz, feijão, milho e raízes. Vem sendo pouco usado devido às restrições impostas pelas leis ambientais;

3) Sistema de produção de hortaliças – (SPH) típica do alto Vale do Ribeira, e a produção do tomate convencional é o principal cultivo, mas apresenta

alta variabilidade de produtos entre as áreas de produção dos agricultores, entre folhosas, legumes e algumas frutas. Independente do tipo de manejo convencional ou orgânico;

4) Sistema de bananicultura – (SBA) monocultivo de banana, encontra-se no manejo convencional ou orgânico;

5) Sistema de produção de palmito pupunha – (SPP) monocultivo de palmito pupunha, em manejo convencional ou orgânico.

Quanto aos sistemas de produção convencional ou orgânico, apresenta-se a seguinte divisão: quatro agricultores em manejo de produção orgânica de toda área cultivada, quatro agricultores com o manejo de produção convencional de toda área cultivada e, um agricultor com ambas as formas de produção em cultivo paralelo. Do grupo de orgânicos, apenas dois são certificados pela modalidade Organismo de Controle Social (OCS) e um do grupo por auditoria.

7.3. PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES E TÉCNICOS SOBRE O PAA E O PNAE.

Uma questão inicial importante no âmbito da discussão da percepção dos agricultores e técnicos sobre o PAA e PNAE, foi a identificação dos tipos de programas (PAA e PNAE) acessados pelos agricultores entrevistados.

Dos nove agricultores entrevistados, apenas dois do Médio Vale do Ribeira, acessaram os dois programas. Dos quatro agricultores do Alto Vale do Ribeira, três acessaram o PAA e, um deles não acessou nenhuma política de mercado institucional. Os três agricultores do Baixo Vale do Ribeira, acessaram apenas o PNAE. A tendência é o acesso majoritário em grupo, pois é incentivado na própria regulamentação dos programas. Entre os agricultores entrevistados somente o grupo do Baixo Vale acessou como grupo informal, operando as notas fiscais individualmente. Mas, na prática a organização prévia e operacionalização dos programas (entregas, processamento e a assistência técnica) ocorreu de forma coletiva, através da interação entre agricultores e técnicos.

Foi apontado como ponto positivo por todos entrevistados, o aumento da renda familiar, proporcionado pela adesão à política do mercado institucional. Os agricultores destacaram como ponto negativo (por quatro deles) a insuficiência das cotas pagas pelos programas. Já entre os técnicos, os valores foram considerados adequados. Foi referido por técnicos que a limitação de valores para uma renda adequada, tem como ponto crucial o fato de que muitos agricultores que acessam o PAA, não conseguem acessar o PNAE, esse último, proporciona uma renda maior. Consideram que a experiência com o PAA deveria ter favorecido os agricultores no processo de aquisição de conhecimento sobre o funcionamento operacional dos programas. Esse conhecimento os conduziriam naturalmente ao PNAE. Esse último, é o programa de mercado institucional mais exigente, especialmente, com relação à qualidade dos produtos, logística de entregas, mas, também é o programa que melhor remunera o agricultor, contudo, a experiência anterior (PAA) não capacitou o agricultor.

...O PAA para nós sempre foi o pré-primário para o mercado institucional PNAE. E o PNAE tem trocentas entregas, hospital, exército, outras coisas. Mas a princípio se pensou vamos fazer um prézinho. A principal falha estratégica do PAA é permitir que o agricultor ficasse 11 anos entregando só PAA, pois aí você não estimula ninguém (Técnico D. F. J.).

Outro aspecto de destaque identificado nas entrevistas conduzidas com o grupo de agricultores, mas com duas exceções, foi a incompreensão geral sobre o modo de funcionamento dos programas. A maioria não entende como os programas operam a compra direta, os processos, quem é o comprador, os caminhos para o recebimento dos valores comercializados. Isso não se diferenciou tendo o agricultor acessado o programa ou não. Exceto dois agricultores que acessaram os dois programas e trabalharam diretamente na sua operacionalização, o restante do grupo não sabia explicar os objetivos e como funcionavam os programas, o significado das siglas dos programas. Essa tendência não foi observada entre os agricultores que exercem cargos de direção de associações e de cooperativas e entre técnicos que atuam com o mercado institucional.

No que diz respeito à compreensão dos programas, os técnicos relatam que alguns agricultores passam a entender o funcionamento dos programas, a partir do momento em que vão assumindo as tarefas e dominando a parte burocrática dos programas. Nesses casos, os agricultores afirmam que os programas geram habilidades, as quais os agricultores não detinham, antes da experiência de comercialização no mercado institucional, que ocorre não só com relação à administração da parte documental, mas também com relação à logística, embalagem e qualidade de produtos.

...Precisavam de muita ajuda, muita paciência, muito papel de pão com produto anotado, muito produto sem pesar. O PAA foi didático nesse sentido, foi com o PAA que as comunidades aprenderam a pesar produto, a contar, anotar, ter controle, e ter algum padrão de qualidade, o padrão era adequado para consumo..." (Técnico F. V.).

Mas tal fato não pode ser generalizado pois as funções permanecem sendo realizada por técnicos, situação encontrada no grupo do Baixo Vale. Porém, os técnicos apontaram que ainda existem um número significativo de agricultores, na região estudada, que nem sequer tem conhecimento da existência desses programas e que no geral, mesmo os que acessaram não entendem claramente em que consiste e, como funcionam os programas. Foi observado que o alcance dos programas foi limitado com relação ao universo quantitativo da agricultura familiar na região. Ou seja, a quantidade de famílias de agricultores que acessaram um dos programas PAA ou PNAE, ou ambos, em algum momento, quando confrontadas pelos dados do Censo 2006 é pouco significativo. O Quadro 4 apresenta os dados quantitativos de agricultores e a estimativa de acesso aos programas no Vale do Ribeira.

Quadro 4 - Total de agricultores e estimativa de acesso.

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar*	Nº estimado de famílias que acessaram um dos programas**	% estimada de acesso com relação ao total de famílias
Apiáí	314	120	38,2
Barra do Chapéu	367	10	2,7
Eldorado	864	200	23,1
Sete Barras	590	70	11,8
Cananéia	7***	12	-

Fonte: Dados do Censo, 2006* (coluna 1). Pesquisa de campo, 2017** (coluna 2)³.

³ A informação de Cananéia, no Censo de 2006, apresenta um erro de digitação, pois durante a pesquisa de campo foi identificado mais de 100 estabelecimentos da agricultura familiar no município***.

Mesmo no município de Apiaí, onde o número de estabelecimentos é expressivo, foi observado que os agricultores acessaram os programas por apenas dois anos, mas não conseguiram aprovar novos projetos, nas últimas chamadas dos programas. Isso também ocorreu entre os agricultores de Cananéia e Barra do Chapéu. O depoimento de um técnico:

...A política pública, ela tem que seguir um arrasto, uma coisa tipo arrastão, vem fazendo geral. Não dá para ser uma coisa ...aqui, um caso aqui, outro ali, isso não funciona. É muito mais fácil você perder aquele caso, pois você não cria uma massa crítica para isso, um movimento para isso. Pensando em termos até de atuação de mercado, existe o mercado institucional que é muito forte, e eu sinto que os programas fizeram que o agricultor acessasse, mas basicamente só beliscar (Técnico D. F. J.).

Foi indicado como aspecto muito importante pelo conjunto dos agricultores à assistência técnica, até por àqueles (agricultores) do Alto Vale, que acessaram o PAA sem qualquer tipo de assistência técnica. Afirmaram que é crucial o suporte técnico e que sem assistência qualificada (em práticas agroecológicas, aplicadas em sistemas orgânicos ou agroflorestais) seria inviável operar os programas. Os agricultores do Baixo Vale destacaram que se não fosse o trabalho de assistência denominado “Cooperação Técnica”, realizada por uma associação de técnicos da região, qualificados em agroecologia, eles não teriam acessado o PNAE.

...Apesar de que vocês (técnicos) estão dando a cara às tapas também para ajudar nós, porque senão nós não ia também conseguir, porque se deixasse para nós correr atrás do jeito que já estamos desacorçoados nós não vamos. Fomos porque vocês estavam juntos né.” (Agricultor F. A.).

Os dois agricultores do Médio Vale foram acompanhados pela “Cooperação Técnica”. Segundo esses agricultores esse suporte possibilitou muitas melhorias na produção, principalmente na produção orgânica. A importância do trabalho técnico foi apontada por Sabourin (2017), afirmando que nenhuma política pública, embora socialmente construída e legitimada, pode ser institucionalizada sem contar com um conteúdo técnico e instrumental robusto.

Os agricultores do Baixo e do Médio Vale afirmaram que a assistência técnica qualificada possibilitou acessar os programas com produtos orgânicos, o que gerou melhor remuneração. A respeito do acesso aos programas do mercado institucional através da produção orgânica, os técnicos afirmaram que o aporte de até 30% no valor das mercadorias orgânicas atua como um estímulo à produção. Isso ocorreu com os agricultores entrevistados no Médio e no Baixo Vale, nesses locais a produção orgânica expandiu em função dos programas.

Outro impacto positivo dos programas observado nos locais foi a emergência do processo de indução da legalização documental das terras dos agricultores, aspecto apontado por técnicos e agricultores, além da constatação in lócus. No caso do Baixo Vale, que sofre com dificuldades estruturais devido à falta de apoio do poder público para o acesso aos programas de mercado institucional, esse impacto foi extremamente importante. Os agricultores do local, devido ao acesso ao PNAE, foram “forçados” a regularizar toda a documentação que eles não possuíam e era uma exigência obrigatória para adesão ao programa de compras

institucionais. Os documentos obtidos por eles foram, DAP's, Nota Fiscal de Produtor, Imposto Territorial Rural (ITR) e para alguns agricultores até as declarações de posse da terra e a regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), que estavam inativos. No caso dos agricultores do Médio Vale, a institucionalização de mecanismos de certificação orgânica, os levaram para a produção orgânica.

No geral os agricultores apresentam percepções semelhantes com relação aos impactos observados, ainda que as condições socioeconômicas, os tipos de sistemas produtivos e os programas acessados sejam diferentes. Dentre os impactos observados que se constitui em percepções diferenciadas entre os agricultores, está o valor da cota dos produtos comercializados. Chama atenção a justificativa dos agricultores que consideram o valor baixo, mas isso não se encontra associado diretamente ao preço, mas a incapacidade do programa absorver o volume produzido. Esses agricultores afirmam sentir frustração quando não conseguem comercializar a totalidade da produção.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou o conjunto de aspectos associados às percepções de atores chaves (produtores e técnicos) sobre o PAA e PNAE e caracterizou seus impactos positivos e negativos, de modo geral os programas contribuíram para o aumento da renda familiar dos agricultores que acessaram os programas. A questão da melhoria da renda é o ponto de interesse comum entre os agricultores mesmo em situações socioeconômicas, ambientais e produtivas diferentes. Sem esquecer que a inserção nos programas potencializou o acesso à assistência técnica. Outro impacto positivo observado foi o estímulo à regularização documental dos agricultores, este aspecto mostrou capaz de impulsionar o acesso desses agricultores à política pública.

Também em relação à aquisição de novas habilidades técnicas associadas aos procedimentos operacionais dos programas foi constatado em parte do universo da pesquisa, a apropriação de novos conhecimentos e práticas de processamento dos alimentos, escoamento ou ambos. Essas novas capacidades se mostraram dependentes de assistência técnica, e em alguns casos, permaneceram sendo praticadas independente dos programas.

O estímulo à transição e à produção orgânica é um impacto positivo que deve ser destacado, porém, mostrou-se também, dependente de acompanhamento. Há forte dificuldade por parte dos agricultores com relação à falta de conhecimentos em técnicas de produção orgânica e ainda sobre os mecanismos de garantia e certificação dessa produção. Essa dependência de assistência técnica foi um ponto levantado pelos atores da pesquisa que mostram claramente os limites dos programas e, a necessidade de solução desse gargalo. A assistência dever ter capacidade de atender às questões de ordem agrônoma, mas de natureza agroecológica, administrativas, logísticas e de relações institucionais para maior efetividade no auxílio à execução dos programas.

A incompreensão da operacionalização dos programas pela maioria dos agricultores é um ponto observado em diferentes graus, mas presente e, reafirmado pelos técnicos como fato mais amplo. Os agricultores não compreendem a estrutura institucional das políticas públicas e o histórico político institucional ocorrido até o reconhecimento e institucionalização da política pública do mercado institucional. Além disso, a operação é compreendida de maneira geral pelos agricultores, como uma ação que depende de indivíduos, lideranças ou de diretores de suas instituições. Isso tira o caráter de direito da política e a torna em alguns casos, como

uma ferramenta de barganha política local e regional. Novamente um trabalho técnico se põe como um dos caminhos que pode ser o disseminador de informações claras das regras e funcionamento dos programas, gerando a autonomia que se espera como resultado das políticas.

Os programas tiveram acertos e falhas nos territórios selecionados da região do Vale do Ribeira (SP). No entanto, ao não ter incluído o universo da agricultura familiar de forma abrangente, marginalizou parte dos agricultores familiares presentes na região.

Portanto, ajustes são necessários, os quais em essência dizem respeito aos seguintes aspectos dos programas: treinamento de assistência técnica adequada e capaz de interagir com as diversas instâncias do setor público e organizações da sociedade civil; revisão dos mecanismos que favoreçam a garantia do cumprimento da lei do PNAE, por parte dos municípios, estados e união, garantindo a compra de no mínimo de 30% da alimentação escolar da agricultura familiar; e melhorias na gestão e no monitoramento e fiscalização da operação dos programas.

Por último, é necessário ainda aprofundar o conhecimento, em algumas questões investigadas, especialmente em relação ao processo de transição agroecológica e ao papel do Estado na construção de um novo modelo de assistência que assegure o sucesso das políticas públicas.

9. REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

ABREU, L. S. *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 26, p. 143-160, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 1995.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 23 out. 2018.

BRASIL. MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 23 out. 2018.

BRASIL. FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 04/2015**. Disponível: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116alimentacaoescolar?download=9815:pnaemanual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2>. Acesso em 23 out. 2018.

CAZELLA, A, A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. São Paulo: Vozes, 1993.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, 2013 Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos_pupa=1125&t=2. Acesso em 15 nov. 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal 2013**. Acesso em 20/10/2017. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar** – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: característica das populações e dos domicílios. Censo demográfico, Rio de Janeiro, p.1-270, 2010.

ISA. Instituto Socioambiental. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Editores Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilton Tatto, 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar, do mito à realidade**. Campinas; Editora da Unicamp. v. 2. 1998.

KAUFMANN, M. PRISCILA; PASQUALOTTO, N.; SENA, M. MACHADO. A Construção do conhecimento agroecológico no território central do Rio Grande do Sul. uma experiência baseada na metodologia campesino a campesino. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.26, n.3, p.7-20, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/39859/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. Washington: PNUD, 2011. 183p.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.; BLASIS, P. Investigações arqueológicas no médio/baixo vale do Ribeira de Iguape, São Paulo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, 57-69, 1998.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (ORGs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), p. 265-291. 2017.

SANTOS, P. K. M; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental. 2008.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, jun. 2008.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Editora Cortez: Universidade Estadual de Campinas. 1999.

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E AS REGULAMENTAÇÕES SANITÁRIAS: ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO 49/2013 EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Aline Luiza Führ¹
Neiva Aparecida Ancini²
Rozane Márcia Triches³

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar as condições de agricultores familiares e microempreendedores e a competência do órgão de Vigilância Sanitária em relação às considerações trazidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº49/2013. Trata-se de um estudo de caso quantitativo e qualitativo, realizado em um município do sudoeste do Paraná. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas diferenciadas de acordo com o grupo de indivíduos e analisadas com a técnica de análise de conteúdo e aplicado o *checklist*/RDC nº275/2002 nos estabelecimentos. Três de quatro estabelecimentos foram classificados no grupo 3 – com apenas 0-50% dos itens atendidos, constatando-se que esta RDC não é aplicável à realidade de pequenas agroindústrias familiares. O profissional da Vigilância Sanitária, mesmo sem conhecer a RDC nº49, seguia algumas diretrizes, principalmente a da razoabilidade. Considerando-se os aspectos retratados pela Resolução, bem como, os impasses diagnosticados, verificou-se pouco conhecimento, aderência, praticabilidade e, portanto, efetividade desta política no caso estudado e a necessidade de esclarecer mais os atores envolvidos para que a mesma atinja seus objetivos.

Palavras-chave: Vigilância Sanitária, agricultura familiar, políticas públicas, agroindústria, segurança alimentar e nutricional.

FAMILY AGROINDUSTRY AND HEALTH REGULATIONS: ANALYSIS OF THE APPLICABILITY OF RESOLUTION 49/2013 IN A SOUTHEAST PARANÁ MUNICIPALITY

ABSTRACT

The aim this study was to analyze the conditions of family farmers and microentrepreneurs and the competence of the Health Surveillance agency regarding the considerations brought by Resolution of the Collegiate Board (RDC) nº49 / 2013. This is a quantitative and qualitative case study, conducted in a municipality in southwestern Paraná. Semi-structured interviews were conducted according to the

¹Graduada em Nutrição (UFFS). Especialista em Saúde da Família (UNILA). Mestranda em Ciência de Alimentos (UEM). E-mail: alineluizafuhr@gmail.com

²Graduada em Nutrição (UFFS). E-mail: neivaeguilherme@gmail.com

³Graduada em Nutrição (UNIJUÍ). Mestrado em Epidemiologia (UFRGS). Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Docente do Curso de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS). E-mail: rozane.triches@uffs.edu.br

group of individuals and analyzed using the content analysis technique and applied checklist/RDC No. 2775/2002 in the places. Three out of four markets were classified in group 3 - with only 0-50% of the items served, noting that this DRC is not applicable to the reality of small family agribusiness. The Health Surveillance professional, even without knowing RDC No. 49, followed some guidelines, especially reasonableness. Considering the aspects portrayed by the Resolution, as well as the impasses diagnosed, there was little knowledge, adherence, practicability and, therefore, the effectiveness of this policy in the case studied and the need to further clarify the actors involved in order for it to reach its goals.

Keywords: Health Surveillance, family farming, public policy, agroindustry, nutritional and food security.

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao longo das duas últimas décadas, vem ganhando progressiva relevância na agenda pública ao incorporar os princípios do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e da soberania alimentar. Neste âmbito, um dos avanços trazidos pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) refere-se ao fortalecimento da agricultura familiar e a reconexão entre a produção e consumo (SCHOTTZ; CINTRÃO; SANTOS, 2015).

A valorização para continuidade da produção de base familiar desponta como uma forma de manutenção da cultura, costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido estratégicos para o incentivo à agricultura familiar, tendo em vista que oferecem vantagens como a garantia da compra dos gêneros produzidos e incremento à renda destes agricultores (SILVA e FERREIRA, 2016; BEVILAQUA e TRICHES, 2014).

Todavia, este segmento de produção de alimentos, que possui destacável importância econômica e social para a SAN, convive com bloqueios no acesso aos mercados formal e institucional (especialmente PAA e PNAE), devido à dificuldade de adequação às normas sanitárias vigentes, não compatíveis com a realidade vivenciada (SCHOTTZ; CINTRÃO; SANTOS, 2014; TRICHES, SCHNEIDER, 2010a).

De acordo com Cruz e Schneider (2010) as exigências, em termos de escala e infraestrutura para a legalização desses produtos nos moldes convencionais, tornam inacessível a inserção da grande maioria dos agricultores familiares no sistema produtivo formal, o que faz com que se restrinjam aos mercados informais. Os autores ressaltam que, enquanto as mesmas normas, critérios e parâmetros, em termos de estrutura física e exigências legais (sanitárias, fiscais) forem aplicadas às escalas de produção díspares (impérios ou corporações alimentares e produtos tradicionais artesanais característicos de cada região) a tendência será atrelar a qualidade às grandes corporações, enquanto caberá à produção em pequena escala, o título de informal.

Para Medeiros, Cunha e Jacob (2014), a construção de convergências entre a questão alimentar e nutricional e as demandas de regulação sanitária é um grande desafio a ser enfrentado. É notória a necessidade de ampliação do espectro da vigilância sanitária para responder ao interesse público de promoção da saúde e da alimentação saudável, assim como acompanhar aos avanços ocorridos no âmbito da SAN (CUNHA e JACOB, 2014)

Neste sentido, a aprovação da Resolução da Diretoria Colegiada nº 49/2013 demonstra um avanço em vistas à inclusão produtiva. A mesma visa a segurança sanitária de bens e serviços para promover a geração de renda, emprego, trabalho, inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do país, auxiliando na erradicação da pobreza extrema (ANVISA, 2014; BRASIL, 2011). De acordo com Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (2014), essa nova Resolução (RDC nº 49/2013) que entrou em vigor um ano após sua publicação, dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, promovendo a criação de elementos facilitadores de inclusão social e econômica através da regularização das atividades descritas na norma.

Sendo assim, este trabalho buscou analisar as condições de produção e o cenário vivido por agricultores familiares e microempreendedores individuais (seja incentivos, fiscalização, dentre outros aspectos), bem como a competência do órgão de Vigilância Sanitária local, em relação às considerações trazidas pela RDC nº 49/2013 em um município do sudoeste do Paraná.

Assim, este artigo inicia com uma contextualização teórica/bibliográfica, seguindo com a descrição metodológica e finalizando com a apresentação e discussão dos resultados, apresentando os casos estudados e sua adequação à RDC nº 275/2002, além de analisar a aplicabilidade da RDC nº 49/2013, que se propõe a ser mais adequada à realidade das agroindústrias familiares.

2. DEBATES ENTRE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PRODUÇÃO ARTESANAL: BARREIRAS PARA A LEGALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE PRODUÇÃO ARTESANAL DIANTE DAS NORMAS SANITÁRIAS

Autores como Friedmann e McMichael (1989), realizam uma análise do processo de desconexão da cadeia alimentar a partir da teoria regulacionista, que especifica a história política do capitalismo entendida a partir da perspectiva da alimentação. Defendem que estaríamos em um terceiro regime alimentar, onde a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. A especialização da produção agrícola estendida entre continentes abriu um vasto espaço entre onde as pessoas vivem e a origem dos produtos que consomem, entre o trabalho que realizam e os objetos que utilizam. A subordinação dos alimentos ao mercado autorregulado envolve o desligamento das relações econômicas da região e das pessoas. Cada passo da cadeia alimentar e sua complexidade promovem uma forte separação da produção e do consumo de uma comunidade. No entanto, estes processos produzem tensões e crises, o que remete para um regime contemporâneo mais contraditório e complexo que os dois anteriores. Por um lado, ele tem de lidar com a forte concorrência entre as corporações, e, por outro, com os problemas que produziu como as preocupações sociais, ambientais e de saúde.

Em relação ao Brasil, a industrialização dos alimentos se intensificou em meados da década de 1980. Antes disso a produção e o processamento de alimentos eram de pequena escala. O processamento e conservação de matérias-primas como carnes, embutidos, queijos, conservas, compotas, etc., ocorriam principalmente no ambiente doméstico, sendo práticas do dia-dia dos agricultores. Com isso, assegurava-se especialmente a diversidade dos alimentos (CRUZ E SCHNEIDER, 2010).

Com a urbanização essa forma de produzir alimentos passou a ser redimensionada permitindo aumentar a produtividade no intuito de atender a demanda do crescimento populacional. A produção de alimentos passou a ter como

foco principal a quantidade, substituindo matérias-primas e incrementando o uso de aditivos para tornar os alimentos mais baratos e duráveis. Quanto maior a durabilidade dos produtos, mais centralizada se tornou a produção, de modo que a distribuição se deu através de cadeias longas. Em contrapartida, devido a sucessivos casos de contaminação de alimentos ligados à produção industrial, esse sistema convencional de produção vem sendo questionado nos últimos anos (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Na esteira destes cenários e perspectivas teóricas vêm aumentando os debates quanto a qualidade dos alimentos, a defesa e valorização dos produtos tradicionais, bem como, a realocação da produção e cadeias curtas de distribuição de alimentos. Vem crescendo o interesse pelos produtos artesanais, onde os processos envolvidos são manuais e marcados pela não padronização ou pela pouca utilização da mecanização. Nesses moldes, existe divisão social de trabalho, sua produção na grande maioria é realizada pelas famílias, onde as mesmas possuem conhecimento acerca dos processos, matéria prima, utensílios, elaboração entre outros. Mais que isso, estes conhecimentos são passados de geração para geração, preservando a cultura, os costumes da região, tendo menores impactos em relação aos aspectos socioambientais (CRUZ, 2012).

A forma artesanal de produzir caracteriza-se por um processo de produção com uma dimensão de arte e não meramente técnica. O toque especial que cada produtor dá ao seu produto é o diferencial e o fundamento do artesanal, o que faz cada produto único. O artesanal é centrado no como fazer, na variável humana, na diferenciação. Enquanto que no processo industrial, o fundamento é a padronização do produto, a garantia de que determinada marca não apresenta variação nem em qualidade, nem nas características do produto devido a procedimentos técnicos e operações mecânicas sob rígido controle (SILVEIRA e HEINZ, 2005).

Para Zuin e Zuin (2008) e Silveira (2009), a produção artesanal de alimentos favorece o saber típico da região e de determinadas culturas, bem como o desenvolvimento de agroindústrias familiares envolvendo o saber-fazer das mulheres, principais produtoras desses alimentos. Esta produção é caracterizada por produtos com história, que passam de geração em geração que os foram produzindo e recriando. Marcam uma ação que reúne relações sociais e familiares, num encontro entre o saber e a experiência. Nesse sentido, a produção desses alimentos é uma arte construída ao longo do tempo através da tradição familiar e comunitária.

A valorização da produção artesanal vem sendo defendida por movimentos sociais como o *Slow Food*, além de ganhar créditos nas pesquisas acadêmicas e debates políticos. Mais que isso, ainda está associada às expectativas dos consumidores em relação aos alimentos que têm sua produção ligada ao rural e aos mitos do natural e do artesanal, de modo a aproximar produtores e consumidores na busca urbana por “imagens dos sabores perdidos” (CRUZ, 2012). Nessa perspectiva, no Brasil, ressaltam-se movimentos tradicionalistas que representam a importância da cultura alimentar por meio de suas festas, como exemplo a culinária e literatura, típicas na região Sul, o movimento tradicional gaúcho, no Norte, as festas do Boi de Parintins (MA), e Nordeste, com o Movimento Armorial (PE) (ZUIN e ZUIN, 2008).

Em outra perspectiva, a produção artesanal também se encontra atrelada à sucessão familiar rural, potencializando a permanência de jovens no campo, uma vez que podem ser donos do próprio negócio, permanecem próximos à família e fazem o que gostam. Nesse sentido, a agricultura familiar potencializa a produção de emprego e renda por meio de um viés socioeconômico (KRUGER *et al.*, 2018). Tal viés é positivo quando considerado que produtores da agricultura familiar comumente sentem-se diminuídos no mercado competitivo em relação aos grandes

produtores, devido ao crescimento econômico resultante da produção em grande escala que valoriza a produção das *commodities* em detrimento da produção de pequena escala voltada ao abastecimento interno (BELEM, ALVES, SCHMELLING, 2018).

Dessa forma, frisa-se aqui a importância da discussão acerca da valorização de alimentos tradicionais e/ou artesanais, dado os valores e tendências que apontam para a realocação da produção de alimentos, aproximação produção-consumo e cadeias curtas de produção e distribuição. Por mais que este modelo de produção e distribuição de alimentos não substitua o modelo de produção em larga escala e considerando que esse movimento é ainda periférico em relação ao sistema hegemônico, deve-se defender as novas tendências que se apresentam como estratégicas para ações que buscam desenvolvimento rural baseado em características e potencialidades intrínsecas de cada região (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Porém, é notório que uma das questões que tem impedido a comercialização de produtos da agricultura familiar diz respeito às exigências sanitárias. Alimentos obtidos por processos artesanais na maioria das vezes são condenados à informalidade por não passarem por uma inspeção sanitária ou registro em órgão público, devido à inflexibilidade da legislação em relação à pequena escala de produção e impossibilidade de investimentos. É importante considerar que de uma maneira geral, a legislação sanitária foi elaborada a partir da realidade de grandes empresas de alimentos, estabelecendo uma estrutura de processamento que, na maior parte dos casos, está além da capacidade produtiva e financeira dos produtores artesanais (PAULA e FRAVET, 2012; BRASIL, 1997).

Normas sanitárias incompatíveis com a realidade local da produção acarretam a inviabilidade da regularização do estabelecimento produtor de alimento tradicional, devido a pequena escala de produção, de modo a gerar renda insuficiente para alcance destas adequações (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Sendo assim, políticas públicas de fomento devem ser direcionadas a potencializar a produção da agricultura familiar, bem como, a permitir a permanência destas famílias no campo, objetivando a continuidade da produção de alimentos, e abastecendo assim os mercados locais e regionais. Neste contexto, fazem-se necessárias políticas públicas que promovam a produção e consumo de alimentos com qualidade (SILVA e FERREIRA, 2016).

Pautando-se nestes debates, a RDC nº49/2013 foi criada para estabelecer normas para a regularização do exercício de atividades do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário⁴,

⁴ Conforme definido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte; a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: a) a empresa, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e no caso da empresa de pequeno porte, a empresa, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). No que se refere a empreendimentos econômicos solidários, conforme definido pelo Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, os mesmos são definidos por organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006). De acordo com a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 pode-se entender como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família

que sejam produtores de bens e prestadores de serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária (BRASIL, 2013).

A RDC nº 49/2013, surgiu após ser submetida à consulta pública em 29 de outubro de 2013, durante Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (VI SIMBRAVISA), através do Programa de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (PIPSS), que objetiva a integração das ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) aos empreendimentos administrados pela população de menor renda e que possuem maior dificuldade para formalização de suas atividades econômicas (SCHOTTZ, CINTRÃO, SANTOS, 2014).

Segundo a ANVISA (2014), o aspecto educativo e orientador trazido pela RDC nº 49/2013 em relação à atuação fiscalizadora sanitária ultrapassa o antigo caráter meramente punitivo, no qual traz a moderna visão do poder estatal. Desta forma, o agente fiscalizador atua ao lado do cidadão, como seu parceiro, orientador e educador, sempre considerando o risco sanitário. Ou seja, a norma é amparadora e facilitadora, porém não permissiva. Além disso, o caráter orientador e educativo sobre matérias de vigilância sanitária deverá dar ênfase aos empreendedores que exerçam atividades de alto risco⁵ (ANVISA, 2014).

Para tais desígnios, a RDC 49/2013 prevê, por parte do SNVS, programas de capacitação com periodicidade regular, voltados à sensibilização e atualização de seus profissionais, sendo focadas no cumprimento de suas diretrizes. Estes agentes devem se envolver não somente à prevenção de riscos à saúde da população, mas também, ao reconhecimento de agentes promotores de desenvolvimento, estimulando o mercado formal e auxiliando na distribuição de renda (ANVISA, 2014).

Ademais, a RDC nº49/2013 traz a diretriz direcionada à “proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares” (BRASIL, 2013, pg. 57). Um dos princípios se refere à razoabilidade, onde os agentes de fiscalização sanitária devem agir com bom senso e moderação, tomando atitudes adequadas, condizentes a realidade dos fatores sociais, culturais e históricos, considerando o risco sanitário (BRASIL, 2013). Segundo a ANVISA (2016) as fiscalizações da vigilância sanitária devem considerar os processos baseados em conhecimentos tradicionais, pois estes saberes e fazeres tradicionais que passam de geração para geração são expressões valiosas da cultura, cuja preservação é também dever do Estado.

Outro aspecto respaldado pela resolução nº 49/2013 elucida também, as integrações e articulações dos processos e dados do SNVS com órgãos e entidades, visando impedir a duplicidade de exigências para os empreendimentos, racionalizando, simplificando e padronizando os processos (ANVISA, 2016).

Além do rompimento das punições e posturas mais policiais que caracterizam a atuação dos agentes fiscalizadores, a RDC nº 49/2013 traz a regularização sanitária automática de atividades de baixo risco que compreende as residências, áreas desprovidas de regularização fundiária legal ou com regularização precária, mas, para que isso ocorra, o produtor deve dar acesso ao

apresenta-se indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, de modo a ser exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes (Brasil, 2008). Suplantando a definição legal, a agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, gerada a partir da relação entre trabalho, propriedade e família, caracterizada por uma categoria extensa que agrupa o campesinato, o agricultor de subsistência, considerando estas categorias como um de produzir e viver em sociedade tendo sua autonomia demográfica, social e econômica (SILVA e FERREIRA, 2016).

⁵ 1º A classificação de risco terá como base os dados epidemiológicos, considerando a capacidade dos serviços, os costumes, os conhecimentos tradicionais, a escala de produção e demais fatores relacionados, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) (ANVISA, 2014, pg 34).

local pelos agentes da vigilância para obter orientações. Além disso, estes produtores ficam isentos de taxas de fiscalização sanitária, para os empreendimentos, produtos e serviços, e deve ser dada tanto no momento da abertura do negócio, como nas renovações (SCHOTTZ, CINTRÃO, SANTOS, 2014; ANVISA, 2016).

Alcançar a formalidade das agroindústrias tende a favorecer não somente os empreendedores, mas também, a sociedade como um todo. A inclusão dos empreendimentos gera aumento da atividade econômica, fortalece o orçamento público, mantém a economia do país em movimento, gera emprego, trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local e sustentável das regiões em que atuam, além de preservar os costumes e a cultura local. Portanto, o poder público, tanto na esfera Federal, como também estadual e municipal, tem o dever de estimular e dar suporte para que estes empreendimentos sejam bem sucedidos. Sendo assim, a concretização dos princípios da resolução nº 49/2013 vem para somar e auxiliar nestes aspectos (ANVISA, 2016).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo e quantitativo, visto que, quantificaram-se os dados obtidos a partir da aplicação do *checklist*, e da compreensão de falas de atores envolvidos no tema estudado. O mesmo foi desenvolvido em um município da região sudoeste do Paraná no período de outubro a novembro de 2015. O modelo de modernização da agricultura domina o ideário da produção agrícola e ainda atua na maior parte da produção de alimentos no mundo, o que chamamos de sistema de agricultura convencional. Entretanto, esse modelo de produção que consiste na exploração irrestrita do solo e dos recursos naturais para obter maior produtividade e rendimento econômico, não leva em conta na maioria das vezes, que a utilização constante de insumos externos e o manejo artificializado dos agroecossistemas podem implicar em problemas irreversíveis aos ecossistemas locais e a na saúde dos consumidores.

3.1 CENÁRIO DA PESQUISA E DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

O município estudado possui área territorial de 322.217 km² e localiza-se no sudoeste paranaense, apresentando uma população estimada de 14.289 habitantes (5.711 habitantes vivem no meio rural e 7.421 no meio urbano) (IPARDES, 2016). A atividade econômica que mais oferece emprego são as indústrias em geral, em seguida, o comércio, e por último a agropecuária e construção civil (IPARDES, 2016). Dentre os estabelecimentos agropecuários, destacam-se principalmente a pecuária e a criação de outros animais com 781 estabelecimentos, seguido da lavoura temporária com 579 estabelecimentos. Os principais produtos cultivados na região são soja, milho e trigo. Na produção animal se destaca a produção de leite e ovos de galinha (IPARDES, 2016). Justifica-se a escolha por considerar que este município possui características que são muito comuns no interior do estado do Paraná - população menor que 50.000 habitantes e com produção de alimentos essencialmente proveniente da agricultura familiar.

Foram entrevistadas oito pessoas, sendo um representante da Vigilância Sanitária e sete atores: três fornecedores da alimentação escolar do município, e os outros quatro microempreendedores individuais, manipuladores de alimentos (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados no estudo.

Entrevistados	Microempreendedor individual	Fornecedor alimentação escolar	Profissional da Vigilância Sanitária
Total	4	3	1
Alimentos produzidos	Panificados	Panificados, ovos, verduras	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

A escolha dos agricultores familiares, microempreendedores individuais foi feita a partir da lista de acompanhamento fornecida pelos profissionais responsáveis do departamento de Vigilância Sanitária do município. Para tanto foram realizadas visitas a estes indivíduos em conjunto com o profissional responsável pela Vigilância Sanitária do município. Nestas visitas eram aplicados os *checklist* e as entrevistas com os atores envolvidos.

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para verificar as condições das agroindústrias utilizou-se a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos (*checklist*), a qual se propõe a observar itens como: aspectos gerais de recursos humanos; condições ambientais; instalações; edificações e saneamento; equipamentos; além de sanitização e o fluxo de produção. As opções de respostas para tais itens foram classificadas em: “SIM”, quando o item estava sendo contemplado; “NÃO” quando o item não estava sendo contemplado e “NÃO SE APLICA” nos casos em que o quesito não se fazia presente (BRASIL, 2002). Este instrumento foi utilizado por meio de observação direta e aplicado apenas aos estabelecimentos de manipuladores de alimentos (três produtores de panificados e um de panificados e sorvete).

Após isso, foram organizados e analisados por meio do software *Microsoft Excel*® versão 2010. A avaliação dos resultados se deu conforme o percentual de adequação encontrado nos aspectos observados. Assim, os estabelecimentos foram classificados de acordo com o sugerido na RDC nº 275/2002, em: Grupo 1 - quando apresenta de 76 a 100% de conformidade; Grupo 2 – quando apresenta 51 a 75% de conformidade e, Grupo 3 – 0 a 50% de conformidade⁶.

As entrevistas foram realizadas por meio de formulário composto por perguntas semiestruturadas, desenvolvido pelos pesquisadores e diferenciados para os grupos de atores. No caso dos produtores e manipuladores de alimentos, abordaram-se aspectos como: produção e local de aquisição das matérias primas; locais de venda dos produtos; cursos e incentivos à melhoria da qualidade dos alimentos produzidos; visão do produtor em relação ao vigilante de saúde, no que se referem à fiscalização, exigências, orientações e regras estabelecidas; subsídios para atingir adequação dos estabelecimentos produtores de alimentos; aspectos culturais presentes na produção. Para o profissional da Vigilância Sanitária foram levantadas questões sobre informações e treinamentos recebidos acerca da RDC nº 49/2013; conhecimento e opinião sobre a nova Resolução; e razoabilidade aplicada nas inspeções destes estabelecimentos.

⁶ O percentual de itens atendidos foi obtido pela divisão entre o número de itens em adequação com a legislação, multiplicado por cem, e o número de itens avaliados, tirando-se o número de itens identificados como “NÃO SE APLICA”.

Todas as entrevistas foram gravadas com recurso de áudio e transcritas no software *Word@* versão 2010. Após isso, foram analisadas utilizando-se o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI Nº 24/2013 e respeitou os preceitos éticos. Portanto, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, concordando com a divulgação dos dados coletados e estando cientes que todos os dados pessoais seriam mantidos em sigilo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os produtores e manipuladores do estudo comercializavam seus produtos em mercados; domicílios locais e/ou em municípios próximos; bem como o PNAE. Salienta-se que no período de estudo nenhum destes possuía licença sanitária expedida pela Vigilância Sanitária devido a inadequações.

Considerando os estabelecimentos em que foi aplicado o *checklist* da RDC nº 275/2002, a Tabela 1 demonstra que o estabelecimento do manipulador A foi o que apresentou maior adequação ao ser classificado no Grupo 2 (51,05% de conformidades). Outros três estabelecimentos classificaram-se no Grupo 3, com destaque ao estabelecimento D, com os menores índices de adequação dos itens avaliados (25,82%).

De maneira díspar ao aqui encontrado, Schiavo *et al.* (2015), ao avaliar pelo mesmo *checklist*, onze produtores rurais que forneciam alimentos doces para o PAA, em Cardoso Moreira-RJ, encontrou percentual de atendimento aos itens avaliados superior a 51% (Grupo 2) na maioria (sete) dos onze agricultores. Apenas dois produtores foram classificados no Grupo 3, o que implica em condições precárias para produção.

Tabela 1 - Percentual de itens em conformidade dos estabelecimentos dos manipuladores.

Item avaliado	A	B	C	D
Edificações e instalações (%)	57,14	35,44	46,03	23,81
Equipamentos, móveis e utensílios (%)	52,63	19,05	26,32	21,05
Manipuladores (%)	80,00	35,71	40,00	42,86
Produção e transporte do alimento (%)	65,52	48,48	41,38	41,38
Documentação (%)	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Ainda, por meio da Tabela 1, observa-se que no item referente a “Manipuladores” foi alcançada maior adequação pelos participantes, enquanto “Documentação” não foi atendida, seguido de “Equipamentos, móveis e utensílios”, o qual obteve de uma maneira geral, maiores aspectos em inadequações, pelo *checklist*.

Este último resultado pode ser explicado a partir da observação quanto à presença de equipamentos e móveis adaptados ao invés de planejados. A mesma justificativa pode ser dada ao resultado encontrado para “Edificações e instalações”, já que os mesmos, em sua maioria, eram domiciliares, sendo compartilhados para outros afazeres das famílias, o que é considerado inadequado pela RDC 275/2002.

Salienta-se que dos quatro produtores aqui avaliados, apenas um possuía cozinha separada da cozinha utilizada pela família, a qual não era separada totalmente do domicílio, como recomendado pela regulamentação supracitada.

Estes itens obrigatórios exigidos por esta legislação implicam de forma significativa na não formalização de grande parte destes estabelecimentos aos mercados institucionais. Esta questão abordada na RDC nº 275/2002 é contrária o preceito do artigo 12 da RDC nº 49/2013, que dentre outros itens, descreve que os órgãos de vigilância sanitária, observando o risco sanitário, poderão regularizar as atividades do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que são instalados em residências (ANVISA, 2014).

Nesse sentido, a aplicação deste método permitiu verificar que os itens “Edificações e instalações”, bem como o item “Equipamentos, móveis e utensílios” da RDC nº 275/2002, que representam 14,41% dos itens sugeridos no *checklist*, não são aplicáveis à realidade local dos produtores demonstrando a inadequação deste instrumento ao público avaliado.

Quando questionado aos produtores entrevistados sobre as exigências solicitadas pela Vigilância Sanitária, três dos quatro produtores inspecionados referiram a necessidade de uma maior razoabilidade dos vigilantes em relação à realidade local de sua produção:

[...] eu acho que é bastante exigente. Eu acho que sim. Eles deviam assim... eu acho que como eles são do município, eles deviam ceder um pouco pra quem tá produzindo aqui né.[...] Porque daí era muita coisa que tinha que muda né. E daí, daí no fim tu gastava um monte” (produtor B).

A partir desta fala é ressaltada a influencia de condições econômicas, para a ocorrência ou não de adequação das estruturas, de acordo com o recomendado pela Vigilância Sanitária do município. Prezotto (1997) aponta que as regulamentações existentes para a produção/elaboração de alimentos levam um nível de estrutura que implica num grande volume de recursos financeiros. Volume este que não se justifica economicamente para uma pequena agroindústria, já que em função de sua pequena escala de produção, ela não gera receita suficiente para retornar o capital investido, tornando inviável o empreendimento.

Na mesma linha de pensamento, Silveira e Henz (2005), debatem que os programas para implantação de agroindústrias familiares indicam um conjunto de investimentos, instalações e equipamentos necessários para obter-se o aval do poder público. Entretanto, estas alterações propostas para aspectos sanitários e fiscais, geralmente, estão além das expectativas dos agricultores. Mais que isso, o que se observa é que depois de realizados os investimentos, surgem um conjunto de consequências advindas do aumento de escala de produção para se alcançar a capacidade de pagamento necessária. Nesta discussão, os autores ainda citam como barreiras na produção artesanal:

[...] incompatibilidade entre disponibilidade de matéria-prima e produção almejada, a concorrência da atividade agroindustrial com as demais atividades realizadas na unidade de produção familiar por recursos de mão-de-obra, capital e, eventualmente, terra, além da descaracterização do processo artesanal de produção ao adotar-se um padrão industrial (originado na introdução de máquinas e equipamentos que permitem um

controle rígido dos procedimentos de produção) (SILVEIRA e HEINZ, 2005, pg.2).

Os efeitos acima elencados levam a refletir sobre a concepção dos programas de estímulo à agroindústria familiar e/ou a fiscalização da Vigilância Sanitária pautada em grandes produções, dando-se ênfase à importância de uma maior flexibilização das exigências ao público aqui tratado. Nesse intermédio, entende-se que o objetivo trazido pela RDC nº 49/2013, surge como uma importante iniciativa da ANVISA, visto que dentre suas principais inovações estão a razoabilidade das exigências aplicadas; proteção à produção artesanal e o caráter orientador e educativo, prevendo, a disponibilização de orientações ou instrumentos norteadores para os empreendedores, com ênfase aos que exerçam atividades de alto risco (BRASIL, 2013). No entanto, ainda existem caminhos a serem trilhados para que estes objetivos sejam realmente alcançados.

Tratando-se destes princípios, mesmo que o profissional da vigilância sanitária entrevistado tenha citado determinada razoabilidade nas suas condutas (o que foi afirmado por dois dos quatro entrevistados quanto a este aspecto), o mesmo relata a falta de informações sobre a Resolução nº 49/2013, afirmando só ter tido conhecimento da mesma, em função desta pesquisa. Quanto a isso, ressalta-se que esta Resolução está em vigor desde abril de 2014 (BRASIL, 2013), sendo um tanto curioso que os profissionais responsáveis por isso não tenham recebido informações após o período decorrido.

Nesse quesito, Schottz, Cintrão e Santos (2014) referem que, para colocar esta mudança de paradigma em prática, é necessário que a ANVISA invista em ações de formação e capacitação das Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais. Ou seja, não ocorrerá a aplicabilidade da RDC nº 49/2013 se o profissional de Vigilância Sanitária não conhecer de maneira concreta a Resolução, seus princípios e diretrizes.

Mesmo assim, segundo considerações feitas pelo profissional entrevistado, tem se tentado seguir as recomendações trazidas pela RDC nº49/2013, mesmo sem ter tido o conhecimento dela:

Que a gente acaba tentando fazer de uma forma que a gente mantenha a segurança de alimento, o máximo possível, mas que a gente consiga, é...fixar essa inspeção na realidade desse produtor. Porque se a gente for pedir pra fazer todas as adequações que é necessário pela RDC nº275, esse pequeno produtor vai ter que parar de produzir, porque ele não vai ter condições financeiras pra fazer essas adequações. [...] Agora eu não posso mexer na questão receita, na questão do que é bom, o que é ruim. (profissional da VS)

Tal afirmação considera a flexibilidade em relação à regulamentação existente (RDC nº 275/2002) e a proteção da produção artesanal. Porém, quando respaldada a diretriz V- que se refere à proteção da produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares -, é percebido certa contradição, ao considerar os relatos apresentados pelos produtores sobre a restrição do uso de algumas de suas matérias primas.

[...] as farinha, nós plantamo trigo. Trazemo num moinho lá [...] O ovo eu compro ali [...] é caipira [...] Porque macarrão sem caipira não fica bão né (produtor B).

[...] que a gente não pode mais usá, esses ovos caipiras porque tem bactéria [...] que tinha que começá usá os ovos em pó, que era mais garantido. Mas como é que tu vai fazer uma bolacha com um pó? (produtor C)

Tratando-se da produção artesanal de alimentos, Silveira e Heinz (2005), ressaltam ser necessário impedir a perda do caráter artesanal da produção, visto que se trata de um produto diferenciado e que pode sustentar uma estratégia de desenvolvimento da agroindústria familiar. Mesmo assim, neste estudo, observou-se que a produção de alimentos a partir de matérias primas do próprio produtor aparece como uma dificuldade para adequações dos mesmos às exigências solicitadas. É o caso, especificamente de agricultores manipuladores de alimentos, onde dois dos quatro entrevistados que manipulam alimentos referiram utilizar matérias primas produzidas no domicílio, fato este que nem sempre é exposto para o profissional fiscal da Vigilância Sanitária, a fim de não haver proibições:

[...] ela proibiu eu usa ovo caseiro né, daí proibiu usa a manteiga
[...] E eu não contei que eu ponho o queijo caseiro pra elas, se contá é capais delas cortá né. (produtor B)

Dentre os aspectos defendidos pelos produtores em relação ao uso de ingredientes próprios, puderam ser observadas questões econômicas (redução de custos em matérias primas), culturais e nutricionais (manutenção da identidade cultural do alimento, garantia da qualidade organoléptica, redução de compostos indesejáveis nos produtos finais), além de questões relacionadas à procedência dos alimentos:

Que nem na época que eu tinha galinha eu ajuntava, esperava elas ponha pra mim gasta. Fui no mercado, comprei uma dúzia de ovo peguei oito podre [...] elas exigem aquilo da gente: puro, natural casero [...] não tem, se tu for vê essas coisa casera é melhor, não tem química não tem nada né. [...] Imagina, tu vê nossas criação ali que tudo lisinho, bonito, limpo, daí a gente sabe o que tá comendo né. Então... e daí é que nem o ovo, que nem a manteiga... (produtor B)

Diante das falas anteriores, são observados aspectos já trazidos no estudo de Cruz e Schneider (2010), bem como de Belem, Alves e Schmelting (2018) onde as relações de produção e consumo de alimentos, baseadas em cadeias curtas, passam a ser pautadas na confiança, troca de saberes, localidade, qualidade e transparência, significando a acuidade da procedência dos produtos e matérias primas, relatado pela entrevistada. Em uma perspectiva de medos e incertezas, o próximo, o artesanal e o tradicional passam a ser a opção que oferece garantias aos consumidores, assim como para os produtores.

O consumo de alimentos naturais com menores graus de processamento, saudáveis e tradicionais é um dos aspectos importantes ligados a SAN. No entanto, quando se exige dos produtores de alimentos tradicionais, o uso de ingredientes fiscalizados e legalizados pela legislação, os mesmos são estimulados a produzirem seus produtos a partir de matérias primas majoritariamente adquiridas de terceiros. Nesse sentido, os alimentos com tais restrições de ingredientes, também poderiam perder sua qualidade final e identidade cultural (BRASIL, 2014; BRASIL, 2006; CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

As regulamentações para a venda de panificados, tanto para o PAA quanto PNAE, por exemplo, exigem que para que o produto seja considerado como da agricultura familiar, seus ingredientes também sejam oriundos da propriedade do agricultor familiar (BRASIL, 2014; BRASIL, 2006; CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Neste quesito, o profissional da Vigilância Sanitária também admite uma situação difícil vivenciada no seu cotidiano, demonstrando-se ciente e incomodada pela disparidade de regulamentações existentes em relação ao mesmo tema:

[...] você pega agricultores que produzem em casa isso. E você vai pedir pra eles comprar o ovo de outra pessoa pra eles fazer o macarrão que eles vendem? Só que esse ovo dele não tem inspeção [...] a gente chegou a um ponto que a gente tá estrangulando o agricultor, que é quem mantém a nossa economia municipal [...] a Vigilância não consegue agir da forma que ela deveria agir, ou seja, aplicar a RDC e fazer com que tudo se enquadre. Por que? Porque a gente estrangula o outro setor. (profissional da VS)

As questões tornam-se conflitantes no momento em que a indefinição de determinadas regulamentações fazem com que a Vigilância Sanitária interfira na realização da SAN. Como observado, as confluências e ambiguidades entre os diversos argumentos trazidos por distintas regulamentações de maneira aberta, resultam em uma situação confusa, tanto para o profissional da Vigilância Sanitária, quanto para o produtor de alimentos, demonstrando a necessidade de maiores avanços e coerência das orientações.

Nessa situação, o profissional relata a necessidade de aprimoramento da RDC nº 49/2013, visto que mesmo buscando o alcance das suas diretrizes, os caminhos apresentam-se ainda desfragmentados, não permitindo seu posicionamento de maneira condizente e ética:

Eu acredito que ainda não tem uma coisa palpável pra Vigilância Sanitária [...] que a ANVISA defina pra gente são roteiros que a gente consiga chegar e adequar à realidade da pessoa. [...] a 275, ela tem um roteiro de inspeção, que vai dizendo sim ou não. Lógico que foge muito da realidade do pequeno produtor. Eu não consigo adequar ele a aquele roteiro, da 275 [...] (profissional da VS)

Por outro lado, a recomendação trazida pela RDC nº 275/2002, quanto à necessidade rótulos de alimentos, foi apontado positivamente de maneira unânime pelos produtores entrevistados. Segundo os mesmos, a adequação deste quesito, permitiu maior amplitude na divulgação do produto, agregando qualidade na concepção dos consumidores e maiores benefícios para a venda:

Bastante gente olha lá: não essas são lá do interior, eu conheço [...] tem gente que liga e pede bolacha. (produtor B)
[...] ali é bom porque vamos supor, muita gente vende o produto ruim, o envenenado, o que, se dá algum problema eles sabem a quem recorre né. (produtor A)

Cruz e Bellé (2012), questionaram consumidores acerca da confiança em relação aos produtos rotulados, onde 76,36% responderam que se sentem confiantes e 23,64% não se sentem confiantes. Com relação à satisfação da compra de um produto rotulado, constatou-se que 84,75% se sentiam satisfeitos. Para

Machado *et al.* (2008), a decisão da compra ou não de um produto exige que o consumidor trace um caminho, com um processamento de informação, entre informações que recebe do meio externo e aquelas já retida em sua memória. Nesse sentido, a importância dada à rotulagem é um dos aspectos facilitadores para a valorização e venda do alimento tradicional.

Em relação à qualidade destes produtos, ressalta-se que a SAN inclui, dentre outros aspectos, o respeito à diversidade cultural. Para Teo e Triches (2016) a qualidade dos alimentos não incide apenas do ponto de vista microbiológico e nutricional, mas também em questões culturais associadas às escolhas alimentares. Portanto, a partir dos avanços recentes nesta temática, torna-se importante extrapolar a ideia de que alimento de qualidade é o alimento unicamente inócuo. Claramente, a inocuidade apresenta grande importância na qualidade dos alimentos, no entanto, na maneira que vem sendo considerada, está resultando na inviabilização do acesso dos produtos artesanais ou coloniais no mercado formal, afetando assim a continuidade cultural, um patrimônio imaterial que está sendo perdido.

Quanto a isso, destaca-se que os aspectos culturais foram enfatizados de maneira relevante por quatro dos seis produtores entrevistados, frisando-se aos meios utilizados para a fabricação e plantio e as preparações em si (relacionados ao modo de preparo e receitas).

[...] agora essa bolacha caseira que eu falo que é o que mais eu vendo né [...] veio sei lá, da mãe, da nona, sei lá... isso aí veio lá das tia. [...] isso aí é antiga. Tem gente que fala: é bolacha da vovó né. (produtor B)

[...] as cuca eu faço como eu aprendi com minha mãe né. (produtor A)

[...] tudo é de antigo, bolacha caseira é antiga, bolacha de milho antiga, que as nona fazia, que eles dizem "tempo da minha mãe minhas nona, o macarrão essas coisas, é tudo de antigamente essas coisas. (produtor C)

Os temperos, principalmente os temperos né. A gente procura manter os temperos sempre fresquinhos, não usar outros, tipo caldo, caldo essas coisas assim. (produtor D)

Segundo Picolotto e Brandenburg (2013), o fator cultural envolvido na produção artesanal de alimentos é relevante ao delineamento de um conceito de qualidade individual destes produtos, o qual inclusive é referenciado pelos consumidores. Segundo os mesmos autores, a valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal, a partir de formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados (os *colonos*), evidencia a valorização positiva para a agricultura familiar ou outro produtor, reforçando suas raízes e seus produtos típicos.

Tais argumentos também foram expostos pelos interlocutores durante as entrevistas:

E é uma questão cultural também. Você pega muitas pessoas aqui do nosso município que não gostam de comprar bolacha no mercado. Eles gostam de comprar de fulano que faz em casa [...] porque mantém aquele gosto, aquela coisa de vó, aquela coisa de mãe e que todo mundo gosta né. (profissional da VS)

Triches e Schneider (2012b), apontam que a concepção dos consumidores acerca da qualidade dos alimentos também está relacionada ao conhecimento e a procedência do mesmo. Ou seja, para os consumidores, ser superior,

nutricionalmente falando, remete não somente à composição do alimento em si, mas a todo o conhecimento acerca do produtor e processo que envolve a produção destes alimentos.

A concepção de qualidade de um alimento para o consumidor se sobrepõe ao aspecto apenas de segurança, e sim depende das escolhas relacionadas às questões de identidade e de saúde, bem como nas questões ecológicas, morais, ou ainda no atendimento ao seu paladar. Nesse sentido, a qualidade dos alimentos compõe várias dimensões e critérios, e não a um único conceito. Assim sendo, a qualidade representa um processo social ou um processo de qualificação, ou seja, é algo construído, e não dado (TRICHES e SCHNEIDER, 2012b).

Por outro lado, segundo os entrevistados, também houve aprimoramentos, principalmente em relação aos modos culturais de manipulação dos alimentos em decorrência de restrições trazidas pela Vigilância Sanitária com:

[...] a gente tinha um hábito né. Mas daí agora que a gente começou vender, tem que ser outro hábito né. Tipo assim, o jeito de armazena os produto né, é diferente do que a gente aprendeu, é diferente. (produtor D)

Cruz e Schneider (2010) defendem que as características dos produtos tradicionais variam de acordo com a região produtora e também em relação aos produtores, evidenciando distintos sistemas de produção de um mesmo alimento. Consequentemente também existem maneiras individuais de vivenciar e trabalhar com as questões alimentares. Nesse sentido, reforçam a necessidade de sistemas de regulamentação que levem em conta a diversidade regional, de modo a não padronizar também a produção tradicional.

É fundamental um roteiro específico aos profissionais da Vigilância Sanitária, a fim de definir quais os procedimentos são necessários para que no seu trabalho seja alcançada a qualidade dos alimentos sem agredir os princípios que a resolução RDC nº49/2013 determina. Seguindo Viana e Triches (2015), pode-se considerar que a resolução RDC 275/2002, diante das normativas sanitárias atuais, representa em seus itens os padrões de qualidade para o processamento de alimentos, que fortalecem a lógica excludente e concentradora. Assim, abandonam-se os sistemas alimentares alternativos, como as agroindústrias familiares, cujo apelo social busca produtos diversificados, artesanais, de conhecimentos tradicionais e socialmente incluídos (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Embora a RDC nº49/2013 ainda não tenha disponibilizado um cronograma ou um *checklist* específico no nível federal para aplicar aos estabelecimentos de produção de alimentos tradicionais, a mesma disponibiliza orientações a serem seguidos para que seja realizada a formalização legal destes estabelecimentos, quando determina que os órgãos de Vigilância Sanitária classifiquem⁷ os níveis de risco das atividades econômicas em baixo e alto risco sanitário. As atividades de baixo risco exercidas pelos empreendimentos poderiam ser automaticamente regularizadas perante os órgãos de vigilância sanitária, mediante alguns procedimentos⁸ citados nas suas normas. No entanto, a resolução, fugindo do

⁷A classificação de risco terá como base os dados epidemiológicos, considerando a capacidade dos serviços, os costumes, os conhecimentos tradicionais, a escala de produção e demais fatores relacionados, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), prevista nas Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006 e, quando conveniente, pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída pela Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 9 de outubro de 2002 (ANVISA, 2014, pg 34).

⁸ I – conclusão do procedimento especial de registro e legalização disponível no Portal do Empreendedor, pelo microempreendedor individual. II – apresentação dos documentos previstos no art. 6º ao órgão de

estereótipo da fiscalização punitiva, ressalta sobremaneira o caráter orientador e educativo, prevendo o fomento a atividades com este teor, com ênfase aos estabelecimentos que exerçam atividades de alto risco (ANVISA, 2014).

Apesar de alguns impasses citados anteriormente, a resolução RDC nº 49/2013 vem fortalecer a produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar e os circuitos de mercado locais, corroborando para a construção de um modelo de desenvolvimento equitativo e sustentável e para a promoção da alimentação adequada e saudável. Além deste fortalecimento, a Resolução acrescenta ainda mais as conexões entre regulação sanitária e os padrões de consumo de alimentos e desenvolvimento social e econômico (SCHOTTZ; CINTRÃO; SANTOS, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui encontrados apontam para a inadequação sanitária de agricultores familiares e microempreendedores individuais em relação ao instrumento de fiscalização (*checklist*) utilizado pela Vigilância Sanitária, referente à RDC 275/2002, o que implica em cobranças desvinculadas da realidade de pequenas agroindústrias familiares. Também se verificou contradições entre regulamentações, sem o devido esclarecimento/capacitação dos próprios profissionais que atuam na Vigilância Sanitária dos municípios, prejudicando o alcance geral dos aspectos trazidos pela Resolução 49/2013. Destacam-se confluências e ambiguidades entre as diversas recomendações trazidas por distintas regulamentações que de maneira aberta resultam em uma situação confusa, tanto para o profissional da Vigilância Sanitária, quanto para o produtor de alimentos, influenciando na dificuldade do alcance de determinados aspectos inclusos na garantia de SAN.

Este trabalho permitiu compreender que há necessidade de avanços na área das regulamentações para a produção/elaboração e venda de alimentos, quando considerada a produção artesanal/agroindústrias de alimentos de pequeno porte. Quanto a estes aspectos podem ser ressaltados em especial, impasses econômicos, culturais, ambientais e sociais, em função de sua pequena escala de produção.

Diante do estudo, quando se argumenta sobre a aplicação da RDC nº49/2013, no que se refere à “mudança de paradigma”, direciona-se a uma mudança do SNVS para uma posição mais orientadora do que punitiva, seguindo assim os princípios para a proteção da produção de alimentos tradicionais e agricultura familiar, sem abrir mão das questões de saúde pública. Estas revisões das normativas sanitárias são necessárias também para permitir a formalização destes estabelecimentos e o acesso aos mercados formais e institucionais como o PNAE e PAA e a inclusão social de agricultores familiares e pequenos empreendedores.

Esta ação abre os caminhos para a promoção do desenvolvimento social quando se mantêm os saberes, cultura, tradição e costumes da região, agrega ainda mais a Política de SAN, bem como, a economia, ao gerar renda tanto para os produtores envolvidos como para a região.

Pontua-se também que esta Resolução vem para que se discuta, articule, e dialogue com os órgãos da saúde, ambiente, agricultura, educação, ou seja, a

vigilância sanitária ou órgão responsável pela simplificação e integração de procedimentos, pelo empreendimento familiar rural e pelo empreendimento econômico solidário. Art. 8º A regularização dos empreendimentos cujas atividades sejam de alto risco seguirá os procedimentos ordinários praticados pelos órgãos de vigilância sanitária (ANVISA, 2014, pg 33).

sociedade em geral. Assim interligando preceitos de SAN, para que se fortaleçam cada vez mais suas ações, políticas e programas que potencializem uma interação positiva entre a questão alimentar e a equidade social.

O presente estudo teve limitações para investigar a totalidade de microempreendedores individuais, empreendimentos familiares rurais e de empreendimentos econômicos solidários presentes no município estudado, mas buscou identificar de forma ampla e aprofundada a complexidade do tema. Por outro lado, aponta para a necessidade de novos estudos em outras realidades e com outros delineamentos de pesquisa para que se possa avançar nas políticas e ações relacionadas à saúde pública e ao desenvolvimento social.

6. REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Inclusão Produtiva com segurança sanitária: RDC 49/2013**. 2014.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária: Orientação para Gestores de Políticas Públicas Municipais e Trabalhadores da Vigilância Sanitária**. 2016.

BALEM, T.A.; ALVES, E.O.; SCHMELLING, G.S. Os desafios da produção agroecológica e da construção de uma estratégia de mercado de circuito curto através da entrega domiciliar de produtos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.25, n.4, p.20-39, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34540/pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006.

BRASIL. **Resolução - RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. 2013.

BRASIL. **Portaria nº. 326, de 30 de julho de 1997**. Aprova o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, DF. 1997.

BRASIL. **Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, 2 de junho de 2011.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Capítulo II da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte. 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. livro I das pessoas título das pessoas naturais capítulo I da personalidade e da capacidade. 2002.

BRASIL. **Resolução nº 32, de 10 de agosto de 2006.** Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Presidência da república casa civil subchefia para assuntos jurídicos subchefia para assuntos jurídicos. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010.** Presidência da república casa civil subchefia para assuntos jurídicos subchefia para assuntos jurídicos. 2010.

BRASIL. **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União; 23 de outubro de 2003.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2014. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 16 out. 2015.

BEVILAQUA, K.; TRICHES, M. T. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 2, pg. 448-460. 2014.

COSTA, E. A. Fundamentos da vigilância sanitária. In: COSTA, E. A. **Vigilância Sanitária: temas para debate.** Salvador: EDUFBA. 2009.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, v. 5 n. 2, p. 22-38. 2010.

CRUZ, C. M.; BELLÉ, T.R.L. Análise do comportamento e conhecimento de produtores e consumidores quanto à rotulagem de alimentos comercializados em feira colonial no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Biblioteca Digital Unijuí.** 2012.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra-RS.** 2012. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de ciências Econômicas.

DAROLT, M.R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (ORGs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós. 2013.

DE PAULA, N. M.; FRAVET, F. F. M. F. Diagnóstico das condições higiênico-sanitárias em estabelecimentos produtores de doces artesanais. **Cadernos de Pós-Graduação da FAZU**, Frutal, v. 2. 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar. Estudio de caso em ocho países**. Fortalecimiento de Programas de Alimentación Escolar em el Marco de la Iniciativa América Latina y Caribe Sin Hambre 2025. 2013.

FRIEDMANN, H., McMICHAEL, P. Agriculture and State System. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; TURNES, V. A. Novas Relações entre Agricultores Familiares e Consumidores: Perspectivas Recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 3, p. 363-375.2014.

GABRIEL, C. G. *et al.* Regulamentação da comercialização de alimentos no ambiente escolar: análise dos dispositivos legais brasileiros que buscam a alimentação saudável. **Revista do Instituto Adolfo Lutz (Impresso)**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 11-20. 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. Caderno Estatístico. Abril, 2016. Disponível em:<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85650>. Acesso em: 08 dez. 2015.

KRUGER, S.D.; SILVA, M.A.L.; MORES, G.V. PETRI, S.M. Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, v.25, n.4, out./dez. 2018.

MEDEIROS, M.A.T.; CUNHA, D.T.; JACOB, S.C. Vigilância Sanitária e Segurança Alimentar e Nutricional: desafios no cenário brasileiro. **Vig. Sanit. Debate**, v. 2, n. 4, p. 2-3. 2014.

MACHADO, S.S. *et al.* Comportamento dos consumidores com relação à leitura de rótulo de produtos alimentícios. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 17, n. 1, p. 97-103. 2008.

PEPE, V. L. E. *et al.* A produção científica e grupos de pesquisa sobre vigilância sanitária no CNPq. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. Supl. 3, p. 3341-50, 2009. 2010.

PICOLOTTO, E.L.; BRANDENBURG, A. Sindicalismos da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. *In*: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (ORGs). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós. 2013.

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**. Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 8-13. 1997.

SILVEIRA, P. R. C. *et al.* A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. *In: Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro/ RJ.2009.

SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R. O Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica dos atores sociais envolvidos. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, Ano 14, n. 33, p. 301-329, mar. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3041>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVEIRA, P.R.C.; HEINZ, C.U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR*. São Luís Gonzaga-RS, **Anais...** São Luis Gonzaga: UERGS, 2005.

SCHOTTZ, V; CINTRÃO, R. P; SANTOS, R. M. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**, v. 2, n. 4, p. 115-123.2014. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/461>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, G. S.; COSTA, E. A. Considerações teóricas e conceituais acerca do trabalho em vigilância sanitária, campo específico do trabalho em saúde. **Ciencia e Saúde Coletiva**, v. 15, n. Supl. 3, p. 3329-3340. 2010.

SCHIAVO, N. C. B.; FRANÇA, L.F.; NASCIMENTO, J. S. Diagnóstico das condições higiênico-sanitárias da produção de doces por agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cardoso Moreira, RJ. **Vigilância Sanitária em Debate**. Rio de Janeiro. v. 3, n. 1, p. 135-143. 2015.

TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. **Alimentação escolar**: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER. S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa De Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)”. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1 p. 1-15. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634796/2715>. Acesso em: 22 nov. 2019.

TRICHES, R. M. SCHNEIDER, S.O Papel da qualidade dos alimentos na construção de mercados locais: o caso da alimentação escolar. *In: 50 ° CONGRESSO DA SOBER- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL COM SUSTENTABILIDADE*, 50, **Anais...** Vitória.2012.

VIANA C. E.; TRICHES VIANA. Os conflitos com Normativas Sanitárias: Um Debate sobre as Diferentes Faces da Qualidade dos Alimentos. **5º Simpósio de Segurança Alimentar Alimentação e Saúde**, Bento Gonçalves/RS. 2015.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de Alimentos Tradicionais Contribuindo para o Desenvolvimento Local/Regional e dos Pequenos Produtores Rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 109-127, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/012008/artigo5.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

QUANTO VALE A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO NO MEIO RURAL? UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS NO OESTE CATARINENSE

Cristiane Tonezer¹
Elisângela Pinheiro²
Loriane Pagnussat³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção para o autoconsumo na Comunidade de Roncador, localizada no município de Coronel Freitas (SC). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório e descritivo. Para a aquisição dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada. A seleção foi aleatória e a amostra foi por saturação (método bola de neve), ou seja, no momento em que as informações começaram a se repetirem a coleta foi finalizada. A análise foi de conteúdo temático. Como resultado, observou-se que todos os entrevistados produzem para o autoconsumo, tendo uma grande diversidade de alimentos produzidos na horta, pomar, produção de origem animal, grãos e produtos beneficiados. Observou-se, também, que os entrevistados atribuem múltiplas funções à produção para o autoconsumo, dentre estas, destacam-se o acesso a um alimento mais saudável, a economia, quando observam que não há necessidade de comprar o que produzem, a preservação dos costumes, a possibilidade de continuarem ativos produzindo seus alimentos e a integração social, possível através da reciprocidade que se dá na troca destes produtos entre vizinhos e amigos.

Palavras-chave: autoconsumo, integração social, alimentos saudáveis, meio rural, produção familiar.

HOW MUCH IS THE PROCESS FOR SELF-CONSULTING IN THE COUNTRYSIDE? A CASE STUDY IN CITY OF CORONEL FREITAS IN THE WEST CATARINENSE

ABSTRACT

This paper aims to analyze the production for self-consumption in the Roncador Community, located in Coronel Freitas (SC). It is a qualitative research with exploratory and descriptive character. For data acquisition, a semi-structured interview was performed. The selection was random and the sample was by saturation (snowball method), that is, when the information began to repeat the collection was completed.

1 Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó). E-mail: tonezer@unochapeco.edu.br

²Graduação em Engenharia de Produção (SETREM). Mestre em Engenharia de Produção (UFSM). Docente das áreas de Ciências Exatas e Ambientais (Unochapecó). E-mail: e.pinheiro@unochapeco.edu.br.

³Bacharel em Ciências Econômicas (Unochapecó). E-mail: lori26@unochapeco.edu.br.

The analysis was thematic content. As a result, it was observed that all respondents produce for self-consumption, having a great diversity of food produced in the garden, orchard, animal production, grain and processed products. It was also observed that the interviewees assign multiple functions to the production for self-consumption, among them the access to a healthier food, the economy, when they observe that there is no need to buy what they produce, the preservation of food customs, the possibility of remaining active in producing their food and social integration, made possible through the reciprocity that occurs in the exchange of these products between neighbors and friends.

Keywords: self-consumption, social integration, healthy food, countryside, family production.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Grisa (2007, p. 15), tem-se observado que nas últimas décadas o meio rural vem passando por transformações nas atividades técnico-produtivas, aflorando um antagonismo entre estas transformações e a manutenção das formas tradicionais de organização, produção e cultivo de alimentos. Em que, a enxada, as sementes crioulas e a produção dos próprios fertilizantes (adubos) foram sendo substituídas por maquinário modernos, sementes geneticamente modificadas vindas do mercado e fertilizantes e agrotóxicos. Heisler, Renk e Bonamigo (2018) e Mior (2007) reforçam as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural principalmente no oeste catarinense que é uma região caracterizada pela existência dos complexos agroindústrias, destacando-se a produção e o processamento da carne suína e de aves.

Os complexos agroindustriais têm como característica as relações entre os setores da indústria, da agricultura, do comércio e de serviços, onde, o setor agropecuário é integrado via a indústria por meio de empresas integradoras, que realizam ações que visam modernizar e ampliar a participação de micro, de pequenas e de médias empresas em todos os âmbitos da vida econômica (FAJARDO, 2008; PIVA, 2010).

Antes da inserção das empresas integradoras, os colonos tinham praticamente toda sua produção voltada para o autoconsumo e o excedente era vendido ou trocado por insumos não produzidos em suas propriedades (PELEGRINI; GAZOLLA, 2013). Com as mudanças ocorridas no meio rural associadas com a modernização da agricultura, observa-se que existe uma diminuição da produção para o autoconsumo (MINETTO, 2011). Para Konrad e Silva (2012), o processo de integração acabou alterando o modo de vida do meio rural, gerando uma perda de autonomia que transformou o colono em um trabalhador assalariado. Ideia está reforçada por Forneck e Klug (2015) onde as empresas integradoras trouxeram consigo problemas como os impactos ambientais, dentre eles a degradação dos recursos hídricos e do solo. Outra questão relatada é sobre a produção integrada que contribuiu para a insegurança alimentar⁴ das famílias, pois estas ficaram à mercê de regras visando um a produção que requer a utilização de defensivos para otimizar a produção, se restringindo a produzir para o autoconsumo, passaram a produzir o que

⁴ Segundo Maluf e Menezes (2007), a segurança alimentar estaria ancorada em três itens essenciais: a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de agrotóxicos que possam causar danos à saúde humana; os hábitos e a cultura alimentar característicos de cada local, de cada grupo social; e a sustentabilidade do sistema alimentar, quer dizer, a contínua produção e presença de alimentos, a insegurança alimentar segue o caminho contrário a estes princípios.

demanda o mercado consumidor, e o que antes podiam ser produzidos de forma mais natural nas propriedades passou a ser adquirido no mercado (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008).

Apesar das transformações ocorridas, nem todos os agricultores desta região abandonaram seus hábitos tradicionais dentre eles a produção de alimentos vinda do trabalho familiar designada ao consumo da família. Assim, segundo Grisa (2007, p. 15), a produção para o autoconsumo não é um resquício do passado ou o que sobrou da tradição, mas a tradição se fortalecendo em um novo contexto.

Gazolla (2004) destaca que a produção para o autoconsumo propicia uma alimentação com uma maior diversidade, mais nutritiva e segura. No ato de produzir e consumir o alimento, o agricultor potencializa o que se poderá obter em termos de quantidade suficiente, auxiliando para um distanciamento da restrição alimentar.

Tendo em vista que poucos são os trabalhos realizados nesta perspectiva, principalmente quando se trata de Santa Catarina e dada a crescente relevância socioeconômica e cultural desta produção, sentiu-se a necessidade de obter informações sobre o autoconsumo, se é uma prática ainda existente nas propriedades rurais e em que proporções que ela ocorre.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo, analisar a produção para o autoconsumo na Comunidade Roncador, município de Coronel Freitas na região oeste do estado de Santa Catarina. Visando investigar como ocorre a produção para autoconsumo entre os agricultores, identificar se as atividades de produção de autoconsumo desempenhadas pelas famílias, ser informativo para a comunidade científica e social, sobre este modelo familiar da atividade produtiva que introduz um repertório cultural e de identidade, e por fim, mostrar a importância da produção de autoconsumo na melhoria das condições de vida, alimentação diversificada e segurança alimentar.

Este estudo está estruturado em cinco seções. A seção um apresenta uma breve introdução sobre o desenvolvimento da agricultura na região oeste de SC, bem como, os objetivos desta pesquisa. A seção dois traz uma breve revisão bibliográfica referente a produção para o autoconsumo; na seção três, é apresentada a metodologia utilizada no trabalho, bem como as informações socioeconômicas obtida com os entrevistados; a seção quatro, apresenta as discussões e os resultados obtidos com o desenvolvimento do estudo e por fim, a seção cinco apresenta as considerações finais e a conclusão do estudo.

2. A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO: DEFININDO CONCEITOS

Os primeiros estudos sobre produção para o autoconsumo, segundo Félix e Coelho (2010), datam do início do século XX, em unidades de produção familiar russas, observadas por Alexander Chayanov (1974). Esse autor estudou em um contexto mais microeconômico nas unidades camponesas, buscando compreender como a família trabalhava para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital.

Os estudos de Chayanov (1974) foram os primeiros a debater sobre o campesinato, relatando detalhadamente de que maneira era a organização econômica e social das famílias camponesas e de eu forma as unidades familiares chegaram a um equilíbrio interno, entre o trabalho e o consumo da família. Neste sistema havia uma lógica econômica, em que, cada família possuía uma dinâmica demográfica própria, que influenciava no volume de trabalho e no consumo necessário para assegurar a sobrevivência da mesma. Portanto, para se chegar ao pressuposto do bem-estar familiar, tendo alimentos necessários ao consumo, as famílias faziam

uso de diferentes estratégias. O que e se aproxima dos processos produtivos voltados ao autoconsumo alimentar nas famílias rurais atualmente.

Ainda para este mesmo autor destaca que, mesmo que os preços dos produtos eram ditados pelo mercado, o camponês não perdia a autonomia na produção, mesmo que se dedicasse mais a uma cultura de mercado, ainda assim mantinha as culturas de subsistência.

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. As decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada motivação individual. A quantidade do produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e do grau de auto exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de diferenciação demográfica. (CARNEIRO, 2009, p. 55).

Van der Ploeg (2016) observa-se que as características trazidas por Chayanov no século XIX continuam presentes na atualidade.

Trazendo esta discussão para o Brasil, Grisa (2007) observa-se que os estudos focados para a produção destinadas ao autoconsumo não é tema de muitos estudos, isso ocorre, pelo fato desta prática estar destinada ao esquecimento, além de um preconceito existente, por fadarem que essa prática simboliza uma cultura que vai no ciclo contrário ao da modernização. O que contribuiu para esta visão, é a ideologia preconizada na Revolução Verde⁵, repercutindo este pensamento, às políticas públicas pouco tem considerado esta produção, algumas vezes até contribuindo para sua diminuição. ” Portanto, observa-se que a produção para o autoconsumo é compreendida como a produção da família e que se destina ao seu próprio consumo.

O autoconsumo é colocado como um método utilizado pelas famílias visando garantir a autossuficiência sobre uma dimensão essencial: a alimentação. Por certo, a produção para autoconsumo viabiliza o acesso direto aos alimentos, seguindo direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa) (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Muitas são as definições da produção de autoconsumo dentre elas podemos destacar que o autoconsumo abrange a produção e consumo pela família, sendo: alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou para fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais, destaca-se também o autoconsumo como a parcela da produção agropecuária resultante de produtos primários beneficiados, produzida no estabelecimento familiar e destinada ao consumo da família, dos animais e outros usos da atividade produtiva (GARCIA FILHO, 1999, LEITE, 2004 e GRISA e SCHNEIDER, 2008). Woortmann e Woortmann

⁵ Segundo Ganimi e Andrades (2007, p. 2), a Revolução Verde se caracteriza pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato presente no campo e está vigente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, visando o avanço tecnológico e o aumento da produtividade.

(1997) complementam a afirmação ao citar que o autoconsumo tem grande relevância para estabelecer a identidade do agricultor e de sua família, promover a satisfação alimentar da família com a menor dependência externa.

Em relação ao repertório cultural define-se como um conjunto de noções estratégicas que direcionam as ações práticas e o comportamento dos agricultores. Portanto, o repertório cultural dos agricultores familiares de hoje não é o mesmo daquelas famílias onde suas produções são menos inseridas nos mercados, especialmente antes da modernização tecnológica da agricultura. No entanto, elementos como esse permanecem, como é o caso da produção de alimentos para o consumo familiar (VAN DER PLOEG, 1993).

A produção para o autoconsumo nas famílias permite uma independência produtiva e reprodutiva. Esta independência é gerada por manter interna a unidade produtiva, o principal elemento responsável pela reprodução do grupo doméstico. Dessa maneira, depende cada vez menos dos fatores externos para poder se reproduzir socialmente. Por meio do autoconsumo, as famílias conseguem ter uma autonomia no ambiente em que estão inseridas, não ficando vulnerável aos fatores externos como por exemplo o mercado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Gazolla (2004) destaca que a produção para o autoconsumo facilita uma alimentação diversificada e mais nutritiva. No ato de produzir e consumir o alimento, o agricultor potencializa o que se poderá obter em termos de quantidade suficiente, auxiliando para um distanciamento da restrição alimentar.

Neste estudo a produção para o autoconsumo, refere-se à produção animal, vegetal e beneficiamentos caseiros produzidos e consumidos pelas famílias.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização deste estudo foram utilizados alguns procedimentos, abordagens e objetivos com base nos autores Gerhardt e Silveira, (2009); Markoni e Lakatos (2003); Gil (2007) e Fonseca (2002). Da qual, caracteriza-se de abordagem qualitativa, quanto aos objetivos é de caráter exploratório, analítico descritivo, quanto a natureza é uma pesquisa básica e quanto aos procedimentos é de caráter bibliográficos, de campo e de estudo de caso.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa pois tem como objetivo principal aprofundar-se no significado dos fenômenos a serem estudados, neste caso analisar a produção de autoconsumo na identidade cultural no território rural do Oeste de Santa Catarina. É de caráter exploratório pois visa conhecer a comunidade de Roncador quanto ao assunto proposto e posteriormente descrever as características dessa comunidade. De natureza básica, pois visa gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência a fim de entender a cultura e meios de produção de autoconsumo dos moradores da comunidade objeto deste estudo. E bibliográfica pois foi realizado um estudo em artigos e meios digitais a fim de embasar este assunto, caracteriza-se de campo pois foi realizada coleta de dados junto as pessoas objeto deste artigo e também de caso porque foi aplicada a uma localidade específica.

Para a aquisição dos dados, aplicou-se a entrevista semiestruturada, onde foram entrevistados dez agricultores familiares a Comunidade Roncador, localizada no município de Coronel Freitas. Os critérios para a escolha dos participantes se deu de forma aleatória utilizando o método *snowball* (bola de neve). Neste método o primeiro sujeito sugere outro participante e assim sucessivamente. Quanto ao número de participantes, levou-se em conta que a pesquisa qualitativa é influenciada pela saturação dos dados, ou seja, quando houver certa redundância ou repetição das informações (MINAYO, 2008). Segundo Ghiglione e Matalon (1997), é inútil requisitar um grande número de pessoas quando se utiliza métodos qualitativos, pois são

pouquíssimas as vezes que é possível o surgimento de novas informações após a vigésima ou trigésima entrevista. A fim de manter o anonimato dos sujeitos atribuiu-se número de 1 a 10 para a identificação dos mesmos. Para ser entrevistado, bastava que as famílias residissem no meio rural e estivesse disposta a participar da pesquisa. As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas na própria residência familiar, onde cada família escolheu um (a) integrante para ser entrevistado (a), cada entrevista teve uma duração média de 45 minutos.

Para a coleta dos dados, primeiro identificou-se e caracterizou-se os produtos para o autoconsumo nas propriedades dos entrevistados. Foram considerados produção para autoconsumo a produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela unidade familiar e consumida por ela. Para a execução dos cálculos de produtos sazonais, como o pomar e horta, foram realizadas médias de consumo mensal. Com a quantidade anual informada, esta foi dividida pelos meses do ano a fim de obter o número que demonstrasse a situação mais próxima da produção mensal real. Para atribuir um valor à esta produção, primeiramente, o entrevistado foi questionado quanto ele achava que estes produtos valiam em termos financeiros. Após foram feitos cálculos dos mesmos produtos atribuindo a estes o valor ofertado pelo supermercado⁶. E por fim, a partir de uma análise de conteúdo temático, descreveu-se sobre a percepção que os agricultores familiares tinham em relação à esta produção.

4. O UNIVERSO DE ANÁLISE DO ESTUDO

A região oeste catarinense foi colonizada, em sua maior parte, por gaúchos de origem alemã e italiana. Também foi onde surgiram algumas das maiores empresas do setor agroindustrial, especialista na produção de carne suína e de frango. Nesta região está localizado o município de Chapecó, considerada a capital do oeste e polo agroindustrial, sendo a sexta cidade mais populosa do estado, com 198.190 habitantes (KAISER, 2014).

A Comunidade Roncador, área de estudo desta pesquisa, é formada por sessenta famílias, localizada a 19 km do município de Coronel Freitas na área rural (CORONEL FREITAS, 2013).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Coronel Freitas apresentava uma população de 10.213 habitantes, 6.067 estão localizados no meio urbano e 4.146 estão localizados no meio rural. O município iniciou sua colonização em 1929, com famílias agricultoras de origem italiana, oriundas do Rio Grande do Sul, que foram se estabelecendo, buscando melhores condições de vida (CORONEL FREITAS, 2012). A economia inicial do município era de subsistência, com pequenos cultivos de milho e feijão, essa se modificando nas décadas de 1960 e 1970. A contribuição das terras férteis tornou o município um verdadeiro celeiro de grãos. A partir de 1980, revelou-se forte na produção de suínos, despontando novas formas econômicas, como a agropecuária e a agricultura, destacando que os produtores plantavam grãos para o seu próprio consumo. A partir do surgimento das agroindústrias no município, aliado ao sistema de integração, esses fatores serviram para impulsionar o desenvolvimento da suinocultura, além de viabilizar a produção de aves.

⁶ O valor de cada produto foi calculado fazendo-se uma média de três supermercados da região. Para se obter os valores de cada um, em produtos que tinham mais de uma marca, foi coletado o valor mais caro e mais barato, e feito uma média, posteriormente a média entre os três mercados. Um dos casos que pode ser citado é o da carne bovina, que foi coletado o valor da carne de primeira e a carne de segunda, feito uma média desses dois valores e, em seguida, a média entre os três mercados.

Através da análise inicial das informações obtidas com a pesquisa observa-se que, em relação a faixa etária dos entrevistados, dois possuíam de 60 a 79 anos, cinco de 50 a 59 anos e três tinham dentre 30 e 49 anos. Em relação a escolaridade, sete não chegaram a concluir o Ensino Fundamental, dois tinham Ensino Fundamental completo e um dos entrevistados tinha Ensino Superior completo.

De acordo com Lima (2010), os pais de antigamente levavam consigo os filhos ao trabalho, para poderem aprender uma atividade desde crianças, o estudo vinha depois, pois eles achavam que os filhos deveriam crescer logo para ir à luta, pois consideravam que a vida era dura e cheia de dificuldades.

Todos os entrevistados residiam com seus cônjuges todos tinham filhos e seis deles os filhos estavam residindo na propriedade. Dois dos entrevistados, além residia na propriedade com o sogro e a sogra.

Como principal atividade da renda agrícola das propriedades entrevistadas, destacam-se a bovinocultura de leite e a avicultura, sendo que três famílias desenvolvem ambas as atividades, três trabalham apenas com bovinocultura de leite e quatro citaram não possuir renda agrícola. Dos quatro entrevistados que não possuem renda agrícola na família, dois são aposentados e dois servidores públicos municipais.

Ceccatto (2014) destaca que, no município de Coronel Freitas, a produção de leite é a mais importante economia agrícola da maioria das famílias.

A bovinocultura de leite, de certa forma, assume o papel de grande substituto compensatório para os pequenos produtores que não conseguiram acompanhar as exigências de mercado impostas pela produção da suinocultura e/ou avicultura. A produção leiteira é uma atividade com caráter de trabalho familiar (JOCHIMS; DORIGON; PORTES, 2016).

Em relação à produção de alimentos para o autoconsumo, todos os entrevistados possuem horta em suas propriedades, 100% deles ressaltam que o que é produzido é suficiente para atender as necessidades da família, inclusive, para dar aos filhos que não moram na propriedade.

Os principais cultivos da horta citados foram: alface, beterraba, cenoura, cebola, salsa, repolho, tomate, batata-doce, alho, radiche, couve-flor, pimentão, brócolis, mandioca, couve, moranga; outros também foram citados em menor número, como acelga, chuchu e pepino. Os cultivos de hortaliças mencionados com mais frequência pelos entrevistados foram alface, beterraba, salsa, repolho, batata-doce, alho, radiche, mandioca e moranga, o que constata-se uma diversidade grande de hortaliças nestas propriedades.

Nove dos entrevistados tem pomar, as principais frutíferas cultivadas são laranja, bergamota e limão a produção atende às necessidades da família, “tem vezes que dá tanto de uma fruta que a gente dá até pros animais comer” (Entrevistado 4).

Em relação ao entrevistado que citou não ter pomar, esta destaca que vai construí-lo brevemente, porém, como ela está recentemente morando na propriedade, ainda não teve tempo para organizá-lo.

Outra produção para o autoconsumo analisada foi a de grãos, em que todas as propriedades produzem e afirmam que o que é produzido atende à necessidade familiar, destas nove produzem feijão, oito produzem milho e quatro delas produzem pipoca.

Todos os entrevistados citaram produzir pelo menos um produto de origem animal dentre os quatro tipos de carne relacionadas, que são, bovina, suína, frango e peixe. Sendo que nove deles produzem além da bovina uma das quatro mencionadas e dois deles produzem apenas carne bovina.

Quando analisada só a produção de aves, sete deles produzem carne de frango, destes, dois deles exercem a atividade de avicultura. Para estes dois, as aves para consumo são separadas das demais, o que, segundo eles, garante à família uma

alimentação mais natural. Estes animais separados são tratados à base de milho por um tempo maior do exigido pelo mercado consumidor, o que, para os entrevistados, possibilita uma “limpeza” do frango, além da carne ficar mais saborosa.

Segundo Carvalho e Souza (2012), a criação de frangos já existe há muito tempo nas pequenas e médias propriedades, estes viviam soltos, ciscando o dia todo, onde a produção era em menor escala apenas para o consumo próprio de carne e ovos, que era alimentada com o milho produzido na propriedade.

Segundo informações do Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), a alimentação deve ser variada, composta de todos os grupos alimentares como grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes, e dentro destes grupos ter uma variedade também de cada tipo, como feijão, arroz, milho, batata, mandioca, tomate, abóbora, laranja, banana, frango, peixe, pois cada alimento tem uma quantidade específica de nutrientes que, em conjunto, suprem as necessidades nutricionais diárias.

Em relação à transformação caseira de produtos, por parte dos entrevistados, oito deles tem algum tipo de alimento que é beneficiado na propriedade e dois não beneficiam nenhum tipo de alimento. Dentre os alimentos oriundos da transformação caseira estão a banha, o salame, as chimias, o vinho, o queijo, as conservas, compotas e o açúcar mascavo.

Nos itens mais produzidos (banha, salame, chimia e vinho), fica clara a influência da cultura nos hábitos alimentares. De acordo com Grisa e Schneider (2008, p. 13), salame e vinho são tipicamente italianos, o que reafirma as raízes dos primeiros colonizadores instalados no município.

Trazendo o conceito de segurança alimentar para complementar estas reflexões, destaca-se, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004).

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 4).

Uma das características que associa a produção para autoconsumo aos princípios da segurança alimentar é o respeito às preferências alimentares e práticas de preparo, armazenamento e consumo. Segundo o IPEA (2013, p. 14): “Neste sentido, é possível afirmar que o autoconsumo tem uma função de preservação da cultura, dado que muitas destas práticas são repassadas de pais para filhos, em sinergia com as condições socioambientais e a própria história local.”

Complementando a relação entre os princípios da segurança alimentar e a produção para o autoconsumo, segundo os entrevistados, além de “não precisar comprar no mercado”, economizando recursos financeiros, a produção para o autoconsumo permite que a família tenha uma alimentação mais saudável. Segundo (BRASIL, 2014) para uma refeição ser nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis, a alimentação deve estar ancorada em uma variedade de alimentos *in natura* ou seja pouco processada, características estas que se mostraram presentes nos produtos produzidos pelos entrevistados neste estudo.

4.1. PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO: VALOR ATRIBUÍDO PELOS ENTREVISTADOS E O VALOR DE MERCADO

O objetivo deste tópico é trazer informações referentes à quanto vale a produção para o autoconsumo (em termos monetários) comparando está com o valor que é vendido nos mercados da região.

Para uma melhor compreensão das informações obtidas, optou-se por dividir a análise em seis blocos. Primeiro, aborda sobre a horta; em um segundo momento, sobre o pomar; após, acerca da produção animal; em seguida, sobre a produção de grãos; na sequência, discorre-se sobre produtos beneficiados; e, por fim, foi apresentada uma tabela com a soma de toda esta produção.

4.1.1 Horta

Em relação aos produtos da horta, observa-se na tabela 1 que todos os entrevistados citaram um valor mensal inferior do que vale esta produção se comparada com o valor de mercado. Observa-se que na média o valor fica 74,10% maior do produto adquirido no mercado. A maior diferença pode ser observada no Entrevistado 7 que gastaria 88,65 % a menos com a aquisição de produtos para a alimentação.

Tabela 1 – Valor mensal de produtos da horta para o autoconsumo atribuído pelos entrevistados e valor de mercado.

Entrevistados	Valor atribuído pelos entrevistados (R\$)	Valor de mercado (R\$)	%
Entrevistado 1	250,00	656,36	61,91
Entrevistado 2	100,00	468,48	78,65
Entrevistado 3	100,00	456,84	78,11
Entrevistado 4	150,00	451,60	66,78
Entrevistado 5	100,00	465,62	78,52
Entrevistado 6	100,00	454,52	78,00
Entrevistado 7	50,00	440,40	88,65
Entrevistado 8	250,00	521,99	52,11
Entrevistado 9	100,00	452,08	77,88
Entrevistado 10	100,00	508,98	80,35

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Um dos fatores que contribui para que os entrevistados tenham esta percepção de valores muito abaixo do que é comercializado no mercado pode estar relacionado ao fato de que, ao valorar os produtos que são voltados à comercialização (neste caso, o leite e as aves), os valores pagos pelos intermediários geralmente são bem abaixo do preço que são vendidos no mercado, o que provavelmente leva os entrevistados a realizarem este tipo de associações.

Outro fator que pode contribuir para esta desvalorização é o fato de que os entrevistados não fizeram um cálculo preciso desta produção, muitas vezes deixando de fora itens importantes, como a mão de obra.

4.1.2 Pomares

Na análise dos produtos do pomar, onde nove entrevistados possuem o mesmo, seis atribuíram menor valor a esta produção se comparada com o valor de mercado, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Valor mensal dos produtos do pomar para o autoconsumo atribuído pelos entrevistados e valor de mercado

Entrevistados	Valor atribuído pelos entrevistados (R\$)	Valor de mercado (R\$)
Entrevistado 1	300,00	397,32
Entrevistado 2	100,00	84,78
Entrevistado 3	30,00	36,80
Entrevistado 4	300,00	313,42
Entrevistado 5	200,00	854,41
Entrevistado 6	200,00	53,59
Entrevistado 7	100,00	142,56
Entrevistado 8	200,00	186,42
Entrevistado 9	150,00	392,43
Entrevistado 10	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Ainda referente à tabela 2, três entrevistados citaram um valor maior para os produtos do pomar do que o valor de mercado.

4.1.3 Grãos

Sobre a produção de grãos para o autoconsumo, apenas quatro dentre os dez entrevistados atribuíram maior valor a esta produção se comparada com o valor de mercado. Vide tabela 3.

Tabela 3 – Valor mensal da produção de grãos para o autoconsumo atribuído pelos entrevistados e valor de mercado.

Entrevistados	Valor atribuído pelos entrevistados (R\$)	Valor de mercado (R\$)
Entrevistado 1	150,00	254,10
Entrevistado 2	50,00	24,92
Entrevistado 3	20,00	8,54
Entrevistado 4	50,00	86,61
Entrevistado 5	70,00	18,49
Entrevistado 6	10,00	49,75
Entrevistado 7	50,00	8,54
Entrevistado 8	100,00	12,81
Entrevistado 9	50,00	24,72
Entrevistado 10	30,00	61,15

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Já para a maioria dos entrevistados (seis), o preço que eles atribuíram aos grãos para o autoconsumo foi maior do que o encontrado no mercado. Esta característica pode estar associada à questão de que eles tenham maior acesso à informação sobre o preço da produção de grãos, que, inclusive, muitas vezes é anunciada nos meios de comunicação.

4.1.4 Produção animal e produtos beneficiados

Em relação aos produtos de origem animal observou-se que todos os entrevistados atribuíram um menor valor do que é produzido na propriedade se comparados com o valor de mercado, sendo que para dois dos entrevistados o valor quase triplicou (entrevistado 1 e entrevistado 8). Todos os valores referentes aos produtos de origem animal podem ser visualizados na tabela 4.

Tabela 4 – Valor mensal dos produtos de origem animal para o autoconsumo atribuído pelos entrevistados e valor de mercado

Entrevistados	Valor atribuído pelos entrevistados (R\$)	Valor de mercado (R\$)
Entrevistado 1	400,00	1.124,94
Entrevistado 2	450,00	592,35
Entrevistado 3	450,00	626,1
Entrevistado 4	380,00	892,45
Entrevistado 5	300,00	890,21
Entrevistado 6	300,00	468,09
Entrevistado 7	150,00	292,05
Entrevistado 8	530,00	1.371,60
Entrevistado 9	500,00	852,1
Entrevistado 10	20,00	28,16

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Oito dos dez entrevistados beneficiavam produtos em suas propriedades para o autoconsumo conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Valor mensal atribuído pelos entrevistados e valor de mercado dos produtos para o autoconsumo beneficiados na propriedade

Entrevistados	Valor atribuído pelos entrevistados (R\$)	Valor de mercado (R\$)
Entrevistado 1	150,00	221,47
Entrevistado 2	350,00	476,88
Entrevistado 3	0,00	0,00
Entrevistado 4	352,00	750,65
Entrevistado 5	250,00	414,93
Entrevistado 6	100,00	203,73
Entrevistado 7	0,00	0,00
Entrevistado 8	260,00	468,57
Entrevistado 9	50,00	253,69
Entrevistado 10	105,00	139,15

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Por fim, o somatório de toda a produção mensal para o autoconsumo, possível de ser observado na tabela 6, conclui que todos os entrevistados atribuíram menor valor aos seus produtos se comparados com o valor de mercado.

Em percentuais os valores dos produtos quando adquiridos no mercado em média são 52,45 % maiores em relação quando produzidos na propriedade.

Tabela 6 – Valor de todos os produtos citados pelos entrevistados da pesquisa e valor de mercado

Entrevistados	Valor total entrevistado (R\$)	Valor total mercado (R\$)
Entrevistado 1	1.250,00	2.654,19
Entrevistado 2	1.050,00	1.647,41
Entrevistado 3	600,00	1.128,28
Entrevistado 4	1.232,00	2.494,73
Entrevistado 5	920,00	2.643,66
Entrevistado 6	710,00	1.229,68
Entrevistado 7	350,00	883,55
Entrevistado 8	1.340,00	2.561,39
Entrevistado 9	850,00	1.975,02
Entrevistado 10	255,00	737,44

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

De acordo com Gazolla (2004), existem dificuldades em se calcular o valor monetário líquido do autoconsumo pelo fato da dificuldade de mensurar os custos desta produção, em que comumente se utiliza de insumos vindos do próprio estabelecimentos, o que torna-se desafiador separar as despesas que incidem sobre esta produção.

Pozzebon *et al.* (2015) afirma que a prática do autoconsumo sob o aspecto econômico é vantajosa, permitindo que o recurso financeiro destinado à aquisição de alimentos possa ser investido em outras necessidades. Para Fontoura (2012), possibilita a propriedade rural uma renda não monetária, que colabora para assegurar a reprodução social da família, garantindo estabilidade econômica e reduzindo a vulnerabilidade.

Esta característica já havia sido observada por Chayanov (1974) ao estudar a agricultura na Rússia. Mesmo que muitos autores não consideram a produção para autoconsumo relevante, este estudo mostrou que, caso os entrevistados fossem comprar os produtos no mercado, a renda atribuída a estes poderia comprometer a economia familiar, principalmente a pequenas propriedades rurais.

4.2. PARA ALÉM DO VALOR MONETÁRIO: AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

Questionados sobre o uso de algum tipo de agrotóxico na produção, dos alimentos, somente um dos entrevistados confirmou ter utilizado, mas ele sinalizou sempre priorizar a utilização de produtos naturais para o combate das pragas.

Os demais entrevistados (nove) apontam que não utilizam nenhum tipo de veneno nas plantações. Por sua vez, o adubo utilizado é orgânico, dentre eles, destacando-se o esterco de galinha e de gado ou resto de alimentos, demonstrando que existe uma tendência das famílias para as práticas agroecológicas. Esta informação é confirmada pelo relatório do IPEA (2013).

Por ser destinada ao consumo próprio dos membros da família, a produção reservada ao autoconsumo, em geral, é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos, utilizando-se de esterco de animais, cinzas, restos de alimentos e outros materiais que não comprometem a sanidade e a qualidade – esta, não raro, e superior. Além de fortalecer a base endógena de recursos, este procedimento promove a utilização e a reciclagem de recursos disponíveis localmente, sem agredir o meio ambiente e sem

comprometer a condição socioeconômica da família (IPEA, 2013, p. 14).

Os entrevistados, ao serem questionados sobre manter este tipo de produção, afirmam a importância do acesso a um alimento “sem veneno”, “mais natural” e “de boa qualidade”. Para Grisa (2007), desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos.

Como se observa nesta pesquisa, a maioria dos alimentos são produzidos de forma mais natural.

Dois dos entrevistados citam que continuam produzindo para o autoconsumo por se tratar de uma tradição ensinada pelos seus pais e que gostariam que os filhos mantivessem esta prática. Citam que “é importante saber o que se está produzindo, sem agrotóxicos”, “os produtos são sempre fresquinho”. A tradição também é enfatizada quando falam da importância de “se manter os costumes”.

Dorigon e Renk (2013, p. 40) reafirmam que:

[...] o colonial é hoje valorizado. Se noutros tempos ser da roça, da colônia, era forte estigma, agora pode adquirir valorização positiva associada a ambientação, advinda de um rural que produz artesanalmente, denotando símbolos de qualidade, de produtos sem agrotóxicos. (DORIGON E RENK, 2013, p. 40).

Em termos econômicos, os entrevistados reiteram que, ao produzir para o autoconsumo, estes “não precisam comprar no mercado, não tem custo extra”, “não precisa puxar dinheiro do bolso para comprar”.

Segundo o IPEA (2013).

Os agricultores que são capazes de produzir os alimentos e as matérias-primas usadas para seu consumo ou dos animais da unidade produtiva diferenciam-se das outras unidades porque não dependem integralmente de insumos externos para levar a termo o seu processo de produção, que pode tanto satisfazer as necessidades de uso próprio como servir para a troca, na forma de excedentes comercializáveis ou mesmo intercambiáveis. (IPEA, 2013, p. 13).

Dos entrevistados quatro destacam também que esta produção contribui para o bem-estar da família “como forma de passar o tempo, descarregar as energias”, citam o prazer de estarem ativos, que mexer na terra é como uma forma de terapia. Citam, ainda, que: “Tenho alegria de estar na horta de mexer na terra... passa o tempo... cuidar... plantar... enquanto estou fora de casa se distrai. É bom ter as coisas, não precisar comprar, ir no mercado, e estar trabalhando é a melhor coisa.” (ENTREVISTADO 10).

Estas afirmações demonstram que as tarefas relacionadas ao plantio dos alimentos são feitas de maneira prazerosa, o que intensifica o bem-estar destes indivíduos. Esta produção também auxilia no fortalecimento das relações de vizinhança, a troca de alimentos está presente, intensificando a reciprocidade.

Os agricultores sentem-se orgulhosos em produzir os alimentos que consomem e, não raro, doar para quem os visitam algum excedente ou mesmo variedades para replantio, especialmente cultivos, como temperos, chás e todo tipo de cultivo que exista no espaço da horta e do pomar. É motivo de autoestima para as

famílias, que podem demonstrar que quase tudo de que necessitam provem do próprio trabalho na terra e ainda possuem excedentes que podem doar, como se fosse sinal de abundância ou fartura e, portanto, de um agricultor bem-sucedido. (IPEA, 2013, p. 18).

Sintetizando, observou-se que os entrevistados atribuem múltiplas funções à produção para o autoconsumo, dentre estas, destacam-se: o acesso a um alimento mais saudável; a economia, quando não há necessidade de comprar no mercado o que se produz; a preservação dos costumes; a possibilidade de continuar ativos e a integração social, possível através da reciprocidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações coletadas evidencia-se uma produção de autoconsumo por parte de todos os entrevistados, o que confirma que esta prática faz parte do modo de vida das famílias rurais, mesmo aqueles que desenvolvem atividades voltadas ao mercado, organizando-se em suas atividades de maneira a trabalhar para atender as necessidades de sua propriedade e produzir para o autoconsumo.

Também se observou a diversidade de alimentos que são produzidos, sendo os mais citados alface, beterraba, salsa, repolho, batata-doce, alho, radiche, mandioca, moranga. No pomar, destaca-se a produção de laranja, bergamota, limão, jabuticaba, pêssego, uva, figo, goiaba. Ainda foram citadas outras variedades, mas em menor número. Quanto a produção de grãos, os mais mencionados foram o feijão, milho e pipoca, quesito proteínas animais, a carne bovina, frango, suína, peixes, leite, ovos; alguns dos produtos beneficiados no estabelecimento são banha, salame, chimia, vinho, queijo, conservas, compotas e o açúcar mascavo. De forma a contribuir com a manutenção de autonomia das famílias em relação ao mercado, além de proporcionar uma alimentação diversificada e mais saudável.

Há consciência dos entrevistados de que produzir para o consumo familiar é uma forma de economizar recursos financeiros e uma importante fonte de segurança alimentar, no que se refere ao acesso e qualidade dos alimentos. Também, as famílias mantêm o autoconsumo como uma atividade prazerosa, “como forma de passar o tempo, descarregar as energias”.

Evidencia-se que a produção para o autoconsumo vai além de produzirem para “economizar”, os entrevistados comprovam que produzem um alimento mais saudável se comparado ao alimento que se tem acesso no mercado. Para além disso, a produção para o autoconsumo permite que estes agricultores se mantenham ativos, mesmo após se aposentarem. Suas tradições também são resguardadas a partir desta prática, assim como as relações de vizinhança através da troca de produtos.

E por fim, quando responder quanto vale a produção para o autoconsumo é algo complexo, mas não resta dúvida de é mais benéfico para a saúde o consumo de produtos sem defensivos agrícolas e frescos, colhidos minutos antes de serem consumido. E os produtos quando beneficiados na propriedade são sem conservantes químicos que em termos de bem estar alimentar é primordial.

Desta forma, novos estudos são necessários principalmente para enaltecer as discussões na agricultura em relação a produção de alimentos mais saudáveis e de qualidade nutritiva, que estes não sejam apenas méritos de quem reside no campo, mas também no meio urbano, e um reflexo disso, é a grande procura por produtos orgânicos e coloniais que tem crescido cerca de 80% nos últimos anos segundo dados apresentados pelo SEBRAE (2019).

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALVES, F. D.; LINDNER, M.; RODRIGUES, S. L. Formas de (re)produção familiar no espaço rural: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo. UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 120-140, jul./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARVALHO, D.; SOUZA, B. **Novos Tempos novas engrenagens**: as transformações no campo e suas dinâmicas urbanas. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

CECCATTO, L. **Análise comparativa da viabilidade econômica e financeira das atividades avícola e leiteira**. 2014. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONSEA – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2004. (Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

CORONEL FREITAS. Prefeitura Municipal. **Distâncias**. Coronel Freitas, 21 ago. 2013. Disponível em: <http://www.coronelfreitas.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/10318#.WPP3X9lrLIU>. Acesso em: 20 maio 2017.

CORONEL FREITAS. **Nosso Município, nossa história**. Coronel Freitas: Revista do Cinquentenário, 2012.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do pontal do Paranapanema**. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DORIGON, C.; RENK, A. **Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade**. Chapecó: Argos, 2013.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, set. 2008.

FÉLIX, S.; COELHO, I. M. Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRÁFICA AGRÁRIA, 1, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2010.

FONTOURA, A. F. **A produção para autoconsumo**: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FORNECK, E.; KLUG, J. Impactos sócio ambientais da suinocultura no oeste catarinense: do visível ao invisível. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugar dos historiadores novos e velhos desafios, 28, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015.

GANIMI, R. N.; ANDRADES, T. O. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: Inkra/FAO, 1999. (Projeto de Cooperação Técnica).

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH. **Coronel Freitas**. [s.d.]. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-26.82595761,-52.82715256,389.60309684a,18025.65439012d,35y,-0h,0t,0r>. Acesso em: 24 maio 2017.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção “invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar**: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

HEISLER, Leonir., RENK, Arlene Anélia., BONAMIGO, Irme Salete. Estratégias de reprodução social no rural da microrregião de Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.25, n.2, abr./jun. 2018.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Santa Catarina:** Coronel Freitas. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420440&search=santa-catarina|coronel-freitas>. Acesso em: 5 nov. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A produção para autoconsumo no Brasil:** uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013.

JOCHIMS, F.; DORIGON, C.; PORTES, V. M. O leite para o Oeste Catarinense. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 29, n. 3, set./dez. 2016.

KAISER, J. **Santa Catarina em síntese**. 2. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2014.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2012.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a La experiencia brasileña. In: BELIK, Walter (Ed.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en America Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, R. Educação de antigamente e de hoje. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 9, n. 107, p. 67-71, abr. 2010.

MALUF, R. S. J.; MENEZES, F. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, 2012.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145s-158s, jul./ago. 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1992.

MINETTO, M. C. **Produção para autoconsumo na agricultura familiar em Santo Ângelo, RS**. 2011. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 332-378, 2013.

PIVA, A. S. **Formação do Sistema Agroindustrial e os fluxos migratórios na mesorregião oeste catarinense**. 2010. 85 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

POZZEBOM, L. *et al.* Repercussões territoriais das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó/SC: considerações sobre a SAN e o autoconsumo dos agricultores familiares. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2015.

SEBRAE. A força do empreendedor brasileiro. Disponível em:http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemos. Acesso em: 27 jul de 2019.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo: Unesp, 2016.

VAN DER PLOEG, J. D. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 25-44, 2014.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Unb, 1997.

WOORTMANN, K. "**Com Parente Não se Neguceia**": o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, n. 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusive apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margem normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não

precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. *In*: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

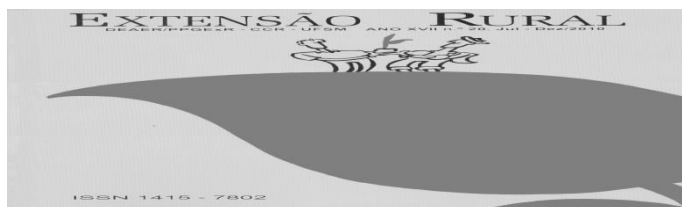
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos		O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar
	12,3	
	4,5	
	6.789,1	
	123,0	

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.